

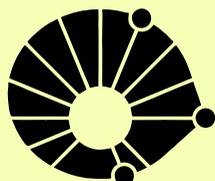
**Publicação do CESOP**

# **OPINIÃO PÚBLICA**

**Maio/97**

**V. 4 N°2**

**ISSN 0104-6276**



**C**ESOP  
CENTRO  
DE ESTUDOS  
DE OPINIAO PUBLICA

# Universidade Estadual de Campinas

## UNICAMP

Reitor: José Martins Filho

Coordenador Geral da Universidade: André Maria Pompeu Villalobos

Pró- Reitor de Desenvolvimento Universitário: José Tadeu Jorge

### CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

#### CESOP

##### Conselho Orientador

**Presidente:** Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)  
**Vice- presidente:** Plínio Dentzien (IFCH- UNICAMP)  
**Conselheiros:** Antônio Flávio Pierucci (FFLCH- USP), Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Mauro Francisco Paulino (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH- USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC- UNICAMP), Leandro Piquet Carneiro (ISER), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH- UNICAMP), Salvador Sandoval (FE- UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

##### Comitê Técnico-Científico

Fernando Antonio Lourenço  
José Ferreira de Carvalho  
Rachel Meneguello  
Vilmar E. Faria

##### Equipe Técnica

**Coordenação:** Plínio de Souza Dentzien  
**Pesquisadores:** Paula Vanina Cencig, José Guilherme Piola Brandt, Adriane Carballo Diaz  
**Secretária Geral:** Maria das Graças Plá Sanches

#### OPINIÃO PÚBLICA, Vol. IV, nº 2

**Conselho Editorial:** Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

**Editor:** Rachel Meneguello

**Produção:** Equipe Técnica do CESOP

##### Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas Cidade Universitária  
"Zeferino Vaz"

Caixa Postal: 6110  
Campinas - São Paulo  
13081-970

Tel: (55-19)239-7093

Fax: (55-19)239-4309

Internet: CESOP@TURING.UNICAMP.BR

Home page: <http://www.unicamp.br/cesop/cesop.htm>

**Opinião Pública** é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

**ISSN 0104-6276**

**Mai de 1997**

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

CNPq

FINEP

Publicação do CESOP

# OPINIÃO PÚBLICA

Maio 97

Vol. IV, nº 2

ISSN 0104-6276

## SUMÁRIO

	Pág.
<b>A imprensa e a esfera pública americana: variações do discurso público, 1865-1920</b> Richard L. Kaplan	51
<b>Imprensa e opinião pública: papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo para a formação do consenso</b> Francisco César Pinto da Fonseca	67
<b><i>TENDÊNCIAS</i></b> Encarte de Dados de Opinião Pública, Ano IV, nº 2	Centro
<b>A opinião pública na Rússia</b> Elena Bashkirova e Andrei Melville	73

Opinião Pública	Campinas	Vol. IV	nº 2	P. 51-84	Maio 1997	ISSN 0104-6276
-----------------	----------	---------	------	----------	-----------	----------------



**CESOP**  
CENTRO  
DE ESTUDOS  
DE OPINIÃO PÚBLICA

# *A imprensa e a esfera pública americana: variações do discurso público, 1865-1920*

---

---

**Richard L. Kaplan**

Graduate School of Journalism  
Columbia University

---

---

## **Resumo**

Este artigo analisa a imprensa diária de Detroit de 1865 a 1920 e argumenta que a condição política da imprensa na arena pública e a seleção específica de notícias mudam conforme a esfera na qual a imprensa está institucionalizada, se o sistema político, a sociedade civil ou o mercado. O séc. 19 manteve fortes ligações com a “sociedade política”. No início do século 20 a imprensa migrou da sociedade política para a sociedade civil.

**Palavras-chave:** esfera pública, imprensa, sociedade civil, sociedade política, partidos políticos

## **Abstract**

This article examines the daily press of Detroit from 1865 to 1920 and it argues that the political stance of the press in the public arena and its specific news selection will shift depending upon the sphere within which the press is institutionalized, whether policy, civil society or market. Nineteenth-century news maintained strong links with organized “political society”. The early twentieth-century press migrated from political society to civil society.

**Keywords:** public sphere, press, civil society, political society, political parties

No período moderno, os Estados tipicamente assumem a forma de “comunidades políticas imaginadas” conhecidas como nações. A mídia das notícias, afirma Benedict Anderson, é essencial nesta fabricação de identidades nacionais compartilhadas. Ela constrói um sentido de comunidade política inclusivo, em parte, ao convocar os leitores como cidadãos, unidos em um discurso público comum quanto ao futuro e à identidade de seu país. A imprensa cria, e está implicada na construção de um espaço público democrático imaginário, do qual os cidadãos participam livremente como iguais num debate que visa o consenso. Mas eles participam de fato? Na verdade, para além desta fabricação simbólica de um discurso democrático comum, a imprensa necessariamente se dirige a uma parcela de público extremamente limitado e, portanto, estratificado. A mídia distribui, nas palavras de Pierre Bourdieu, “direitos ao discurso público” entre um grupo de representantes seletos e legítimos. A estratificação das vozes públicas, às custas da exclusão da grande maioria na sociedade civil, desafia os ideais utópicos da esfera pública e levanta dúvidas fundamentais quanto à capacidade da imprensa de servir como um mediador central do debate público.

Este artigo apresenta uma teoria do envolvimento da imprensa na construção do espaço público democrático. Também desenvolve um esquema para explicar historicamente as diferentes formas de acesso desigual à imprensa e à esfera pública. Utilizando este esquema conceitual, o artigo então analisa as alterações no jornalismo americano e na discussão pública e política entre 1865 e 1920. Especificamente, faz um estudo de caso de Detroit, cidade do meio-oeste norte-americano em processo de industrialização, e conduz uma análise de conteúdo longitudinal nas notícias dos sete jornais diários nesse período. A análise mostra que durante os 55 anos estudados, a mídia impressa de Detroit, seguindo uma tendência nacional, transformou-se de uma imprensa explicitamente partidária para um serviço de notícias ostensivamente independente, um juiz imparcial do acesso à esfera pública. Mas apesar desta transformação fundamental no estilo político de relatar as notícias, a imprensa continuou a privilegiar a visão e as vozes das elites políticas, em detrimento do cidadão comum. As tramas, os protagonistas e estruturas narrativas das notícias variaram através do tempo, mas a desigualdade na representação permaneceu constante na imprensa americana.

## **A esfera pública e a imprensa**

“Na raiz de toda política” afirma o cientista político E. E. Schattschneider, “está a linguagem universal do conflito” (1975, p. 2). Mas somente na era moderna o conflito foi aceito como parte central da definição da política. Apenas na “era democrática” foi criado o espaço social que permitiu a expressão de pontos de vista e interesses opostos. Esta arena de conflito, sem uma identidade automática entre a verdade, o poder e a lei, envolve a articulação de um novo projeto político normativo e de uma identidade política para a sociedade (LEFORT, 1988). Neste projeto normativo, nenhum primeiro ministro, presidente ou rei tem direito permanente a controlar os cargos políticos ou a exercer o poder do Estado. Nenhum grupo social é automaticamente considerado como o dono da verdade. Em vez disso, a verdade e o poder da democracia derivam de deliberações sempre abertas e sujeitas a revisões, produzidas pela opinião pública. Todos os cidadãos podem, de maneira geral, entrar como iguais dentro deste espaço aberto da democracia, desta “esfera pública”; todos os cidadãos podem apresentar suas opiniões e questões e participar da formação de um consenso político.

Jurgen Habermas, em parte, define a esfera pública como o espaço social onde a opinião pública é formada. Em seu estudo clássico, Mudança estrutural na esfera pública, Habermas explica que um sentido de esfera pública mínimo e crucial emerge “em cada conversação na qual; os indivíduos privados se fundem para formar um corpo público” (1974, p. 49; Cf. HALLIN, 1985a). Assim, para Habermas, a esfera pública está enraizada na sociedade civil, na base do poder político. Esta localização de base da deliberação política e pública permite que a democracia representativa moderna escape das restrições à participação que seriam inevitáveis se o debate estivesse confinado às instituições formais de governo. Tais instituições, com seus recursos escassos e seu tempo limitado para chegar a decisões, necessariamente excluem a maior parte da população. Ao contrário, na sociedade civil, na esfera pública, estes limites não existem.

A teoria democrática clássica propunha que as políticas legislativas refletissem este processo mais geral de debate e deliberação na arena pública. A legislação do parlamento, como a opinião pública em geral, deveria seguir o melhor e mais correto argumento, e não os equilíbrios de poder momentâneos e flutuantes. Entre a sociedade e o governo não existiria um fluxo de poder e opinião de mão única. Em vez disso, a discussão pública seria guiada pelas opiniões esclarecidas apresentadas em debate dentro do parlamento e da sociedade civil. O conceito de uma esfera pública - esta discussão popular aberta, multifacetada e voltada para o consenso - foi institucionalizado no Estado formalmente democrático por meio de vários direitos constitucionais. Sua autonomia seria assegurada pelos direitos de liberdade de discurso e de reunião. Seu poder sobre o governo seria garantido pelo

sufrágio universal e por tornar o processo decisório governamental público e aberto ao exame pelos cidadãos e seus representantes (BOBBIO, 1987, cap. 4; HABERMAS 1989, p. 53, 60-3, 81-3; POGGI, 1978, p. 104-5).

A imprensa exerce um papel crucial nesta concepção normativa de democracia, e na verdade o jornalismo foi historicamente central na viabilidade da esfera pública. Como Alexis de Tocqueville (1945, p. 342-3, 119-22) apontou há um século e meio atrás, a imprensa remedia os problemas de comunicação política na moderna sociedade de massas. Quando a democracia se expande de uma pequena polis para um Estado-nação, a troca de opiniões e de informações não pode mais acontecer pela conversa face a face. Em vez disso, a imprensa assume de forma ideal o papel útil de portadora da discussão política, sem corromper a imparcialidade e a igualdade da esfera pública. Além disso Habermas, assim como outros, descreveu como a imprensa era a portadora dos vários direitos do público; a imprensa contestou o sigilo do parlamento ou do Congresso e a censura governamental ao debate (PARK, 1960, p. 15; LEONARD, 1986, cap. 3).

Entretanto, para além destas alegações funcionais e históricas de Tocqueville e Habermas, poderíamos afirmar que a imprensa é constitutiva do “imaginário democrático” que informa a esfera pública. E, vice-versa, a identidade da imprensa moderna é amplamente dependente dos ideais e das regras da esfera pública. O historiador Michael Warner (1993) em seu relato sobre as origens da esfera pública nos Estados Unidos oferece algumas reflexões esclarecedoras sobre este papel central da imprensa. Ele conta que a imprensa, ou aquilo que Benedict Anderson (1991) chama de “capitalismo-impresso” pode e, de fato, assumiu diferentes formas culturais antes da Revolução Americana. Nos séculos 17 e 18, a imprensa evoluiu de um meio de doutrinação religiosa para um relato das notícias econômicas e sociais para os comerciantes e mercadores americanos, até que finalmente na década anterior à Revolução Americana a imprensa emergiu como uma turbulenta força de agitação política, um chamado a todos os cidadãos dignos a participação política.

Foi nesta sua última forma, segundo Warner, que o jornalismo teve um papel central na criação tanto da Revolução Americana quanto do imaginário democrático. Nos Estados Unidos uma consciência nacional e uma aspiração ao auto-governo foram desenvolvidas apenas no século 18, quando a imprensa e o povo foram infundidos de ideais do republicanismo político. Os leitores de jornal não eram mais crentes devotados, ou simples comerciantes particulares, mas cidadãos com direitos e deveres de autodeterminação política. Na visão dos revolucionários, o jornalismo era central para o funcionamento da jovem democracia. Acreditavam que pelas páginas da imprensa o povo poderia se reunir como iguais em um corpo puramente deliberativo, numa comunidade horizontal engajada em uma discussão aberta e racional sobre os negócios do governo. Nesta

ficção cultural da nação política, a imprensa era considerada especialmente favorecedora dos atributos mais valorizados pelo republicanismo político. Impessoal, o jornal destacava todos os argumentos de um indivíduo específico, com seus interesses pessoais e suas ligações sociais particulares. Racional, a palavra impressa despia os argumentos esclarecidos do poder retórico da voz humana. Universalística, a imprensa circulava entre todos os cidadãos independentemente de seu status ou riqueza pessoais, permitindo sua reflexão privada sobre as questões em jogo e portanto sua resposta ao debate público (WARNER, 1993; NERONE, 1993, p. 42-5, 49, 53-4).

Na imagética cultural do republicanismo político, a imprensa ganhou importância e legitimidade enormes como portadora e representante da opinião pública. Conseqüentemente, a imprensa adquiriu direitos especiais tais como uma tarifa postal mais baixa e acesso privilegiado aos funcionários do governo. Além disso, os jornais, ao narrarem os rituais e dramas da democracia para uma cidadania recém adquirida, asseguravam uma audiência de leitores e lucros<sup>1</sup>.

### **Princípios da estratificação na imprensa: sociedade civil, sociedade política e mercado**

Seria ingênuo, é claro, aceitar sem questionamento as afirmações de que a imprensa atendeu aos ideais de esfera pública do século 18 ou mesmo do século 20. O que explica o abandono por parte da imprensa destes deveres normativos? Aqui, é importante deixar o envolvimento da imprensa na constituição cultural da esfera pública e voltar-se para seu papel de alocar o acesso ao debate público. Tanto Tocqueville quanto Habermas situaram idealmente a imprensa dentro da arena da sociedade civil moderna com suas regras de interação social livre e igualitária. Entretanto, segundo o modelo tripartite de Habermas para a sociedade, a sociedade civil é apenas umas das três esferas rivais nas quais a imprensa e a esfera pública poderiam potencialmente ser institucionalizadas<sup>2</sup>. Podemos definir a sociedade civil como a arena da interação social comum e voluntária governada pela tradição, pelas normas e o acordo comunicativo. Ela inclui famílias, associações voluntárias e a esfera pública. A sociedade civil é necessariamente confrontada e complementada pelas arenas sociais da economia e da sociedade política. A imprensa depende das informações tanto do mercado quando da política para possuir recursos monetários e legitimação cultural, mas cada esfera

---

<sup>1</sup> Gans (1979, p. 8-39) aponta a centralidade das narrativas da nação mesmo no jornalismo contemporâneo dos Estados Unidos. Sobre a crescente circulação dos jornais em relação à expansão da democracia americana, ver LEONARD, 1986, p. 54-9; SAXTON, 1990, cap. 4.

<sup>2</sup> As três arenas de Habermas são a economia, o estado e o mundo da vida (*life-world*). Sigo aqui a versão reformulada de Habermas (1993) segundo Jean Cohen e Andrew Aralo.

representa uma ameaça para o funcionamento da imprensa como um meio para a discussão livre e aberta da esfera pública (GOLDFARB, 1982, cap. 3; HABERMAS, 1986, p. 13-15, 89; COHEN e ARATO, 1989, p. 496-7). Como a imprensa é institucionalizada de formas variáveis no mercado, na política ou na sociedade civil, a natureza das notícias se altera. A seleção das notícias pode ser alternativamente regida pelos interesses de lucro do mercado, motivos de acumulação de poder numa sociedade política, ou a solidariedade social de uma sociedade civil (ARATO, 1981, p. 24-5).

A presente discussão enfoca as relações variáveis da imprensa com a sociedade política e pode apenas brevemente lidar com as ameaças econômicas às notícias independentes. Entretanto, podemos resumidamente dizer que, sob condições de incorporação da massa popular dentro das instituições políticas e culturais centrais da sociedade, as funções instrumentais necessárias para produção e distribuição de bens culturais ocorre através de burocracias e sistemas de mercado modernos. Como já observado, a troca de opiniões e idéias na esfera pública não pode ser obtida apenas pela interação face a face. Ela requer publicações trocadas no mercado ou distribuídas pelas burocracias. Nas democracias capitalistas, a esfera pública precisa de uma imprensa comercial.

As conseqüências da produção econômica de bens culturais têm sido uma preocupação dos sociólogos americanos da cultura nas décadas de 1970 e 1980. Em sua abordagem a “produção da cultura”, voltaram sua atenção de uma preocupação exclusiva com o significado do produto cultural e sobre como ele refletia a natureza da sociedade para os grupos institucionais nos quais a cultura é produzida (SCHUDSON, 1986; PETERSON, 1979; HIRSCH, 1977; EPSTEIN, 1973; TUCHMAN, 1978a). Os sociólogos implicitamente tomaram como tema a lógica institucional e as barreiras organizacionais específicas ao mercado. Por exemplo, jornalistas produzem as notícias em uma corporação visando a maximização dos lucros que impõe uma série de seleções e limites ao produto final das notícias. As notícias são manufaturadas através de uma divisão de trabalho complexa que é organizada dentro de uma burocracia hierárquica, e enfrentam os limites do tempo escasso e dos recursos limitados. Além disso, as corporações individuais enfrentam um mercado específico que estrutura suas escolhas de produtos de notícias enquanto tentam maximizar o retorno para leitor e o anunciante. A abordagem da produção de cultura demonstra tipicamente que as notícias não refletem nem a afirmação dos jornais em possuírem “*todas as notícias que podem ser publicadas*”<sup>3</sup> nem a esfera pública ideal da deliberação aberta e racional. Ao contrário, as exigências das organizações burocráticas e as estratégias de coleta das notícias impõem inúmeros limites aos eventos noticiados do dia - que tipos de informações

---

<sup>3</sup> O lema do *New York Times*.

são embalados como bens de notícias. Conforme Schudson observa (1978: 185), “... a ênfase não está nas tendências intencionais, mas nas conseqüências, almeçadas ou não, das formas e processos sociais”.

A essa descrição das notícias como um bem produzido para o lucro deveria ser adicionada uma imagem das dinâmicas de desenvolvimento da indústria da notícia - um processo de crescente competição, uma maior preocupação com as margens de lucro e uma galopante concentração e integração do jornalismo nas companhias multinacionais. Em todos estes casos, o julgamento público e profissional de que eventos e questões devem fazer parte das notícias do dia são substituídos pelas preocupações em minimizar os custos na produção e maximizar o apelo à audiência e à renda dos patrocinadores (KAPLAN, 1993; HALLIN, 1992; BAGDIKIAN, 1987).

Além dos limites econômicos sobre a produção das notícias, há pressões políticas. A maior parte das análises sobre a mídia americana enfatiza a ameaça à imprensa crítica independente representada pelas pressões comerciais. Ao fazê-lo eles abertamente negligenciam a influência da cultura política e das instituições políticas de um país sobre a conduta das notícias<sup>4</sup>. Esta deficiência da análise social pode ser parcialmente explicada pela perspectiva insular dos críticos da mídia americana; desconhecendo as práticas jornalísticas de outros países, eles tomam como natural a maneira pela qual os jornalistas noticiam as autoridades políticas americanas. Em segundo lugar, estes analistas são influenciados pelas afirmações absolutas de que a mídia americana é a-política e diferenciada de todas as instituições políticas.

Considerando as garantias constitucionais da independência da imprensa, a política influencia a imprensa não através de decretos governamentais, mas de formas mais indiretas. Já que o jornalismo deseja participar do diálogo da sociedade sobre os fins e os meios desejáveis para alcançá-los, já que a imprensa está interessada em influenciar a opinião pública e, por sua vez, a política governamental, ela não pode evitar envolver-se nos interesses da sociedade política organizada (COHEN e ARATO, 1989, p. 500-1; Cf. ELY e HEIS, 1989). A mídia das notícias, assim como na imprensa do século 19 nos Estados Unidos, tornou-se envolvida com atores políticos estratégicos que subordinam a formação livre da opinião pública à conquista de cargos governamentais.

De maneira mais geral, a própria sociedade política sofre uma longa evolução levando a uma ruptura entre partidos e agências de debate público e diálogo na sociedade civil. Os teóricos políticos, de Robert Michels a Otto Kirchheimer a Habermas destacaram um processo histórico no qual os partidos

---

<sup>4</sup> Uma importante exceção é HALLIN, 1994. Também Habermas em sua obra sobre a esfera pública enfatizou a comercialização da imprensa e negligenciou os fatores políticos.

dispensaram seu papel de formadores da opinião popular. Para vencer as eleições, os partidos criam posições políticas que atraem a maioria dos eleitores. As elites políticas acham útil destacar a determinação de suas definições políticas das opiniões e visões dos membros de partido e suprimir o dissenso interno. As organizações políticas voltam-se totalmente à busca do poder e do dinheiro, completamente divorciadas da sociedade civil (Cf. KIRCHEIMER, 1969; HABERMAS, 1989, p. 203; OFFE, 1984, cap. 9; BOURDIEU, 1991). Os jornais que estão fortemente alinhados com partidos de maneira similar abandonam seu papel da formação de opinião política e da troca aberta de idéias. Em vez disso voltam-se para a acumulação estratégica de poder político. As seleções das notícias enfocam questões políticas dividindo os dois partidos e têm como objetivo fortalecer a coalizão eleitoral que sustenta seu partido preferido. Os interesses partidários determinam a pauta das notícias.

Mesmo quando a imprensa não é formalmente alinhada com nenhuma organização política e conseqüentemente não está subordinada aos imperativos instrumentais dos partidos, os jornais dependem fundamentalmente da legitimidade e das representações da sociedade política. Enquanto o sistema político mantém algum controle sobre o compromisso com a cidadania, a imprensa por sua vez deve chegar às normas, pauta e interpretações mais amplas expressadas pela sociedade política. De fato, a imprensa do século 20 dos Estados Unidos, que afirma ser imparcial e separada de qualquer aliança política específica, possui apenas uma legitimidade fraca para apresentar qualquer visão ou interpretação que possa ser considerada controversa, ilegítima ou exterior ao consenso entre dois partidos. Em todos os contextos de controvérsia, a imprensa recai na conformidade com as definições da sociedade política formal sobre o que é legítimo.

O trabalho de Pierre Bourdieu (1991) oferece uma variedade de ferramentas conceituais úteis para uma melhor compreensão do envolvimento da imprensa na sociedade política. As categorias de Bourdieu ajudam a delinear a maneira particular pela qual a imprensa trabalha para “constituir” um discurso público oficial, sancionando algumas opiniões e vozes como importantes e legítimas. A proeminente manobra de sanção da imprensa é afirmar que apresenta uma imagem de autoridade do mundo. “As notícias” não são uma questão de perspectivas plurais ou de considerações em particular. Ao menos na sua versão do século 20 americana, o jornalismo afirma apresentar uma imagem definitiva e factual das palavras e acontecimentos mais importantes do dia. Por meio de gestos solenes e distanciadores, a mídia das notícias aspira publicar uma narrativa oficial e culturalmente legítima de nosso mundo. Por meio deste processo, o jornalismo pratica uma forma particular de alquimia. Ele transforma o simples amontoado de ocorrências particulares em dourados eventos públicos dignos de nota. A imprensa

constitui o comunal; cria o público. A mídia define o que é uma preocupação pública a ser compartilhada, digna de atenção coletiva, e ao mesmo tempo delinea os limites do público (BOURDIEU, 1991, p. 173). Ela determina quem e o que deve ser excluído do domínio público.

Neste processo, a imprensa (assim como na discussão de Bourdieu sobre o campo político em geral) publiciza e objetifica. Ela leva as efemérides da vida cotidiana “do implícito para o explícito, de uma impressão subjetiva para uma expressão objetiva” e de um relato objetificado para uma narrativa oficial legítima. A mídia, ao definir o público, ao mesmo tempo desafia e apóia a sociedade política em seu esforço para impor uma particular “visão do mundo social” (BOURDIEU, 1991, p. 221-3; Cf. ARENDT, 1958). O jornalismo, apesar de declarar ser meramente uma reflexão imparcial sobre o mundo, apesar de afirmar-se como especialista e objetificado, de fato constrói culturalmente o mundo que narra. Nas notícias, a “performance” está misturada de forma indelével ao descritivo.

A mídia das notícias sanciona e legítima a sociedade política ainda de uma segunda maneira. Como nota Bourdieu (1991, p. 193), o monte de microfones apontados para o político, o brilho das luzes das câmeras e o rabiscar dos lápis dos repórteres, todos atuam para registrar e designar a importância das palavras do político. Eles simbolizam sua autoridade ao falar em público. Por exemplo, o presidente americano possui um direito único de comandar o tempo da televisão para discursos importantes. Como este caso sugere, a imprensa reconhece os direitos representativos especiais do político de falar em público porque ele ou ela teve seu poder e autoridade pública delegados por aqueles que representam. Além disso, como representante sancionado, o oficial eleito desfruta do privilégio especial de se comunicar com o povo, unir-se à nação em seu papel enquanto cidadãos eletronicamente reunidos.

Deste modo a imprensa representa vários rituais centrais ao imaginário democrático. Bourdieu (1991, caps. 8-9) batizou estes processos de “tecnologia social de delegação”. Nesta maquinaria simbólica, mais notadamente nos rituais das eleições, a soberania política dos cidadãos e seus direitos à deliberação pública são celebrados. Mas esta celebração acontece precisamente no momento em que todo o poder para falar em público e agir coletivamente é dado aos profissionais políticos da sociedade política formal. A imprensa continuamente reconhece e legítima o direito do político de falar em público (através da mídia) como a voz oficial do povo. Neste processo a distância entre eleito e eleitor, aquele que governa e aquele que é governado é ao mesmo tempo confirmada e negada.

Recapitulando o argumento até aqui, afirma-se que a imprensa está permanentemente inscrita na esfera pública democrática. Os ideais normativos da discussão pública democrática informam e infundem o papel público da imprensa e justificam seu funcionamento. Ao mesmo tempo, o jornalismo das notícias não

repete apenas o debate político. Em vez disso seu desempenho constrói as vozes públicas legítimas, as questões próprias para o debate público e os tipos apropriados de discurso a partir dos quais os debates públicos deveriam desdobrar. Nesta distribuição dos direitos de discurso, a mídia historicamente reforçou amplamente a monopolização que a sociedade política faz do discurso público como o representante legítimo da nação.

Neste contexto geral de acesso desigual à esfera pública, as escolhas pela imprensa de palavras e realizações da elite em busca de publicidade repousam sobre a posição do jornalismo dentro das arenas competitivas sociais da sociedade civil, da sociedade política e do mercado. Dependendo da relativa subordinação das notícias aos princípios do lucro, da acumulação de poder e da solidariedade adquirida pela comunicação, a seleção que a mídia faz de vozes públicas legítimas se alterará.

Este artigo volta-se agora para uma análise comparativa das notícias de Detroit de 1865 a 1920. Os jornais de Detroit do fim do século 19 e início do século 20, assim como aqueles do restante do país, apresentaram duas formas alternativas de notícias, duas posturas fundamentalmente diferentes na esfera pública. Essas diferenças são tomadas para demonstrar as conseqüências dos meios alternativos nos quais a imprensa se encaixa nas arenas institucionais rivais. No final do século 19 a imprensa estava fortemente ligada à sociedade política organizada em suas batalhas e polêmicas. No início do século 20, a imprensa assumiu uma posição central dentro da sociedade civil, não obstante uma versão peculiarmente apolítica da sociedade civil.

### **Metodologia de pesquisa**

Antes de entrar nos detalhes da análise, é melhor considerar os méritos do caso e os métodos adotados para delinear as mudanças políticas em jornalismo. O caso de Detroit tem o mérito da representatividade política. A cidade industrial em expansão do meio oeste demonstra a “dinâmica principal” da política americana no final do século 19 e início do século 20. Enquanto a organização partidária era mais forte no nordeste dos Estados Unidos e mais fracas nos novos estados do Oeste, a tendência principal nacional através da “Era Gilded” do final do século 19 era de organizações partidárias fortes em uma significativa competição política (SHEFTER, 1983). No século 20, com as transformações partidárias que seguiram as eleições críticas de 1894-1896, Detroit novamente conformou-se ao padrão majoritário (BURNHAM, 1982, cap. 1). Além disso, Detroit era uma cidade grande o suficiente para ter a imprensa apresentando uma ampla gama de diferenças na política e também leitores com características étnicas e de classe, típicos da cidade do século

19. Mas esta pequena metrópole industrial crescente era pequena o suficiente para tornar a classificação dos jornais diários uma proposição razoável.

A análise de conteúdo codificou todos os artigos publicados em dias amostrados dos jornais diários de Detroit: o *Detroit Free Press*, o *Evening News*, o *The Post*, o *Adviser and Tribune*, o *Union*, o *Times* e o *Journal*. Em 1867, no início deste estudo, Detroit possuía quatro jornais diários. Com o tempo o total cresceu para cinco jornais mas diminuiu para três em 1919. Os dias para codificação foram selecionados com base em amostra estratificada. A vida política americana apresenta uma natureza cíclica seguindo o calendário das eleições. Conseqüentemente, a cobertura das notícias políticas apresentam fortes diferenças entre a época eleitoral e os períodos não eleitorais. Para evitar qualquer confusão que este ciclo possa introduzir à procura de mudanças de longo prazo, a amostra foi organizada para incluir uma edição de jornal da eleição presidencial e uma de um período não eleitoral. Cópias do exemplar de 15 de outubro de todos os jornais foram analisadas para todos os anos de eleição presidencial, 1868-1920, e uma edição de todos os jornais diários foi analisada fora do período eleitoral (o 15 de fevereiro precedente de cada ano eleitoral). No final, aproximadamente 10.000 notícias foram codificados.

Os artigos foram codificados por tópico, os grupos e opiniões relatados, e pela introdução que o/a repórter-narrador(a) faziam de suas opiniões explícitas (seja valorativa, lógica ou causal) dentro da narrativa. Em geral, uma medida foi construída para a “tendência política” do jornal, ou seja, sua atenção sistemática ou sua avaliações em favor de grupos políticos específicos.

### **O jornalismo partidário do século 19**

Ao longo da maior parte do século 19, os partidos políticos dominaram a vida político-pública americana (SKOWRONEK, 1981; BRIGHT, 1984; SKOCPOL, 1992). Vários recursos aumentaram o poder dos partidos para ditar os termos do debate americano. Além do controle sobre o acesso a cargos eletivos e da conversão da administração governamental em posições de patronagem para trabalhadores leais ao partido, o partido comandava a esmagadora lealdade da população votante. Devido ao controle partidário de recursos políticos e da legitimidade como representante público do eleitorado, os partidos tornaram-se as vozes dominantes, senão exclusivas nas questões de importância nacional. Neste contexto de poder excessivo dos partidos, os jornais publicamente afirmavam sua fidelidade tanto aos democratas quanto a seus oponentes do século 19, fosse este conservador ou republicano. A imprensa do século 19 era aberta e formalmente partidária (BALDASTY, 1992; JENSENM, 1971; MCGERR, 1986).

Como órgãos formais e explícitos de um partido político, os jornais orgulhosa e publicamente apresentavam suas tendências tanto nos editoriais quanto nas notícias. Os editoriais são o gênero pelo qual os jornais mais proeminentemente apresentam suas fidelidades políticas. E de fato, como órgãos leais voltados para o sucesso do partido, a maior parte dos jornais diários de Detroit defendia a causa de seus partidos durante a época eleitoral. De acordo com a análise de conteúdo, nos anos de 1865 a 1900 os editoriais partidários variaram de 34% a 81%. Mesmo em período não-eleitoral os jornais do final do século 19 explicitamente alinhavam-se com as posições e com as políticas de seus partidos em 20% a 50% nos artigos opinativos.

Editoriais no período de Eleições Presidenciais				
	1868	1876	1884	1892
Partidarismo <sup>5</sup>	81%	78%	62%	52%
Editoriais fora do período de Eleições Presidenciais				
	1867	1875	1883	1891
Partidarismo	54%	40%	18%	34%

Os jornais se expressavam não como comentadores exteriores ou imparciais, mas como representantes de sua comunidade partidária. Os editoriais, em parte, tornaram-se um diálogo ampliado, ou melhor, uma diatribe entre jornais locais apoiando os dois partidos. A linguagem geralmente alcançava extremos mordazes entre os editores democratas e republicanos. Por exemplo, o democrata *Detroit Free Press* sentiu-se forçado a denunciar seu contemporâneo, o republicano *Post*, na edição de 14 de outubro de 1876:

*“Se o Post mente sobre a marcha [democrata] na noite passada assim como mentiu sobre o desfile [democrata] da noite de quarta-feira, o público terá mais uma confirmação do fato de que o **Detroit Post** é um dos mais ofensivamente abjetos e servis órgãos que já desgraçaram o jornalismo.”*

Neste debate bilateral, os jornais implicitamente sugeriam que os dois partidos esgotavam o espectro relevante dos pontos de vista políticos.

<sup>5</sup> Nas amostras de edições todos os editoriais foram classificados de acordo com a tendência política e sua extensão foi medida. A percentagem é do espaço que os jornais dedicavam aos editoriais.

Nos jornais americanos do século 19, o partidarismo também fazia parte das notícias. Nenhuma linha divisória preservava a imparcialidade das notícias da defesa da página editorial. Especialmente durante os períodos eleitorais, as notícias tomavam uma forma partidária gritante, flutuando entre 5% e 20% do espaço total das notícias.

<b>Notícias nos anos de eleição presidencial</b>					
Partidarismo	1868	1876	1884	1892	1896
	15%	21%	39%	16%	40%
<b>Notícias em anos não eleitorais</b>					
Partidarismo	1867	1871	1879	1887	1895
	18%	4%	4%	3%	9%

De uma maneira esquemática, havia três formas dominantes de notícias partidárias: primeiro, os jornais dedicavam partes amplamente desiguais de atenção para tornar públicas as ações e discursos de seu partido, enquanto castigavam ou ignoravam o partido oposto. Segundo, as disputas eleitorais e as vitórias eram relatadas de maneira manifestamente exagerada e distorcida. Os órgãos do partido celebravam todos os sinais de sucesso do partido. Por último, os interesses de partido afetavam as notícias de maneira mais profunda. A própria escolha de eventos a serem noticiados era definida pela agenda política do partido. Os jornais selecionavam dentre os eventos a serem cobertos aqueles que poderiam ilustrar a verdade das posições do partido e os benefícios de suas políticas. Como as questões políticas que dividiam os democratas dos republicanos mudaram durante o curso do final do século 19 - de disputas sobre a reconstrução do Sul para a troca de acusações de corrupção e suborno, para debates sobre as tarifas de importação e as políticas monetárias inflacionárias do final do século - também assim evoluiu a agenda de notícias da imprensa. Os jornais trilhavam as conseqüências das políticas dos partidos para dentro da ordem social no esforço de argumentarem a favor ou contra os programas de ambos os partidos.

Por exemplo, no período da Reconstrução, 1865-1876, as questões da Guerra Civil ainda predominavam na imprensa e na política, mas os dois partidos as definiam de maneira diferente. Para os republicanos, as questões da Reconstrução eram logicamente a união nacional e a traição. Tentavam com persistência retratar os democratas como o partido do sul, da secessão e da guerra, pela qual os cidadãos do norte pagaram tão duramente com o sangue de seus jovens. Em resposta, os democratas redefiniam os termos do conflito. Insinuava, que a guerra com seu objetivo de união e abolição da escravidão tinha um motivo secreto: o estabelecimento de um governo despótico de republicanos em Washington, um

estado militar centralizado mantido pelo apoio de ignorantes eleitores negros. Além disso, os democratas argumentavam que os negros recém emancipados eram congeneremente incapazes de participar do governo dos brancos. A eles faltavam a razão e o autocontrole necessários para o governo republicano. Os democratas jogavam com a questão da raça freqüente e perversamente (MONTGOMERY, 1981, p. 84; BAKER, 1983).

Os jornais partidários de Detroit traçaram estas questões em uma miríade de conseqüências supostas e uma multiplicidade de novos eventos. Ambas as imprensas dos partidos trocavam acusações de crimes ultrajantes no sul. Os republicanos atestavam que os negros e os soldados da União foram submetidos à brutalidade dos sulistas recalcitrantes e dos membros da Ku Klux Klan. A imprensa trabalhava de mãos dadas com os republicanos em Capitol Hill ao publicarem os resultados das investigações do Congresso sobre os atos sulistas de intimidação e terror<sup>6</sup>. Os democratas tentavam revidar estas acusações com relatos repetidos de crimes, estupros e “ultrajes” cometidos pelos escravos recém libertados<sup>7</sup>. Além disso, para indicar os descaminhos das políticas republicanas, as notícias democratas destacavam repetidamente a suposta evidência da inferioridade biológica dos afro-americanos. As notícias caricaturavam o comportamento dos negros, detendo-se em descrições minuciosas de seus traços físicos e de comportamento, traços estes que supostamente mostravam suas diferenças físicas e deficiências.

Diferente de nossos jornais de hoje, as do século 19 ficavam sob o guarda chuva protetor de uma legitimidade política partidária como um representante do público. Além disso os jornais se dirigiam a um leitor democrata ou republicano que esperava esta forte demonstração de partidarismo por parte de seu jornal (KAPLAN, 1993). Protegidos da crítica por estes recursos, o jornal partidário estava livre para explorar de maneira sistemática e repetida as implicações sociais das políticas governamentais nos editoriais e notícias. A agenda jornalística não dependia da ocorrência de “eventos” para justificar a seleção de histórias do repórter. Aquilo que seria proibido para nossa imprensa contemporânea independente e “objetiva”, como “editorializar” - expor o ponto de vista subjetivo do repórter - era buscado pela imprensa do século 19.

Deste modo os jornais diários de Detroit apresentavam imagens fortemente opostas da natureza da sociedade americana e denunciavam enfaticamente as conseqüências do governo do outro partido. Tais jornais partidários tinham o mérito de oferecer uma estrutura interpretativa coerente para compreender os eventos cotidianos. O efeito de seu relato politizado era tornar dramáticas as questões

---

<sup>6</sup> Cf. *Free Press*, 15 outubro 1868, 4. E ver 24 agosto 1880, 4 e 24 setembro 1880, 4.

<sup>7</sup> Para exemplos representativos ver as amostras das edições do *Daily Union*, 15 outubro 1968 e *Free Press*, 15 outubro 1968.

políticas em jogo ao publicizar posições políticas fortemente opostas. Em 1867 o *Detroit Post* admitia este papel político ao explicar a missão dos jornais partidários:

“O segredo da influência [dos jornais sobre a comunidade] não é tanto que eles dão opiniões prontas para as pessoas; mas sim, que eles mantêm tópicos proeminentes constantemente recheados perante elas, colorindo o mais possível este tópicos por todos os lados. [Os jornais republicanos] estão constantemente estimulando esta reflexão e discussão [do público].”

Por outro lado, este debate público enfático estava contaminado pela busca calculada de poder político. Questões, notícias e opiniões que quebravam ou ameaçavam a coalizão social do partido, tais como a abstinência do álcool, a abolição da escravidão e os problemas dos fazendeiros eram suprimidas e excluídas das notícias diárias (JENSEN, 1971, p. 194-7; GOODWYN, 1978; FOLKERTS, 1985). Os jornais em seu alinhamento com a sociedade política formal, preocupada com a busca estratégica de poder, não noticiavam a ampla gama de opiniões, vozes e questões da sociedade civil. A esfera pública, ao menos enquanto representada pela imprensa como meio central de comunicação pública, tornou-se absorvida em debates extensivamente politizados e polarizados entre dois partidos. As estratégias notícias forçaram o abandono dos ideais da esfera pública: deliberação racional e aberta entre cidadãos sobre temas de bem comum.

## **O surgimento da independência da imprensa no início do século 20**

O século 19 apresentou um jornalismo partidário constante, mas depois de 1896 este partidarismo diminuiu fortemente. Durante os períodos eleitorais do final do século 19, a maioria dos editoriais de amostragem eram explicitamente partidários. De 1900 em diante, artigos de opinião que ficavam explicitamente com o partido e suas políticas tornaram-se uma parcela em declínio da página editorial. Em períodos não eleitorais, a queda de editoriais partidários entre os séculos 19 e 20 foi ainda mais forte. Daqueles 18% a 50% da Era Gilded<sup>8</sup>, os editoriais partidários tornaram-se minúsculos 1% a 5%. Quanto às notícias, a imprensa de Detroit preenchia cerca de um quarto de seu espaço para notícias com artigos partidários durante as eleições presidenciais no final do século 19. Em nosso século, as notícias com avaliações explícitas ou seleções tendenciosas decresceram

---

<sup>8</sup> N.T. “Gilded Era” no original. Período pós-guerra civil dos Estados Unidos. O termo, criado a partir do romance “The Gilded Age” de Mark Twain e Charles Dudley Warner (1873) faz referência a este período de industrialização, busca desenfreada pelo lucro e corrupção política e moral.

fortemente para 5% a 7%. As notícias em períodos não eleitorais tiveram um agudo declínio no início do século 20.

<b>Editoriais em Anos de Eleição Presidencial</b>				
Partidarismo (como uma Percentagem dos Editoriais)	1892	1900	1908	1916
	52%	29%	28%	17%
<b>Editoriais em períodos Não-eleitorais</b>				
Partidarismo	1891	1899	1907	1915
	34%	5%	1%	3%

<b>Notícias em anos de Eleição Presidencial</b>					
Partidarismo (com uma Percentagem do espaço para notícias)	1892	1896	1900	1908	1916
	16%	40%	14%	7%	5%
<b>Notícias em anos não-eleitorais</b>					
Partidarismo	1895	1903	1911	1919	
	9%	3%	0%	1%	

Em suma, no início do século 20, o partidarismo explícito nas notícias desaparecera. O partidarismo em editoriais diminuiu para uma percentagem pequena, mas ainda estava presente. Esta parcialidade editorial limitada estava no entanto confinada ao período eleitoral. O jornal já não estava mais engajado em um esforço prolongado ao longo do ano para proselitizar os eleitores ou demonstrar continuamente sua fidelidade formal ao partido.

No início do século 20 a política americana sofreu um número de mudanças institucionais significativas. Basta dizer que os recursos simbólicos e organizacionais dos partidos políticos entraram num declínio de longa duração como resposta a dois episódios políticos fundamentais. O primeiro episódio foi a crítica eleição de 1896. Esta campanha eleitoral viu a entrada de novas e controversas questões econômicas dentro da arena política e iniciou uma alteração constante nas coalizões sociais que sustentavam os dois partidos. Os elos populares tradicionais da fidelidade partidária foram rompidos e o partido democrata se enfraqueceu significativamente, tornando muitas eleições subseqüentes não competitivas. Em resposta a estes eventos traumáticos, a participação eleitoral popular iniciou um declínio agudo e súbito, caindo de 84% no país em 1896 para 53% na eleição presidencial, vinte e quatro anos mais tarde (BURNHAM, 1970; KLEPPNER, 1987).

Em segundo lugar, no início do século 20, após a este realinhamento político, o movimento reformista progressista lançou seu ataque aos partidos políticos e seu papel central na cena pública americana. Neste contexto de poder decrescente dos dois partidos e de uma ideologia anti-partidária articulada por um movimento de classe media, os jornais se libertaram do controle partidário. Jornais como o *Detroit Free Press* e o *New York Times* marcadamente publicaram suas “declarações de independência” em relação a qualquer partidarismo<sup>9</sup>.

Os jornais cortaram suas amarras com os partidos e basearam-se nos novos fundamentos políticos articulados pelos movimentos de reforma progressista para reconstruir seu papel na esfera político-pública americana. A imprensa proclamou que dali em diante publicaria um relato imparcial e factual dos eventos mais importantes do dia, sem levar em consideração os interesses econômicos ou políticos de nenhum grupo em particular. Em vez de interesses privados, a imprensa era guiada pelo ideal do “serviço público”. Em vez de julgamentos pessoais ou avaliações políticas, eles afirmavam que a especialidade profissional técnica iria dirigir a escolha das notícias e das interpretações<sup>10</sup>. De partidária, a imprensa afirmou ter se tornado um órgão de registro independente da vida política americana e um árbitro neutro da discussão pública americana.

Dentre os editores de Detroit, George Booth, dono do maior jornal de Michigan, o *Evening News*, e seus irmãos que controlavam uma cadeia de oito jornais menores pelo estado foram proeminentes no movimento progressista e seus esforços para reformar a política e a imprensa (POUND, 1964). No início do século 20 Booth repetidamente afirmava sua devoção à ética jornalística do serviço público, tanto em sua correspondência privada quanto em seus pronunciamentos públicos:

*“Um jornal que deseje uma posição de destaque, influência e lucro em seu ramo deve aprender a servir. Quanto mais completa e eficientemente ele servir para elevar a vida construtiva da comunidade, maior será sua recompensa financeira e mais longa a sua vida.*

*...Faça seu jornal SERVIR, construtivamente servir primeiro ao interesse público; sua recompensa virá sem grande esforço<sup>11</sup>.”*

---

<sup>9</sup> *Post*, 24 janeiro 1967, 4.

<sup>10</sup> O editor do *Free Press*, o democrata Quinby, renunciou a lodo partidarismo em agosto 1896, assim como fez o *New York Times* (ver LODGE, 1949). O abandono dos jornais clássicos democratas dos escalões do partido foi típico para a maior parte dos jornais democratas no país (ver JENSEN, 1971; SARASOHN, 1989, p. 10-11; BAEHR JR., 1972; VANDERMEER, 1989). A lealdade de imprensa ao partido Republicano foi mais raramente quebrada. Em Detroit, o editor James E. Scripps tirou o *Tribune*, o jornal oficial do partido republicano em 1986 (KAPLAN, 1993).

<sup>11</sup> Sobre as ligações íntimas entre o movimento Progressista e os jornais em geral ver GANS; HOFSTADTER, 1955, p. 186-98. Os editores do *Detroit News*, James e Edward Scripps, o diretor George

Booth enfatizava que nem seus interesses, nem aqueles de seus parceiros e do *staff* estavam envolvidos na seleção do conteúdo editorial do jornal. O jornal deve guardar sua independência e imparcialidade ao evitar envolvimento e ligações econômicas incriminadoras. Os trabalhadores do jornal, de fato, deviam observar um rigoroso código de comportamento. Booth insistia para que proprietários, editores e repórteres resistissem aos agrados oferecidos pelos poderes político e econômico<sup>12</sup>.

Talvez os incentivos econômicos oferecessem a mais forte tentação ao editor moderno. As cartas de Booth repetidamente se referiam a sua postura ética quanto a esta questão. Edmund Booth escreveu que em uma conversa com um diretor do banco local,

*“Eu... de boa fé o informei que você e eu em nosso código de ética por um jornal independente não nos permitimos ser acionistas do banco<sup>13</sup>”.*

Duas semanas depois Edmund contrastou as ações dos gerentes de Booth com aquelas de um padre que estava envolvido com todos os esquemas econômicos do local, e ele comentou:

*“Nós até mesmo estabelecemos um padrão para nossos repórteres e dizemos que eles não devem ter afiliações externas porque tais relações são contrárias à ética do jornalismo independente<sup>14</sup>.”*

---

Booth e o editor do *Detroit Times* James Schermerhorn eram defensores dos movimentos por reforma social do período Progressista.

<sup>12</sup> George G. Booth, “Notes for An Address” (Cranbrook Archives). Booth acreditava tão seriamente que um jornal deveria dedicar-se ao serviço público e não ao lucro ou interesses privados que ele defendeu a propriedade pública da imprensa [Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 11 novembro 1914] (Cranbrook Archives). Além disso, ele defendia repetidamente o News como uma “instituição pública”. Nas palavras do seu biógrafo Pound, o News era visto como “funcionando sob uma franquia tácita do povo...” (POUND, 1964, p. 191). Um exemplo das afirmativas particulares da devoção ao serviço público está na Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 30 julho 1907. Ver também a Carta de Edmund W. Booth a George G. Booth datada de 30 julho 1908 e o “Notes for An Address” de George G. Booth 1,4 (Cranbrook Archives).

<sup>13</sup> No início do século 20 Booth viu o enredamento da imprensa com interesses poderosos como uma dificuldade permanente para os jornais. Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 9 julho 1908 (Cranbrook Archives). Esta dificuldade também é observada pelo magnata dos jornais e reformista Edward Scripps (KNIGHT, 1966, p. 238-45). Seus medos correspondiam aos dos progressistas de classe média que tramavam uma preocupante rede de uma sociedade corrupta sob o controle dos ricos e das corporações monopolistas. Sobre o desaparecimento destes medos nos anos 1920 ver Hofstadter, 1967.

George Booth resumiu assim sua postura:

*“O dinheiro do [homem da imprensa] deve fluir apenas dos negócios que não podem ser prejudiciais ou manchar suas convicções<sup>15</sup>.”*

Os jornalistas usavam as idéias do movimento progressista do serviço público para negar que o proprietário, editor ou repórter recebessem qualquer remuneração particular, ou tirasse qualquer vantagem de decisões sobre notícias. Em vez disso, o jornalista, como profissional, estava devotado ao interesse público maior e era recompensado apenas em servir ao bem público.

*“Nossas políticas na condução do News não são políticas particulares. .. não temos segundos motivos, não temos interesses pessoais, George Booth, o diretor do **Detroit News** escreveu de maneira defensiva<sup>16</sup>.”*

A estratégia de Booth em responder neste caso às críticas de um homem de negócios conhecido mostra o papel desta ética jornalística. Ela foi designada para isolar o jornal de ataques políticos e representa uma base de legitimidade fundamentalmente reformulada para os jornais, depois das justificativas de partidarismo explícitas e formais do século 19. (TUCHMAN, 1972; 1978b).

Os editores não mais mantiveram as velhas justificativas partidárias de um ponto de vista do jornal livremente expresso, em oposição a outros pontos de vista. No século 19, os jornais afirmavam um direito explícito ao discurso político. Eles possuíam tais direitos, tanto como adjuntos aos partidos como representantes políticos populares, quanto como cidadãos livres engajados em um diálogo público. Eles eram membros participantes da esfera pública. No século 20, entretanto, a imprensa afirmava estar acima do debate da esfera político-pública. Independente de estarem dissociadas de qualquer ponto de vista fixo, as notícias dos jornais navegavam acima da contenda política (ALEXANDER, 1981, p. 23-29). O jornal não era parte do redemoinho de opiniões e preferências partidárias; não mais aspirava servir um segmento particular da opinião pública, e não possuía ligações com

---

<sup>14</sup> Carta de Edmund W. Booth a George G. Booth datada de 7 dezembro 1907 (Cranbrook Archives). Cf. POUND, 1964, p. 217, 235-6.

<sup>15</sup> Carta de Edmund W. Booth a George G. Booth datada de 20 dezembro 1907 (Cranbrook Archives).

<sup>16</sup> POUND, 1964, p. 236. Sobre a recusa em envolver ligações interesses e políticos ver: Cartas de George G. Booth a Edmund W. Booth datadas de 30 julho 1907 e de 31 julho 1912 (Cranbrook Archives). POUND, 1964:458-9.

nenhuma organização política em defesa de políticas ou busca de poder político. Se um jornal adota uma voz ativa, analítica e defensora, o faz em nome dos interesses públicos compartilhados por toda a comunidade (Cf. HALLIN, 1986). Como observou em sua correspondência, o presidente do *Detroit News*:

“*Estamos conscientes que não temos outra ambição [que] a de garantir um bom governo e encorajar o que quer que tenda em direção do bem público e da felicidade do povo em geral*<sup>17</sup>.”

Na análise de Jeffrey Alexander (1981; Cf. HALLIN e MANCINI, 1985, p. 849), os meios de comunicação de massa não mais “produziam perspectivas agudamente divergentes dos acontecimentos públicos”. Eles evitavam a articulação explícita e consciente de normas em um conflito com outras perspectivas. Suas palavras saíam dos lábios de *experts* imparciais ou de representantes não políticos da vontade da comunidade.

Assim a imprensa migrou da sociedade política, com um debate político polêmico e estrategicamente formulado, para a sociedade civil. Mas nesta sua nova posição, assumidamente apolítica, imparcial e objetiva, a imprensa se posicionou fora do debate aberto e da deliberação da sociedade civil. As escolhas das notícias da imprensa não eram guiadas pelas questões abertamente articuladas da sociedade civil, nem pelas ideologias políticas polarizadas, ou pelos interesses da política formal. Deixando de assumir um ponto de vista político como o guia de suas escolhas jornalísticas, os jornais afirmavam determinar as notícias baseados em critérios independentes e especializados, a partir dos acontecimentos mais importantes do dia. De fato, as notícias se mantiveram em uma série de normas tomadas de antemão e compreensões culturais de senso comum para escolher o que era mais importante noticiar (TUCHMAN, 1978a). Elas dependiam de valores não tematizados do *background* cultural da sociedade civil, em seu “mundo da vida” (*life-world*) conforme a terminologia de Habermas, para realizar as seleções necessárias e as interpretações dos eventos do dia. A imprensa, sob a influência de ideologias profissionais e idéias tecnocratas, mudou da arena da luta política para aquela da integração social<sup>18</sup> e retirou suas narrativas das normas culturais de senso comum da sociedade.

---

<sup>17</sup> Carta de George G. Booth a H. Chalmers, datada 7 novembro 1915 (Cranbrook Archives).

<sup>18</sup> Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 30 julho 1907 (Cranbrook Archives, Bloomfield Hills, Mich.).

A imprensa do início do século 20, em conjunto com os movimentos pela reforma progressista, fizeram campanha pela reforma política e denunciaram a corrupção. Mais tarde, a decadência do movimento progressista significou que o jornal teria de permanecer sozinho defendendo as reformas políticas e sociais. Quando o movimento recuou, as manifestações e defesas jornalísticas declinaram<sup>19</sup>.

Nesta nova estância imparcial e apolítica, a imprensa do início do século 20 reteve apenas fracos recursos simbólicos e econômicos para apresentar suas próprias interpretações nas páginas diárias. Teve poucas justificativas para forçar sua agenda e suas perspectivas contra os representantes de outros poderes em disputa da esfera pública (HALLIN e MANCINI, 1985, p. 847-9; ALEXANDER, 1981, p. 35-7). A imprensa independente possuía direitos limitados de discurso principalmente quando garantia que suas opiniões representassem o interesse público contra poderes privados ou governamentais. Logicamente, toda escolha de notícias jornalísticas representa algum ponto de vista social, mas a imprensa tentava camuflar estas escolhas com sua posição imparcial e especializada, ou com seu estilo narrativo apagado. Se o ponto de vista de um repórter estimulava uma controvérsia social significativa, ele seria condenado como partidário. Em todos os contextos controversos, a imprensa recuava para uma postura de aceitação obliterada da opinião majoritária.

Voltando uma última vez à família Booth de editores: estes jornalistas reformistas repetidamente mostravam as ambigüidades políticas do não-partidarismo. Em uma ocasião, o irmão Edmund achou necessário excluir de seu jornal uma coluna polêmica escrita por seu pai. O filho explicou suas razões a seu pai:

---

<sup>19</sup> Cf. ALEXANDER, 1981. Podemos dizer que o jornalismo como um relato dos fatos, que estão supostamente separados dos valores e da defesa política, depende da emergência de uma esfera social liberta da polarização política (e da polarização das interpretações). Schudson, em sua história social clássica da imprensa, *Discovering the News* (1978) também descreve a emergência da imprensa moderna não mais partidária. Ele situa esta mudança na era jacksoniana, nos anos 1830. Nesta década, as crenças compartilhadas de uma “sociedade democrática de mercado” tornaram-se dominantes. Aqui, Schudson segue a conhecida “interpretação consensual” de Richard Horstadter (1948). A emergência de um consenso social compartilhado de um “individualismo liberal” nos anos 1830 é causa e resultado da emergência de um reino social liberto de uma controvérsia política importante. A mudança das opiniões e da defesa para os fatos, pode-se dizer, depende da emergência desta esfera social liberta da polarização política. Diferente da interpretação aqui apresentada, Schudson não situa a imprensa dentro da arena de disputa do debate público depois de ocorrida esta transição.

“O espírito “partidário” não está de acordo com o jornalismo moderno independente, e quando notei que o senhor é o genitor de uma raça de jornalistas independentes e deste modo deve cuidar para que seu método de escrita mantenha-se dentro do espírito do jornalismo independente, acreditei que o senhor rapidamente entenderia meu argumento e concordaria com ele. [S]eus filhos controlam os órgãos que lideram a publicidade de um grande estado num momento em que podem ocorrer duras controvérsias [e]... amargura. Realmente acho que se alguém da família tomar a frente da luta e escrever de forma mais drástica e sensacionalista do qualquer outro anti-sufragista faz, a relação pode se tornar muito delicada. Tudo o que me importa é que a independência real destes jornais não deve ser mal compreendida. Quero que os sufragistas sintam que vão ter uma parcela igual com o **The Grand Rapids Press** mesmo se este continue a criticá-los como fez no passado<sup>20</sup>.”

George Booth resumiu seu argumento em um editorial:

“...[I]nteresses públicos impõem sobre qualquer jornal a obrigação de permanecer completamente neutro... [nas campanhas políticas]<sup>21</sup>.”

A fraqueza política da imprensa é reforçada por sua dependência ao mercado de massa. Apresentar opiniões controversas ou suspeitas permitiria que a mídia jornalística fosse desafiada por outros atores políticos e também pela perda de “consumidores” aborrecidos. A busca dos jornais por um grupo de leitores amplo, não segmentado por opiniões políticas ou sociais significa que seu partidarismo deveria alienar algumas partes de seus leitores e deste modo ameaçar seu futuro econômico. Além disso, podem especular que a ideologia tecnocrata da era progressista (e dos repórteres como profissionais) não deu nenhum valor em particular ao debate público ou a inclusão de uma gama maior de opiniões<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Booth logo começou a defender uma estância da imprensa “suspensa” acima da discórdia e disputa da política. Ele sugeriu que uma postura menos controversa aumentaria os lucros do jornal. Cf. POUND, 1964, p. 221; Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 31 outubro 1910 (Cranbrook Archives).

<sup>21</sup> Carta de Edmund W. Booth a Henry Booth datada de 3 março 1913 (Cranbrook Archives)

<sup>22</sup> “Again the Senatorship” de George G. Booth (Cranbrook Archives).

Em 1908 a imprensa de Detroit havia aberto mão de grande parte do partidarismo patente e limitado que haviam colorido os esforços jornalísticos das eleições nacionais anteriores<sup>23</sup>. As declarações exuberantes e explícitas de lealdade ao partido haviam desaparecido. As notícias políticas entretanto não desapareceram junto com o partidarismo. Ainda preenchiam uma grande parcela, de 30 a 40% das colunas de notícias diárias. Que nova forma estas notícias políticas assumiram?

A cobertura das campanhas eleitorais mudou-se, em parte, dos partidos políticos para os candidatos individuais. Em vez da prática do século anterior de tornar públicas todas as atividades do partidos com sua profusão de comícios e discursos através de Michigan, as notícias seguiam os indivíduos em suas viagens de campanha<sup>24</sup>. Mais especificamente, a cobertura detalhava as atividades dos candidatos democratas e republicanos para os cargos executivos de presidente, governador e prefeito. A imprensa desconsiderava outras corridas eleitorais especialmente as das legislaturas locais, estaduais e nacionais. Enquanto um crescimento na cobertura de imprensa do cargo executivo para presidente no século 20 era há muito observado (CORNWELL, 1959; TULIS, 1987), a cobertura de 1908 revelou que a mudança se estendia também para os cargos executivos nas corridas eleitorais estaduais e locais.

Além disso, diferente da cobertura parcial da imprensa partidária, os jornais de 1908 relatavam “todos os lados” da campanha política, ou seja, seus dois principais partidos. A imprensa americana de 1908, assim como hoje, assumiu de maneira simplificada que as atividades dos democratas e republicanos esgotavam todo o espectro político. Assim, o Partido da Proibição de Michigan e o Partido Trabalhista Socialista com sua chapa eleitoral de candidatos para cargos estaduais em 1908 não mereceram papel nem tinta. No final do século 19, a cobertura política dedicava-se a um lado desprezando o outro; um partido era elogiado e

---

<sup>23</sup> Sem um lugar independente e crítico dentro da esfera pública, o jornal simplesmente segura o senso dominante, ou mais especificamente as opiniões de uma elite econômica. Sem possuir qualquer crítica social que pudesse reconhecer os interesses em conflito da comunidade ou as contínuas concentrações de poder, as políticas editoriais dos reformistas independentes logo entraram em colapso e aceitaram o ponto de vista dos grandes interesses industriais locais (Cf. ROGIN, 1967, p. 201-3; LASCH, 1965, cap. 6; KAINS, 1991).

Nas políticas editoriais de Booth, a imparcialidade jornalística e falar pelos interesses da comunidade logo se confundiram com uma valorização dos méritos da cidade e com uma promoção de seu bem estar econômico. Muito explícita quanto a este tema é a Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 19 janeiro 1910 (Cranbrook Archives). Ver também POUND, 1964, p. 221; Carta de George G. Booth a H. Chalmers, datada de 7 novembro 1915 (Cranbrook Archives).

<sup>24</sup> É claro, os jornais ainda se alinhavam a um partido ou a outro. Entretanto, esta parcialidade (que deve ter sido necessária para assegurar aos leitores que seu jornal estava do lado certo e da decência) estava amplamente restrita aos editoriais, e em número reduzido.

citado, o outro ignorado e ridicularizado. A imprensa não tinha uma posição independente fora do combate dos partidos.

Em 1908 a publicidade elogiosa tão típica da imprensa partidária foi transferida para os candidatos de ambos os partidos. A cobertura de 1908 adotou uma espécie de paralelismo entre os dois partidos, um ato de equilíbrio político. Este equilíbrio foi conseguido de uma maneira bem diversa daquela de nossa mídia atual. A imprensa hoje cobre a controvérsia política citando os lados rivais, ou seja, ambas as autoridades políticas legítimas envolvidas na disputa. Uma citação retruca a outra, enquanto o jornalista assume uma estância narrativa nula. As notícias, pela sua justaposição de opiniões e sua própria distância narrativa dos dois lados, transforma as opiniões e afirmações dos dois lados em questão de disputa e verdade incerta. A imprensa em 1908, pelo contrário, equilibrava a cobertura dos candidatos dos dois partidos ao publicar artigos pontuais e diferenciados da campanha de cada candidato.

Por exemplo, na disputa local pelo prefeito de Detroit, o democrata no cargo enfrentava um desafiante republicano. O *Journal* de Detroit e seus rivais, o *Times*, o *News* e o *Free Press* todos juntaram relatos da campanha democrata com aquela dos republicanos. Cada artigo adotava a perspectiva do candidato e detalhava seus discursos e suas atividades diárias<sup>25</sup>:

### **Debates e temas na campanha para prefeito**

*Thompson diz o que “ele não fez”*

*[...] O prefeito participou de cinco encontros, todos eles com muita audiência. Três deles aconteceram em território Democrata, um foi num bazar de Igreja onde a política foi tratada como tabu, e o último encontro foi num distrito republicano. A primeira parada foi no Perkins Hall, Twelfth e Grand River, onde a paróquia de St. Leo estava fazendo uma feira para a igreja. O prefeito, acompanhado por Fr. Meathe, visitou as várias barracas. [etc].*

*A última parada foi em Ellery e Arndt no bairro Treze, onde estava a melhor multidão da noite, cerca de 300 presentes. Este foi a quarta zona eleitoral do bairro Treze num distrito fortemente republicano.*

*O prefeito divagou a partir de seu discurso estabelecido para a noite passada, aquecendo seu tema...*

---

<sup>25</sup> Os comícios dos partidos continuaram em 1908, mas não chegaram à imprensa. *Journal*, 15 outubro de 1908

*“O clube republicano Wayne County ofereceu um prêmio de 50 dólares para o melhor artigo sobre por que eu deveria ser derrotado” disse o prefeito. “este é para mim um elogio porque mostra que a oposição acha difícil encontrar razões para não me reeleger. Também posso notar que até agora o esforço para encontrar as razões não parece ter sido bem sucedido e eu os aconselho a aumentar este prêmio para 100 dólares... Talvez fosse bom que estas pessoas que estão perguntado “O que Thompson fez” aprendessem o que ele não fez. Thompson [...] não esteve jogando dinheiro fora no valor de um dólar para cada poste elétrico colocado na cidade. Thompson não recebeu jantar com vinho dos lobistas da Detroit Urban Railroad...[etc.]*

*Ald. Heineman fala pelo Sr. Breitmeyer*

*A campanha da noite passada de Philip Breitmeyer começou às 6:60 na Igreja da Epifania, e terminou às 11 da noite no encontro Amaranth no salão de East Side Bohemian Turner. Nestas quatro horas e meia o partido em campanha correu através de dez encontros diferentes, e ouviu dez variedades de aplausos. A questão do bonde não foi discutida pelo candidato, exceto quando ele mencionou Thompson, ou quando o reverendo Locke perguntou a ele na Igreja da Epifania se ele defendia a passagem de 3 cents ou a de 5 cents. “Enfaticamente sou a favor da taxa de 3 cents” disse o Sr. Breitmeyer. No bar Kawecky, na rua St. Antoine, dois garotos estavam cantando uma música “Breitmeyer”, adaptando a melodia da canção “Harrigan”. Breitmeyer fez um discurso do alto de uma cadeira... “Quero dizer aos senhores, cavalheiros, por que devem votar pelos republicanos” disse o Sr. Breitmeyer. “Se há democratas aqui, quero mudar seus votos. (gritos de hurra). Não estou pedindo que votem em um homem que prometerá coisas que não pode fazer. Thompson disse que ele lhes daria a passagem de 3 cents e em 3 meses ou em 2 anos. Ele deu? Não; e não dará em mais dois anos, se os senhores o elegerem. Ele não fez nada a não ser blefar. Ele brincou com a companhia de gás, mas os senhores estão pagando mais pelo seu gás... [etc. etc.]”*

A cobertura da campanha nacional exibia semelhante procedimento e equilíbrio. Um artigo descrevendo o candidato presidencial William H. Taft vinha ao lado de uma história sobre o democrata Bryan. As afirmações citadas do Comitê Democrata Nacional provocavam um artigo sobre a resposta do Comitê Republicano.

A imprensa partidária do século 19 orgulhosamente demonstrava seu compromisso com um partido único e com seus princípios. As notícias resultantes dedicavam grande quantidade de espaço às palavras e atos dos líderes do partido. Sua deferência ao partido refletia a legitimidade dos políticos como representantes dos cidadãos, recipientes de um mandato democrático para falar e agir pelo público. A cobertura de 1908 também acatou as afirmações e a agenda política dos

candidatos. Os repórteres acompanhavam a campanha e gravavam os discursos sem iniciar novos tópicos ou temas para o debate.

Em 1908 o duelo dos dois partidos e seus candidatos monopolizaram o discurso político-público nos períodos de campanha. As notícias, assim, produziram uma esfera pública altamente estratificada. Estes direitos estratificados ao discurso público duplicaram de certo modo a rigidez e as exclusões do século 19. Com apenas uma legitimidade frágil para incluir as perspectivas alternativas além das barreiras da sociedade política formal, a mídia das notícias acatou o consenso social dominante sobre quem se constituía porta voz político legítimo no processo eleitoral (TUCHMAN, 1972, p. 672-3; SIGAL, 1986; HALLIN 1985, p. 71-2). A imprensa tratava as campanhas eleitorais como um ritual político sagrado para a auto-definição da sociedade americana.

## **Conclusão**

Este artigo mostrou que a imprensa está permanentemente enredada na arena pública do debate democrático. Os ideais do jornalismo profissional e suas narrativas diárias se apóiam na ficção cultural de uma nação que coletivamente delibera seu futuro. Mas a imprensa necessariamente publiciza apenas um grupo muito seletivo, e portanto muito estratificado de vozes, a despeito de suas afirmações de facilitar uma discussão pública aberta e livre. Ao selecionar as vozes para a inclusão na arena pública, os jornais diários de Detroit tanto do final do século 19 quanto do início do século 20, escolhiam os porta vozes da sociedade política organizada. Isso aconteceu mesmo quando a notícia política sofreu transformações fundamentais na virada do século.

De maneira geral, os casos do jornalismo de Detroit do fim do século 19 e início do 20 sugerem que a inclusão da imprensa dentro de arenas sociais competitivas criam tipos de notícias fundamentalmente diferentes. De maneira ideal, a imprensa é institucionalizada dentro da esfera pública da sociedade civil, com suas normas de deliberação racional igualitária e aberta. Entretanto, a imprensa em uma democracia de massa também depende da economia e da política para recursos vitais e de validação cultural. Se a imprensa se torna fortemente alinhada com o mercado e a política, então seus imperativos instrumentais por lucro e acumulação de poder ameaçam potencialmente a orientação da imprensa para uma comunicação aberta e pública.

A imprensa de Detroit do século 19, por razões políticas e econômicas, estava fortemente ligada à sociedade política formal. Conseqüentemente o jornalismo deu atenção às políticas e aos pronunciamentos dos dois partidos. Entretanto, enquanto a mídia das notícias apoiava a atenção pública para questões políticas específicas e aumentava a identificação do público com os negócios dos partidos, ela não promoveu um diálogo público amplo. A imprensa, em sua aliança formal com os partidos deu importância aos interesses estratégicos e a polêmica polarizada da sociedade política. O jornalismo tornava pública apenas uma série limitada de questões correspondentes às clivagens políticas entre democratas e republicanos, enquanto excluía o amplo espectro de opiniões da sociedade civil.

Entre os séculos 19 e 20, o *locus* institucional da imprensa moveu-se da sociedade política para a sociedade civil. Quando os partidos americanos perderam sua centralidade política e a vida pública tornou-se significativamente despolitizada, os jornais de Detroit renunciaram à sua defesa e partidarismo explicitamente políticos. A imprensa libertou-se de todas as ligações com partidos e perdeu sua voz política. Divorciada da sociedade política, a imprensa não incorporou em suas páginas a gama diversa de opiniões que animavam a sociedade civil. Nem adquiriu a capacidade de se manifestar fazendo pressão por questões sociais. Na reconstrução de seu papel na arena pública, a imprensa do início do século 20 se baseou em fundamentos culturais da especialidade técnica desinteressada e do serviço público articulado pela elite do movimento progressista. Ao declarar-se uma simples repórter imparcial e uma defensora pública, a imprensa desautorizou todas as perspectivas de orientação ou justificativas na seleção de suas notícias. Ao negar toda a política, a imprensa não participou da miríade de disputas e diálogos da esfera pública. Ao relatar as tragédias do dia, os escândalos e as disputas, nem a ideologia política nem os interesses de partido forneciam uma chave interpretativa. Em vez disso, em sua seleção dos eventos para relato público, a imprensa foi dependente da base cultural não tematizada da sociedade civil, seu “mundo da vida” com suas normas assumidas de antemão e suas teorias sociais de senso comum. Nesta sua nova estância não-partidária, a imprensa encontrou poucas justificativas para seguir sua própria agenda. A introdução de novas perspectivas que estivessem fora da corrente política principal seria condenada como partidária ou “editorial”. Assim, a imprensa novamente viu-se obrigada a depender da sociedade política para definir as questões e opiniões de notícias não controversas, culturalmente válidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. The mass media in systemic, historical and comparative perspective. In: KATZ, E.; SZECISKO, T. (ed.). *Mass media and social change*. Beverly Hills: Sage, 1981.

ANDERSON, B. *Imagined communities*. London: Verso, 1991.

ARATO, A. Civil society against the state. *Telos*, v. 47, 1981.

ARENDT, H. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

BAEHR JR., H. *The New York Tribune since the civil war*. New York: Octagon Books, 1972.

BAGDIKIAN, B. *The media monopoly*. Boston: Beacon Press, 1987.

BAKER, J. *Affairs of party: the political culture of the northern democrats in mid-nineteenth century*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

BALDASTY, G. *The commercialization of news in the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.

BOBBIO, N. Democracy and invisible government. In: BOBBIO, N. *The future of democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

BOURDIEU, P. *Language and symbolic power*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

BRIGHT, C. The state in the United States during the nineteenth century. In: HARDING, S.; BRIGHT, C. (ed.). *Statemaking and social movements*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

BURNHAM, W. *The current crisis; critical election and the mainsprings of american politics*. New York: W. N. Morton & Co, 1970.

\_\_\_\_\_. *The current crisis in american politics*. New York: Oxford University Press, 1982.

COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1993.

\_\_\_\_\_. Politics and the reconstruction of the concept of civil society. In: McCARTHY, T. et al. (ed.). *Zwischenbetrachtungen: Im prozess der aufklaerung*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1989.

- CORNWELL, E. Presidential news: the expanding image. *Journalism Quarterly*, 1959.
- CURRIE, H. A Socialist edits the Detroit Times. *Michigan History Magazine*, v. 52, 1968.
- ELY, J.; HEINS, V. Interview with Helmut Wiesenthal. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 3, 1989.
- EPSTEIN, E. *News from nowhere*. New York: Vintage Books, 1973.
- FOLKERTS, J. The functions of the reform Press. *Journalism History*, v. 12, 1985.
- GANS, H. *Deciding what's news*. New York: Vintage Books, 1979.
- GOLDFARB, J. *On cultural freedom: an exploration of public life in Poland and America*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- GOODWYN, L. *The populist movement*. New York: Oxford University Press, 1978.
- HABERMAS, J. The public sphere: an encyclopedia article. *New German Critique*, v. 3, 1974.
- \_\_\_\_\_. The new obscurity. *Philosophy and Social Action*, v. 11, 1986.
- \_\_\_\_\_. *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- HALLIN, D. The american news media: a critical theory perspective. In: FORESTER, J. (ed.). *Critical theory and public life*. Cambridge: MIT Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *The uncensored war: the media and Vietnam*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. The passing of the 'high modernism' of american journalism. *Journal of Communication*, v. 42, 1992.
- \_\_\_\_\_. *We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere*. New York: Routledge, 1994.
- HALLIN, D.; MANCINI, P. Speaking of the president political structure and representational form in U.S. and italian television news. *Theory and Society*, v. 13, 1985.

HIRSCH, P. Occupational, organizational and institutional models in mass media research. In: MILLER, P. et al. (ed.). *Strategies for communication*. Beverly Hills: Sage Publications, 1977.

HOFSTADTER, R. *The age of reform*. New York: Vintage Books, 1955.

\_\_\_\_\_. *The american political tradition*. New York: Vintage Books, 1973.

JENSEN, R. *The winning of the midwest*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

KANIS, P. *Making local news*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

KAPLAN, R. The economics and politics of nineteenth century newspapers. *American Journalism*, v. 10, 1993.

\_\_\_\_\_. The economics of popular journalism. *Journalism History*, v. 21, 1995.

KIRCHHEIMER, O. The transformation of the western european party system. In: BURIN, F.; SHELL, K. (ed.). *Politics, law and social Change*. New York: Columbia University Press, 1969.

KLEPPNER, P. *Change and continuity in electoral politics, 1893-1928*. New York: Greenwood Press, 1987.

KNIGHT, O. *I protest: selected disquisitions of E. W. Scripps*. Madison: University of Wisconsin Press, 1966.

LASCH, C. *The new radicalism in America, 1889-1963*. New York: Vintage Books, 1965.

LEFORT, C. *Democracy and political theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

LEONARD, T. *The power of the press*. New York: Oxford University Press, 1986.

LODGE, J. *I remember Detroit*. Detroit: Wayne State University, 1949.

McGERR, M. *The decline of popular politics: the american north, 1865-1928*. New York: Oxford University Press, 1986.

MONTGOMERY, D. *Beyond equality: labor and the radical republicans, 1865-1872*. Chicago: University of Illinois Press, 1981.

NERONE, J. A local history of the early U.S. press: Cincinnati, 1793-1848. In: SOLOMON, W. S.; McCHESNEY, R. W. (ed.). *Ruthless criticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

OFFE, C. *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984.

PARKS, R. A natural history of the the press. In: SCHRAMM, W. (ed.). *Mass communications*. Chicago: University of Illinois Press, 1961.

PETERSON, R. Revitalizing the culture concept. *Annual review of sociology*, v. 5, 1979.

POGGI, G. *The development of the modern state*. Stanford: Stanford University Press, 1978.

POUND, A. *The only thing worth finding: the life and legacies of george gough booth*. Detroit: Wayne State University Press, 1964.

ROGIN, M. *McCarthy and the intellectuals*. Cambridge: MIT Press, 1967.

SARASOHN, D. *The party of reform: democrats in the progressive era*. Jackson: University Press of Mississippi, 1989.

SAXTON, A. *The rise and fall of the white republic*. New York: Verso, 1990.

SCHATTSCHEIDER, E. *The semisovereign people: a realist's view of democracy in America*. Hinsdale, Ill.: Dryden Press, 1975.

SCHEFTER, M. Regional receptivity to reform: the legacy progressive era. *Political science quarterly*, v. 98, 1983.

SCHUDSN, M. *Discovering the news*. New York: Basic books, 1978.

\_\_\_\_\_. The menu of media research. In: BALL-ROKEACH, S.; CANTOR, M. (ed.). *Media, audiences and social structure*. Beverly Hills: Sage, 1986.

SIGAL, L. Who? Sources make the news. In: SCHUSON, M.; MANOFF, R. (ed.). *Reading the news*. New York: Vintage Books, 1986.

SKOCPOL, T. *Protecting soldiers and mothers*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

SKOWRONEK, S. *Building a new american state: the expansion of national administrative capacities, 1877-1920*. New York: Cambridge University Press, 1981.

TUCHMAN, G. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of Sociology*, v. 77, 1972.

\_\_\_\_\_. Professionalism as an agent of legitimation. *Journal of communications*, v. 28, 1978a.

\_\_\_\_\_. *Making news*. New York: The Free Press, 1978b.

TULIS, J. *The rhetorical presidency*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

TOQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Translated by REEVES, H. v. 2. New York: Vintage Books, 1945.

VANDERMER, P. Political crisis and third parties: the gold democrats of michigan. *Michigan Historical Review*, v. 15, 1989.

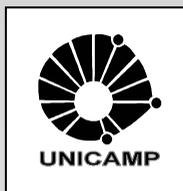
WERNER, M. The public sphere and the cultural mediation of print. In: SOLOMON, W. S.; McCHESENEY, R. W. (ed.). *Ruthless criticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

*Tradução do original em inglês Cristina Meneguello.*

# TENDÊNCIAS

Ano 4, nº 2

ENCARTE  
DA  
REVISTA  
DO  
CESOP



A AIDS vem chamando a atenção do público desde o início dos anos 80, quando os meios de comunicação passaram a divulgar amplamente o surgimento de uma nova doença fatal e misteriosa que atingiria os homossexuais masculinos. Num primeiro momento, com o crescimento geométrico de casos notificados da doença em todo o mundo, os grupos de risco se multiplicaram, e a AIDS passou a afetar também outros segmentos como os hemofílicos, os viciados em drogas injetáveis e os receptores de sangue através de transfusão. Mas, num segundo momento, as formas de contágio, principalmente sexual e através do sangue, quebraram as barreiras entre os grupos, dando uma dimensão epidêmica para a doença.

Os dados apresentados neste encarte **Tendências**, retirados de pesquisas realizadas no Brasil e nos Estados Unidos, mostram que as pessoas estão cada vez menos indiferentes à AIDS. A conscientização da população brasileira é um dado importante no conjunto de pesquisas, onde se observa um crescimento contínuo nos índices de entrevistados que se consideram mais informados sobre a doença. Isto é válido tanto para a população em geral quanto para os públicos específicos, os chamados grupos de risco. Interessante notar que os altos índices observados para o público brasileiro encontram-se no mesmo patamar dos observados junto ao público norte-americano.

Dados mais específicos confirmam este indicador de conscientização. Pode-se observar que as formas mais prováveis de contágio - sexual e sanguínea - são de conhecimento quase unânime nas populações pesquisadas. No entanto, também se observa que uma parcela significativa de entrevistados brasileiros acredita que a AIDS pode ser transmitida através de formas corriqueiras, como, por exemplo, em piscinas, toaletes públicos e através de picadas de mosquitos. Essas crenças e opiniões parecem colaborar de forma significativa para os elevados índices de entrevistados brasileiros que dizem ter medo de contrair AIDS. Quanto a esse aspecto, os entrevistados norte-americanos mostram-se bem menos receosos.

Este cenário global é indicador das mudanças de comportamento observadas: de fato, em todo o período pesquisado, o índice de pessoas que declaram ter mudado o comportamento devido ao aparecimento da doença praticamente duplica. Os aspectos mais afetados dizem respeito aos hábitos sexuais, como a maior seletividade na escolha de parceiros e uso de preservativos. Neste conjunto, o maior peso na composição do índice positivo de mudança de comportamento deve-se às respostas dos entrevistados do sexo masculino, solteiros, com idade entre 16 e 25 anos, grupo que está incluído na faixa dos mais afetados pela doença, segundo os dados recentes do Ministério da Saúde (Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde - Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, 1996).

Os dados também mostram mudanças pontuais no comportamento dos chamados grupos de risco - homossexuais e prostitutas -, principalmente quanto ao uso de preservativos e também à maior seletividade na escolha de parceiros.

As pesquisas não captam informações sobre mudanças de comportamento em relação ao uso de drogas injetáveis, sabidamente uma das principais formas de contágio. Talvez, por tratar-se de uma questão definida no campo da ilegalidade, é de se supor que a obtenção de dados sobre esses hábitos necessite de uma abordagem específica.

*Apesar do avanço da doença de forma generalizada na sociedade e da crescente conscientização mostrada pelo público em geral e os chamados grupos de risco, os dados apresentados no encarte mostram que a AIDS ainda aparece fortemente associada aos homossexuais e/ou hábitos sexuais. Opiniões colhidas pelo IBOPE em todo o país, em 1993, mostram que a população se divide igualmente sobre a hipótese dos homossexuais terem provocado o aparecimento da AIDS, e a maioria absoluta considera que eles são os responsáveis pela disseminação da AIDS pelo mundo. Corrobora para isto o peso maior das opiniões neste sentido colhidas no interior do país. Observa-se que à medida em que se caminha da capital, passando pela periferia dos grandes centros em direção ao interior, crescem os índices de entrevistados que atribuem aos homossexuais a responsabilidade pelo surgimento e disseminação da AIDS.*

*Outros dados mostram a forte associação de opiniões sobre os chamados hábitos sexuais "promíscuos" e a AIDS. Mesmo não compondo a maioria, é significativo que cerca de 30% de entrevistados paulistanos concordam que "só pega AIDS sexualmente quem é promíscuo" e que "a AIDS pode ser uma punição de Deus para quem tem comportamento sexual imoral". Vale destacar também que, apesar da ampla divulgação pela mídia de dados oficiais sobre disseminação da AIDS pela população em geral, ainda assim mais de 80% concordam com a afirmativa de que "no Brasil a AIDS transmitida sexualmente continua crescendo principalmente entre homens bissexuais e homossexuais e prostitutas".*

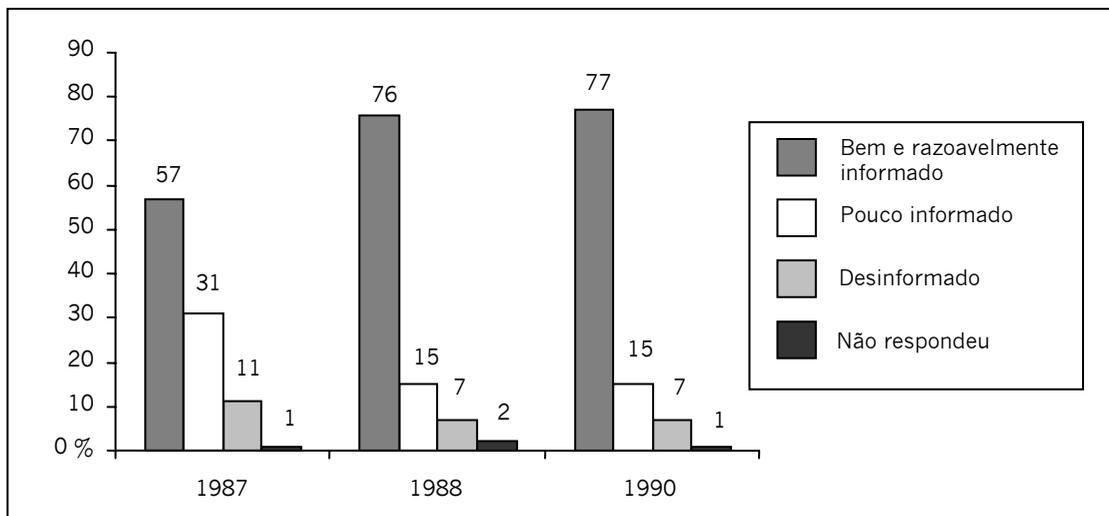
*Para os dados norte-americanos, também é possível observar alguns indicadores de disseminação da AIDS. A série de pesquisas mostra que há um crescimento constante do número de pessoas que conhecem alguém portador de AIDS, bem como o de entrevistados que já fizeram teste de sangue para detectar o vírus HIV. Numa pesquisa realizada em 1993, os homossexuais apareciam, na opinião de quase totalidade dos entrevistados, como o principal grupo de risco da doença. Apesar de não haver dados mais recentes com um mesmo enunciado, uma pesquisa de 1987 mostra opiniões que sugerem certa preocupação com a disseminação da doença para outros grupos. A maioria dos entrevistados na época apoiava medidas preventivas, como o direito de patrões fazerem teste para detectar o vírus em empregados; a exigência do mesmo teste para casais antes do casamento; e a existência de programas para o encorajamento do teste entre homens e mulheres sexualmente ativos.*

*De uma maneira geral, os norte-americanos declaram-se bastante tolerantes com relação à convivência com os portadores do vírus. Essa percepção surge nas opiniões favoráveis à presença de indivíduos soro-positivos no ambiente profissional, nas escolas e mesmo quando no apoio à volta do atleta Magic Johnson ao basquete profissional. Nessa mesma direção é pequeno o índice dos que concordam com idéias conservadoras, punitivas do tipo: "a AIDS vem de Deus para punir o comportamento homossexual". Esta mesma tendência não aparece quando o portador de AIDS é um imigrante ou estrangeiro: a maioria absoluta dos entrevistados em 1987 e 1993 considera que a entrada de estrangeiros com AIDS deveria ser proibida no país.*

*Finalmente, apresentamos algumas percepções sobre as políticas de prevenção da AIDS. Este aspecto aparece mais claramente nas opiniões do público norte-americano que, de forma significativa, manifesta estar percebendo avanços na luta contra a doença de uma forma geral, e junto a grupos específicos. Em relação ao Brasil, uma pesquisa de 1993 mostra que na opinião da maioria absoluta dos entrevistados a atuação do governo estava muito aquém do necessário na luta contra a AIDS. Não obstante, faltam dados mais recentes para avaliar se os últimos esforços neste sentido estão sendo percebidos pela opinião pública.*

## Níveis de informação sobre a AIDS no Brasil e nos EUA

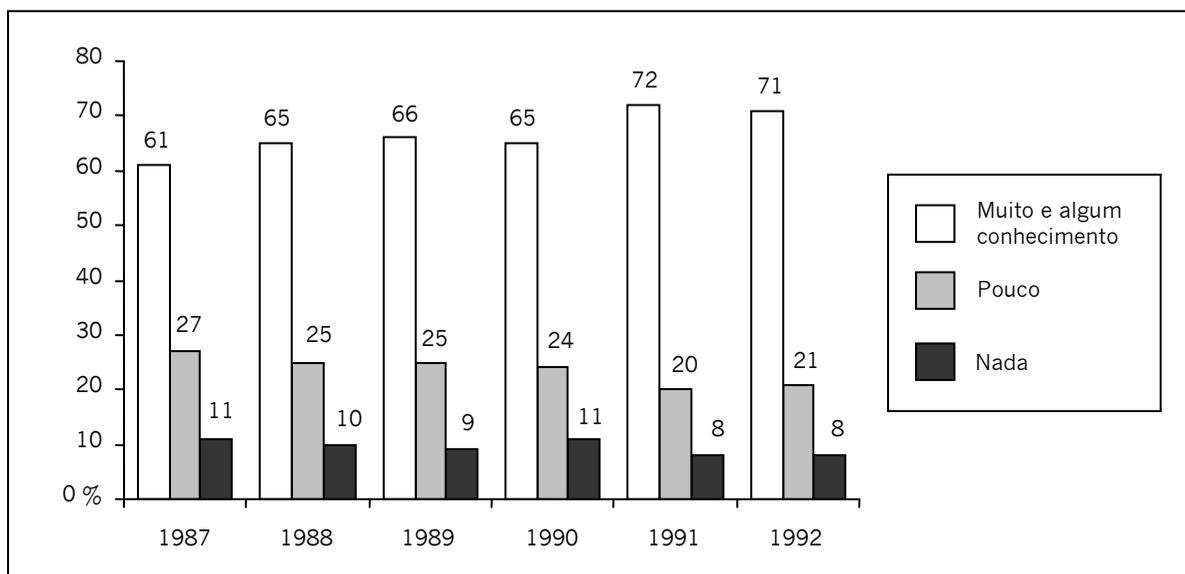
### População do município de São Paulo (1987 - 1990)



Fonte: Datafolha

Pergunta: "Em relação à AIDS o(a) Sr.(a) acha que está: bem informado, razoavelmente informado, pouco informado ou desinformado?"

### Norte-americanos (1987 - 1992)

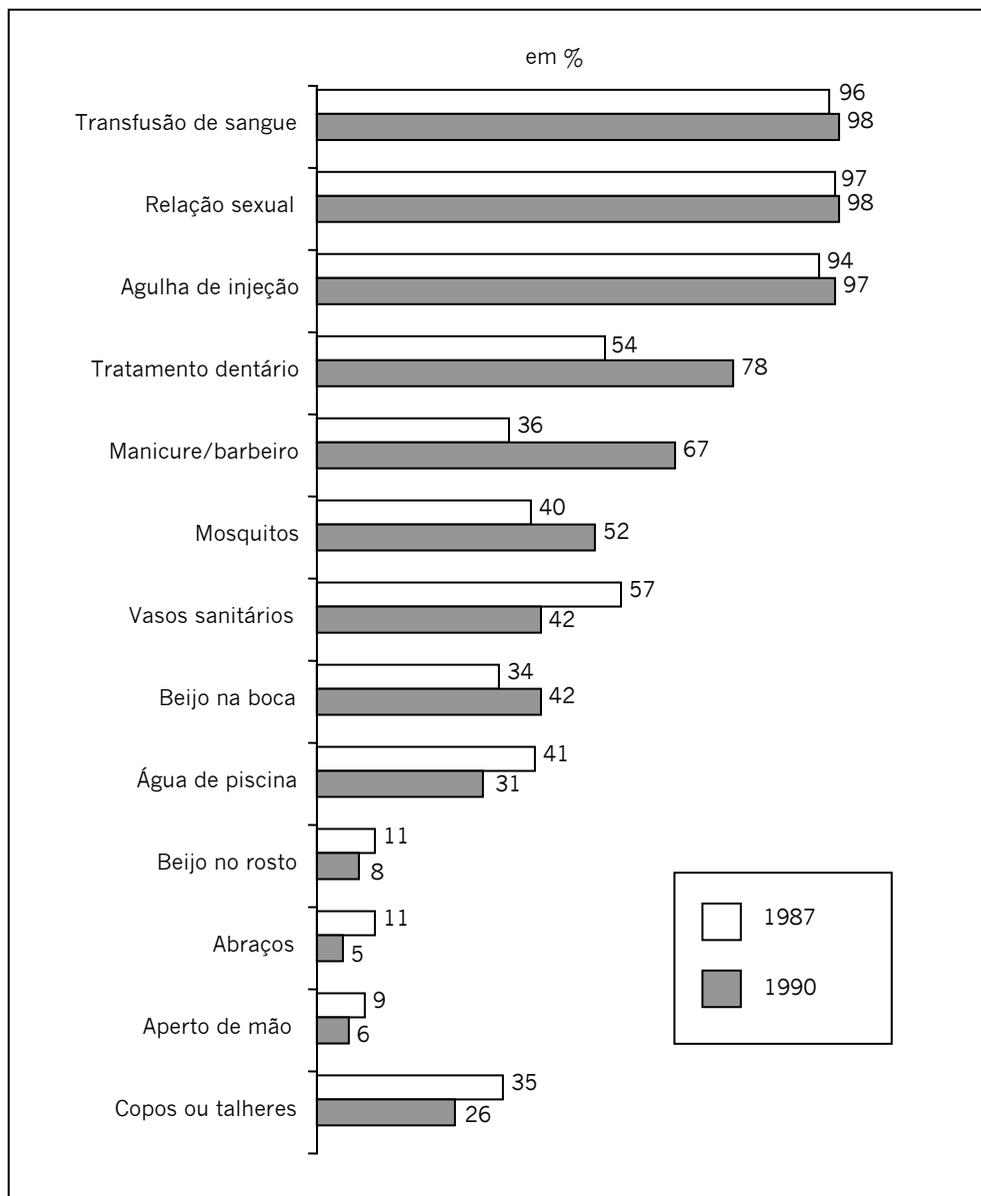


Fonte: ICPSR /U.S. Dept. of Health and Human Services

Pergunta: "O quanto sabe sobre a AIDS?"

## Opiniões sobre as formas de transmissão da AIDS

População do município de São Paulo (1987 - 1990)



Fonte: Datafolha

Pergunta: "O(a) Sr.(a) acredita que AIDS possa ser transmitida através de:"

## Norte-americanos (1983 - 1993) (em %)

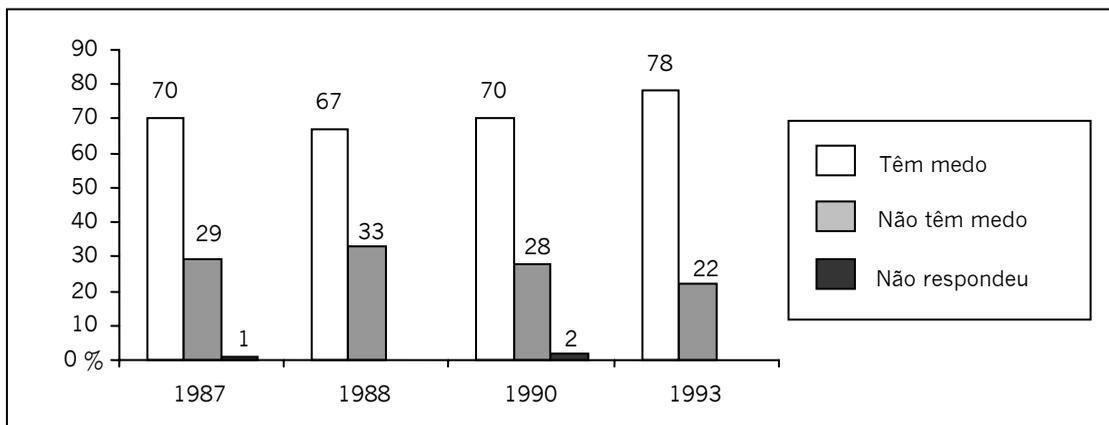
	1983	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Compartilhar seringa com aidético	42	96	95	96	97	95	96	
Relação sexual com aidético		97						
Receber transfusão de sangue	50	66						98
Ser atendido por profissional de saúde que tem AIDS						59	60	
Beijo com troca de saliva		65	51	55				
Compartilhar com aidético pratos, talheres, copos / utensílios		42	28	29	31	27	26	13
Contato com espirro ou tosse		35	27	27	28	26	18	
Comer em restaurante onde o cozinheiro tem AIDS		32	24	24	23	22	23	
Mosquito ou outros insetos		33	23	25	28	24	24	18
Usar toailete público		28	17	18	19	17	16	6
Trabalhar próximo a um aidético		17	12	11	9	7	7	
Cumprimentar ou tocar um aidético		10	8	8				
Frequêntar escolas com criança aidética		12	8	7	7	6	6	
Viver próximo de casa de aidético ou hospital com pacientes contaminados		5	5	4				
Contato com homossexuais	75							
Ser um haitiano	20							
Doar sangue para uma transfusão ou para um banco de sangue	23	23						28
Ser hemofílico	15							

**Fonte:** 1983 – Roper Organization, 13-20/08/1983, 2000 entrevistas pessoais com população adulta; 1987-1992 – ICPSR /U.S. Dept. of Health and Human Services; 1993 – CBS News /New York Times, 01-03/06/93, 1347 entrevistas com população adulta.

**Perguntas:** 1983 – “Aqui está uma lista de diferentes fatores (cartão apresentado ao entrevistado). Qual destes fatores você acha que podem levar uma pessoa a pegar AIDS?” (o valor na tabela refere-se ao percentual de entrevistados que citaram o item); 1987-1992 – “Probabilidade de transmissão da AIDS através...?” (o valor refere-se ao percentual que responderam “muito/um tanto provável”); 1993 – “Aqui estão algumas formas que as pessoas dizem ser possíveis pegar AIDS. Pode me dizer se você acha que é ou não possível pegar AIDS através de...” (o valor refere-se ao percentual que respondeu “sim” sobre a possibilidade de pegar AIDS).

### Medo de contrair AIDS

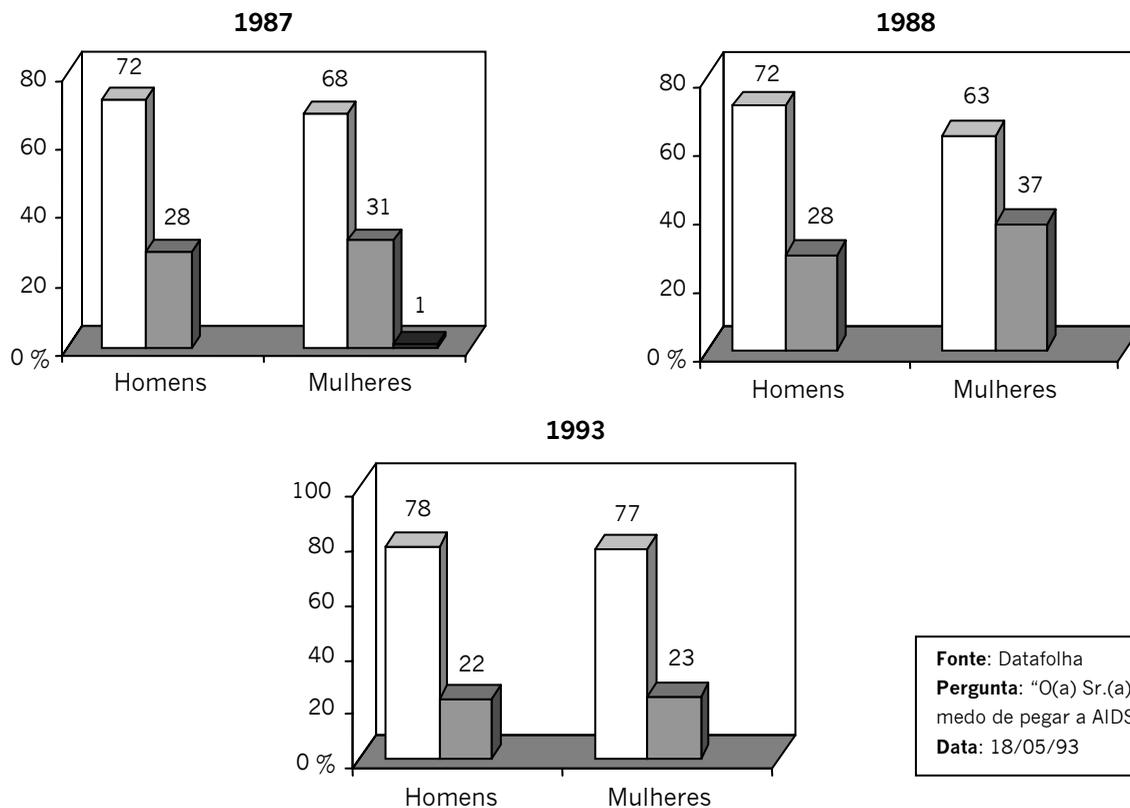
População do município de São Paulo (1987 - 1993)



Fonte: Datafolha

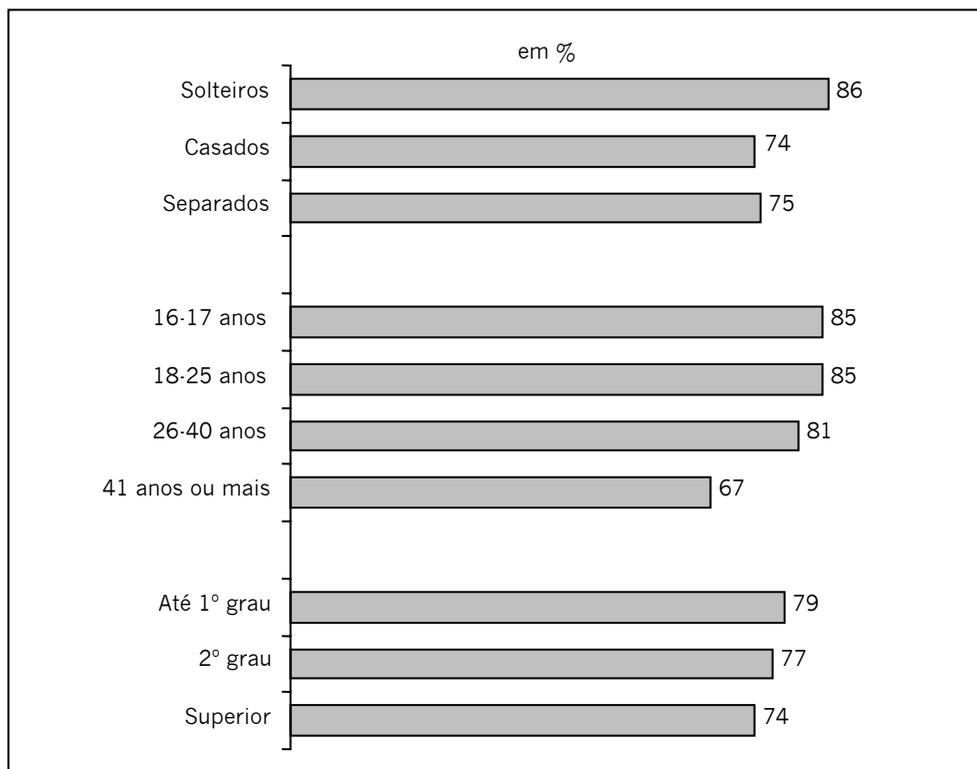
Pergunta: "O(a) Sr.(a) tem medo de pegar a AIDS?"

### Medo da AIDS, entre as mulheres e entre os homens no município de São Paulo:



Fonte: Datafolha  
 Pergunta: "O(a) Sr.(a) tem medo de pegar a AIDS?"  
 Data: 18/05/93

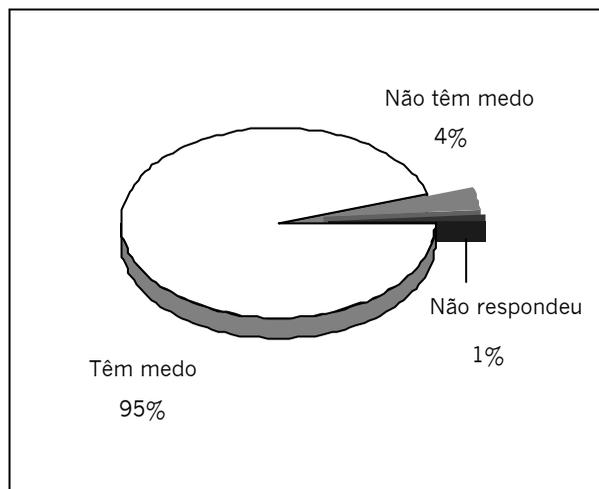
**Medo da AIDS, por estado civil, idade e escolaridade, no município de São Paulo (1993):**



Fonte: Datafolha

Obs.: apenas resposta "sim"

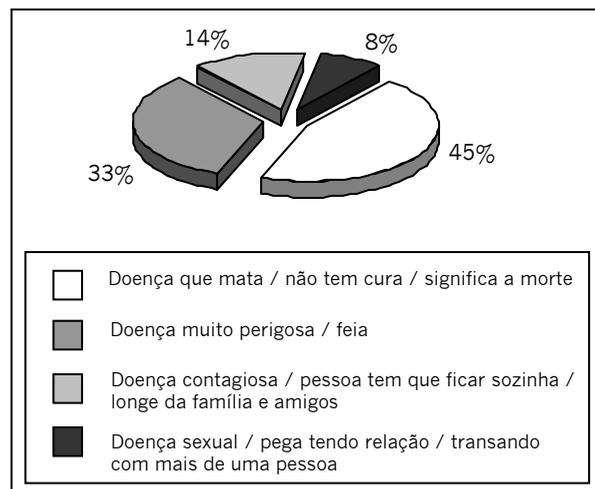
**Medo da AIDS entre crianças de 7 a 12 anos em São Paulo (1991)**



Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você tem medo de pegar AIDS?"

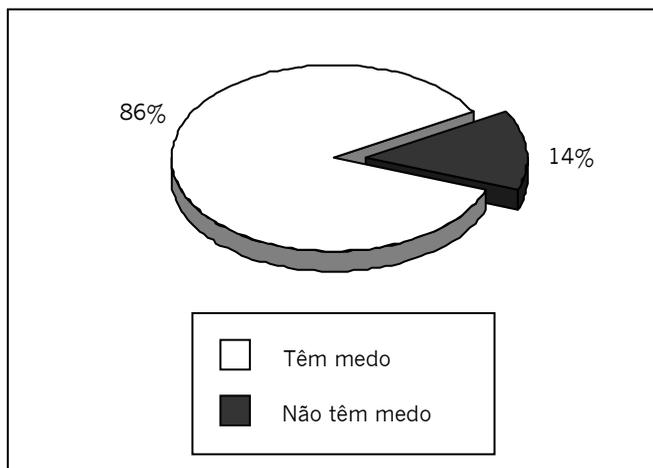
**O que é AIDS para as crianças de 7 a 12 anos (1991)**



Fonte: Datafolha

Pergunta: "Para você o que significa AIDS?"

**Medo dos pais quanto ao contágio dos filhos, no município de São Paulo (1993):**

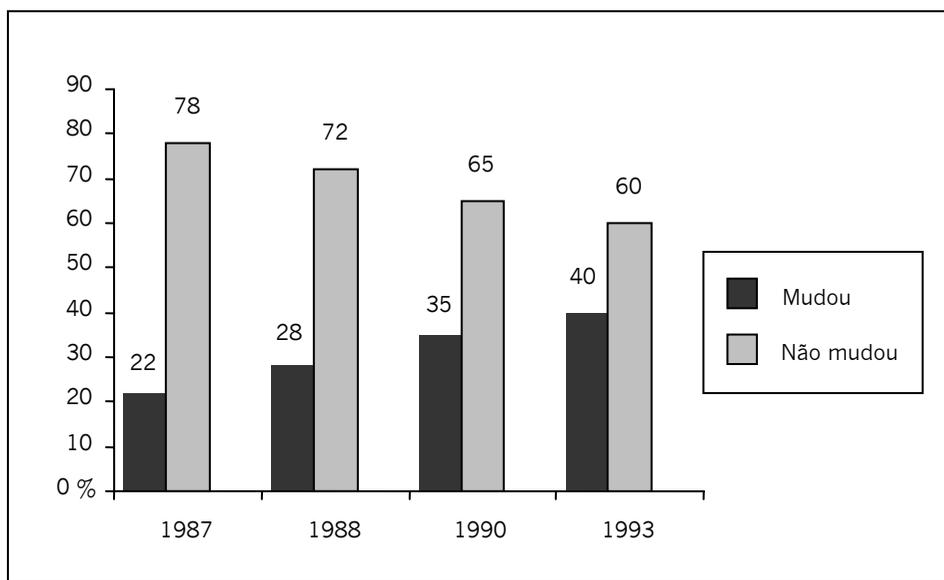


**Fonte:** Datafolha

**Pergunta:** “Você tem medo de que seus filhos peguem AIDS?” (entre os entrevistados que têm filho – 60% do total da amostra)

**Mudança de comportamento ou de hábitos sexuais por causa da AIDS**

**População geral, no município de São Paulo (1987 – 1993):**

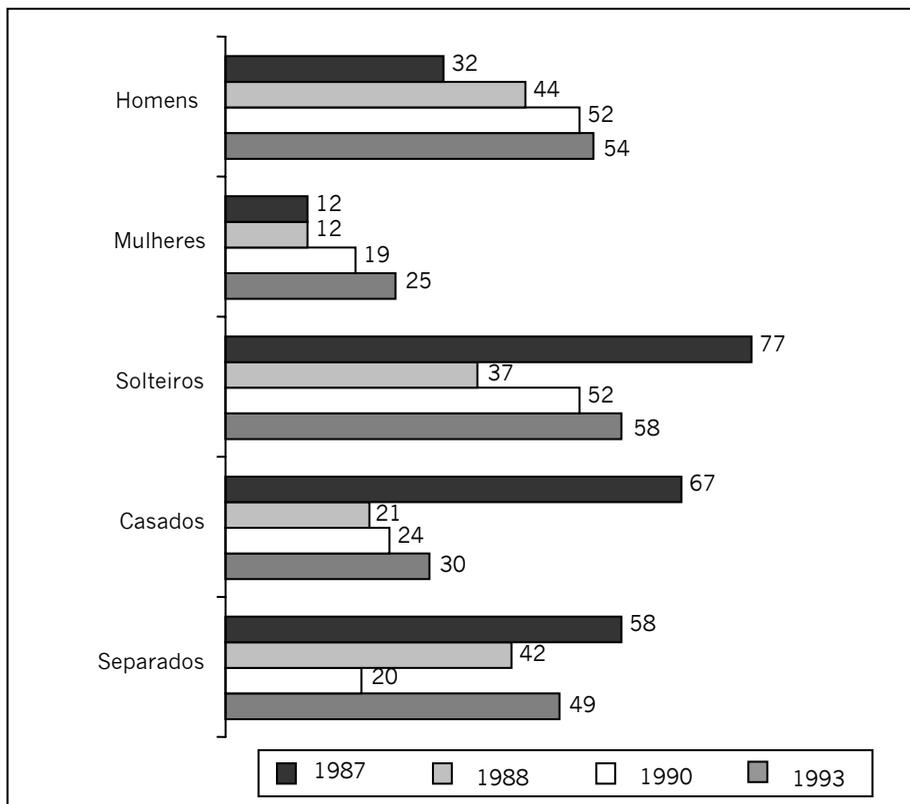


**Fonte:** Datafolha

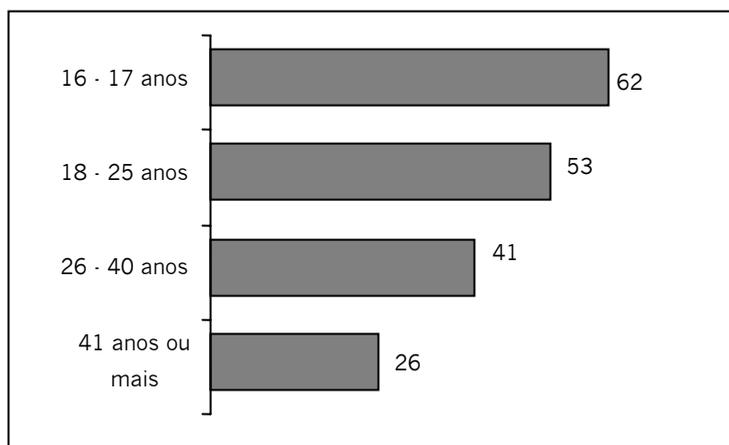
**Pergunta:** “O(a) Sr.(a) mudou de alguma forma o seu comportamento os seus hábitos sexuais por causa do aparecimento da AIDS?”

% dos que mudaram de comportamento ou de hábitos sexuais por causa da AIDS

**Por sexo e estado civil (1987 - 1993):**



**Por idade (1993):**



Fonte: Datafolha

Pergunta: "O(a) Sr.(a) mudou de alguma forma o seu comportamento os seus hábitos sexuais por causa do aparecimento da AIDS"

## Comportamentos ou hábitos sexuais adotados por causa da AIDS

População geral, no município de São Paulo (1987 - 1993) (em%):

	1987*	1988**	1990**	1993**
Maior seletividade na escolha de parceiros sexuais <sup>(1)</sup>	39	58	56	48
Só tem relações com namorado(a), esposo(a) / Não tem relação extra-conjugal / Fidelidade	9	15	9	31
Mais cuidado com higiene (geral)	18	9	5	1
Mais cuidado com transfusão de sangue, injeção	1		5	2
Usa preservativos	6	34	50	39
Diminui ou deixou de ter relações com prostitutas(os)	13	7	10	4
Evita contato com homossexuais	2	1	1	
Evita qualquer relação sexual / Medo generalizado	4	3	2	4
Mais cuidado (sem especificar)	5	1	7	3
Seleciona lugares que freqüenta			7	
Outro	3	1	1	15

Fonte: Datafolha

\*resposta única; \*\* resposta múltipla

Pergunta: "O que mudou em seus hábitos ou em seu comportamento?"

<sup>(1)</sup> Selecionar mais os parceiros / Maior cuidado na escolha de parceiros / Só transa com pessoas conhecidas / Diminui o nº de parceiros / Diminui a prática de sexo / Procura conhecer melhor o parceiro para depois sair com a pessoa

## Comportamento ou hábitos sexuais adotados por causa da AIDS entre homens e mulheres (1988 - 1993) (em %)

	1988		1990		1993	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Maior seletividade na escolha de parceiros sexuais <sup>(1)</sup>	62	45	63	37	51	46
Só tem relações com o namorado(a), esposo(a)	17	10	10	6	35	21
Mais cuidado com higiene (geral)	4	23	4	10	2	4
Mais cuidado com transfusão de sangue, injeção			4	7	2	2
Usa preservativos	39	19	49	52	40	37
Diminui ou deixou de ter relações com prostitutas(os)	9		13	4	5	
Evita contato com homossexuais	1	3	1			
Evita qualquer relação sexual / Medo generalizado		10		8	2	8
Mais cuidado (sem explicar)	1	1	6	11	2	
Seleciona lugares que freqüenta			8	4		
Outro		3	2		9	24
Não respondeu		6				

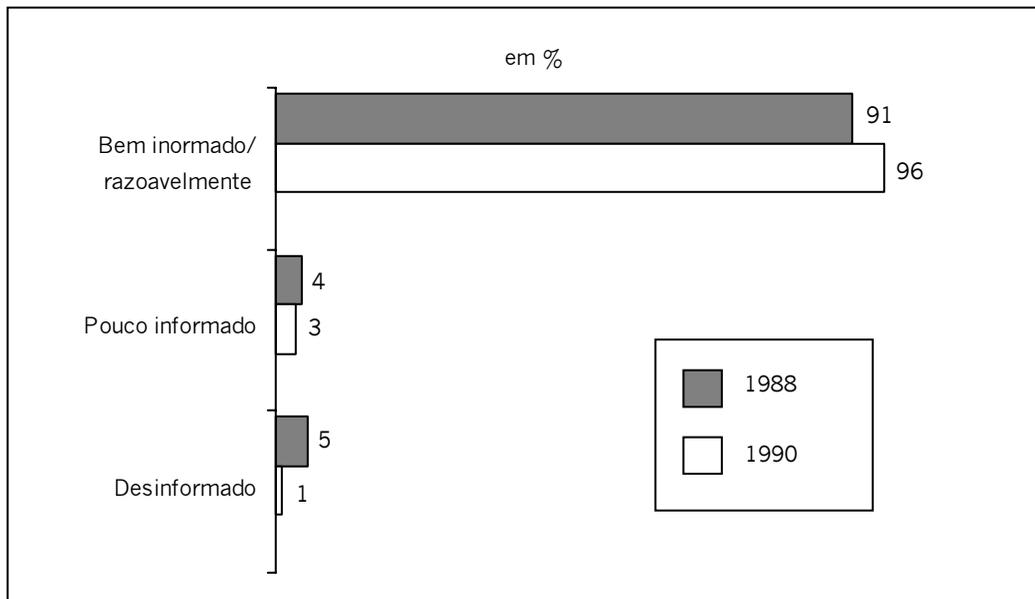
Fonte: Datafolha

Pergunta: "O que mudou em seus hábitos ou em seu comportamento?" (resposta múltipla)

<sup>(1)</sup> Selecionar mais os parceiros / Maior cuidado na escolha de parceiros / Só transa com pessoas conhecidas / Diminui o nº de parceiros / Diminui a prática de sexo / Procura conhecer melhor o parceiro para depois sair com a pessoa

## A AIDS para os “grupos de risco”

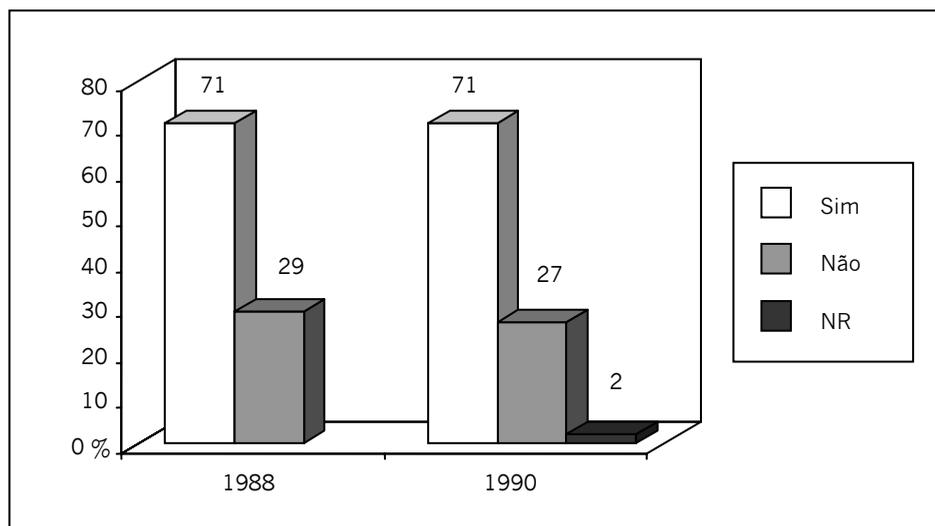
**Homossexuais e bissexuais no município de São Paulo (1988 – 1990)**  
Os níveis de informação sobre a AIDS:



Fonte: Datafolha

Pergunta: “Em relação à AIDS o(a) Sr.(a) acha que está: bem informado, razoavelmente informado, pouco informado ou desinformado?”

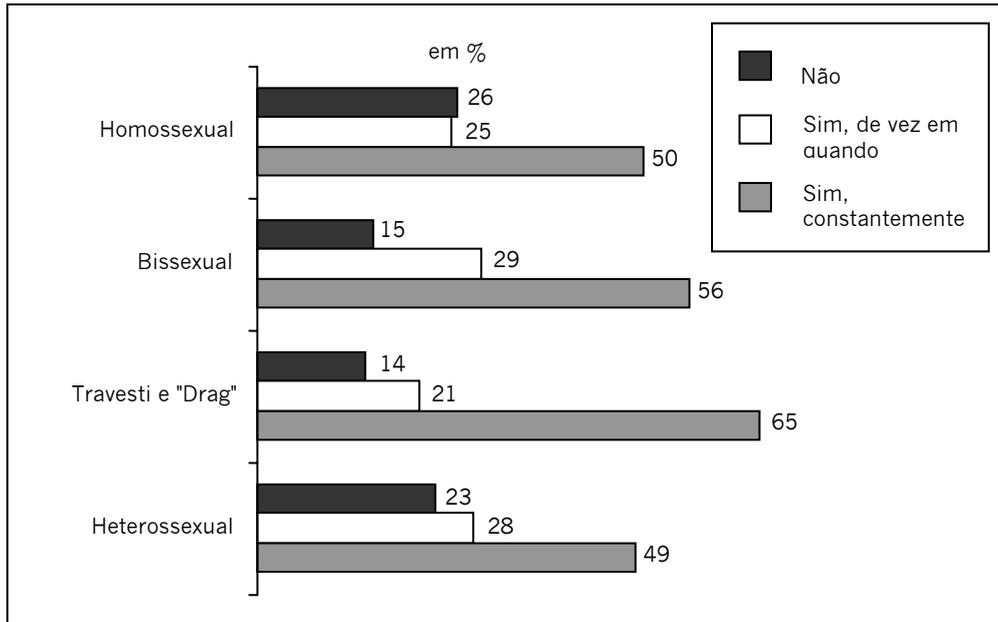
## Medo da AIDS:



Fonte: Datafolha

Pergunta: “O(a) Sr.(a) tem medo de pegar a AIDS?”

**Participantes da 17ª conferência internacional de gays e lésbicas (RJ - 1995)**  
**Medo da AIDS:**



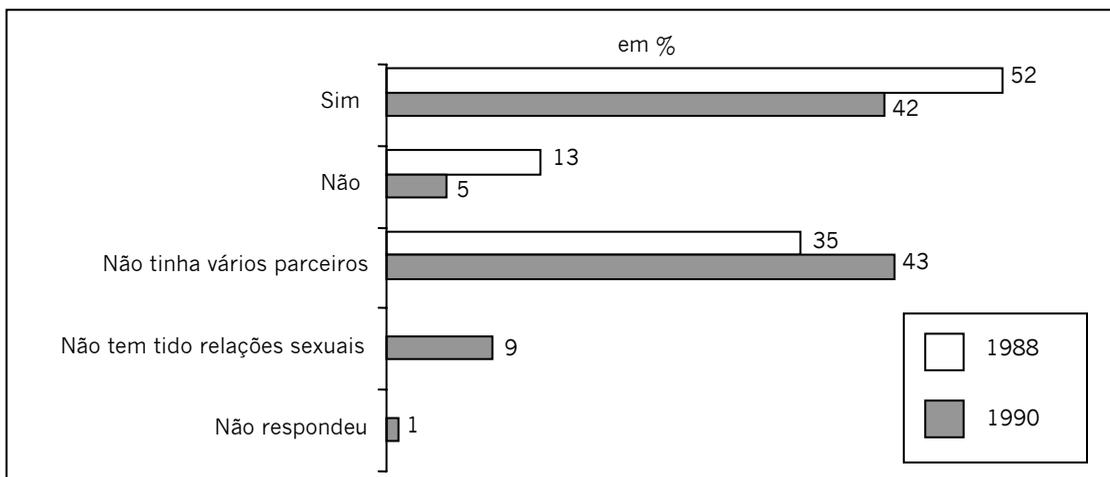
Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você tem medo de pegar a AIDS? Constantemente ou de vez em quando?"

Data: 20/06/95

**Mudança de comportamento ou de hábitos sexuais por causa da AIDS**

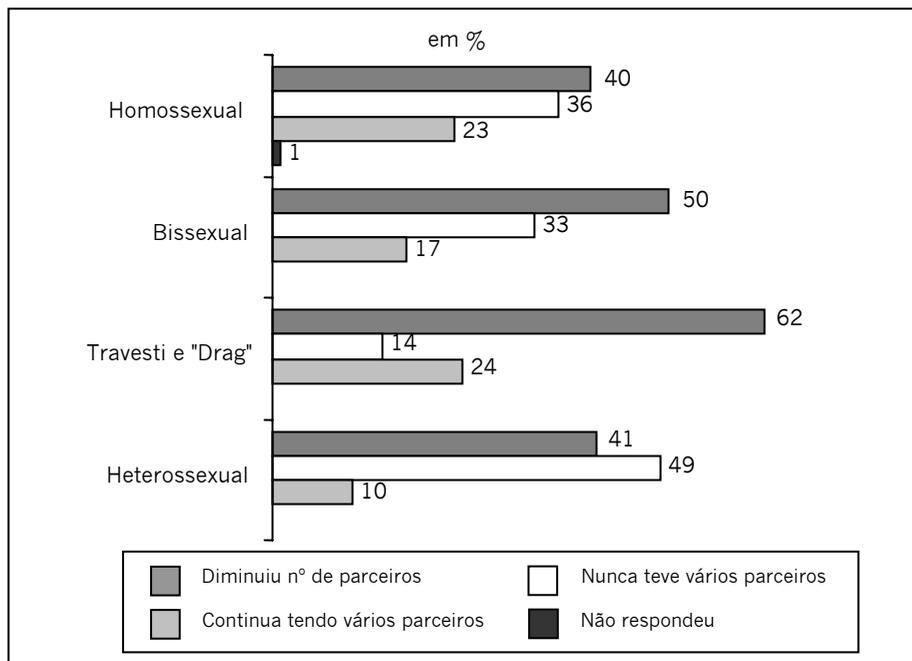
**Homossexuais e bissexuais no município de São Paulo (1988 - 1990)**  
**Sobre a diminuição do número de parceiros:**



Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você diminuiu o número de parceiros sexuais por causa da AIDS?"

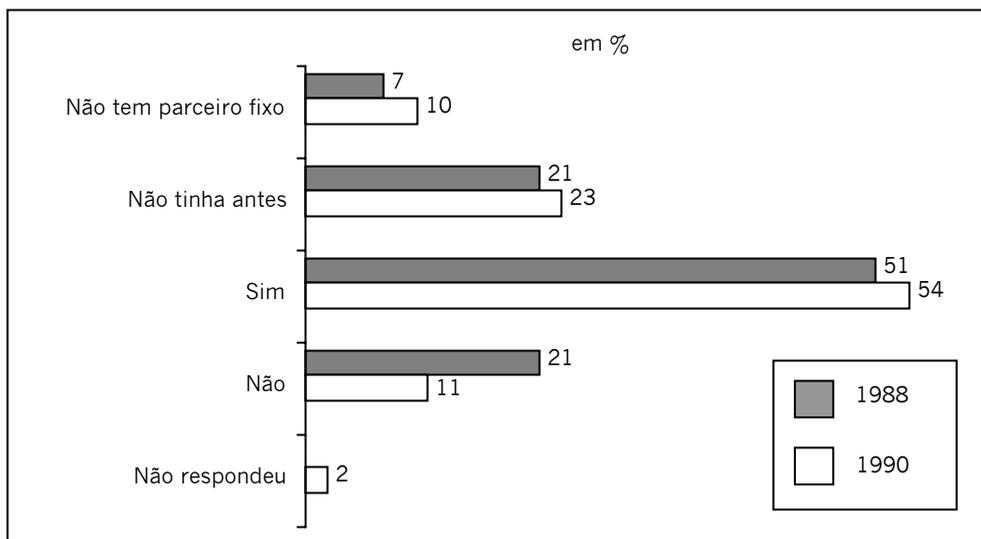
**Participantes da 17ª conferência internacional de gays e lésbicas (RJ - 1995)**  
**Sobre a diminuição do número de parceiros:**



Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você diminuiu o número de parceiros sexuais por causa da AIDS?"

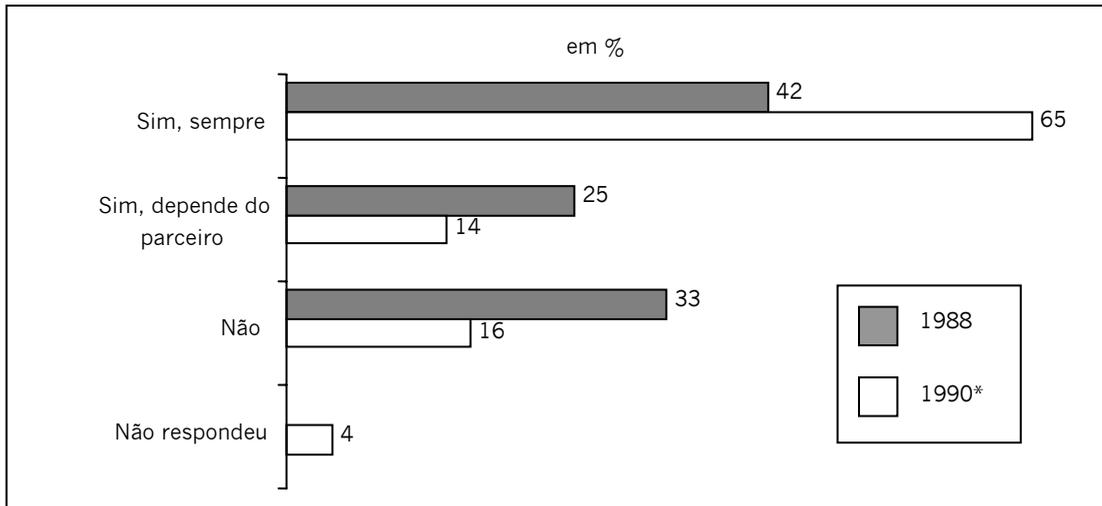
**Homossexuais e bissexuais no município de São Paulo (1988 - 1990)**  
**Sobre evitar relações extra-conjugais:**



Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você passou a evitar parceiros ou parceiras sexuais fora da sua relação habitual por causa da AIDS?"

**Homossexuais e bissexuais no município de São Paulo (1988 – 1990)**  
**Sobre usar preservativos:**



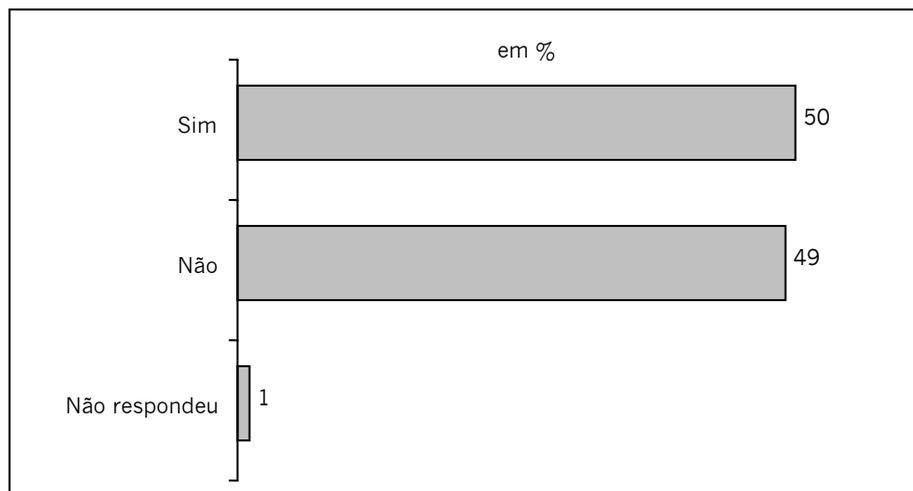
Fonte: Datafolha

Pergunta: “Você (ou seu parceiro) começou a usar preservativo (camisinha) por causa da AIDS?”

\* Em 1990, as respostas a esta questão foram desmembradas em “o parceiro do entrevistado usa preservativo” (8%), o entrevistado usa” (26,9%) e “ambos usam” (30,3%).

**Já fez teste para saber se está com AIDS?**

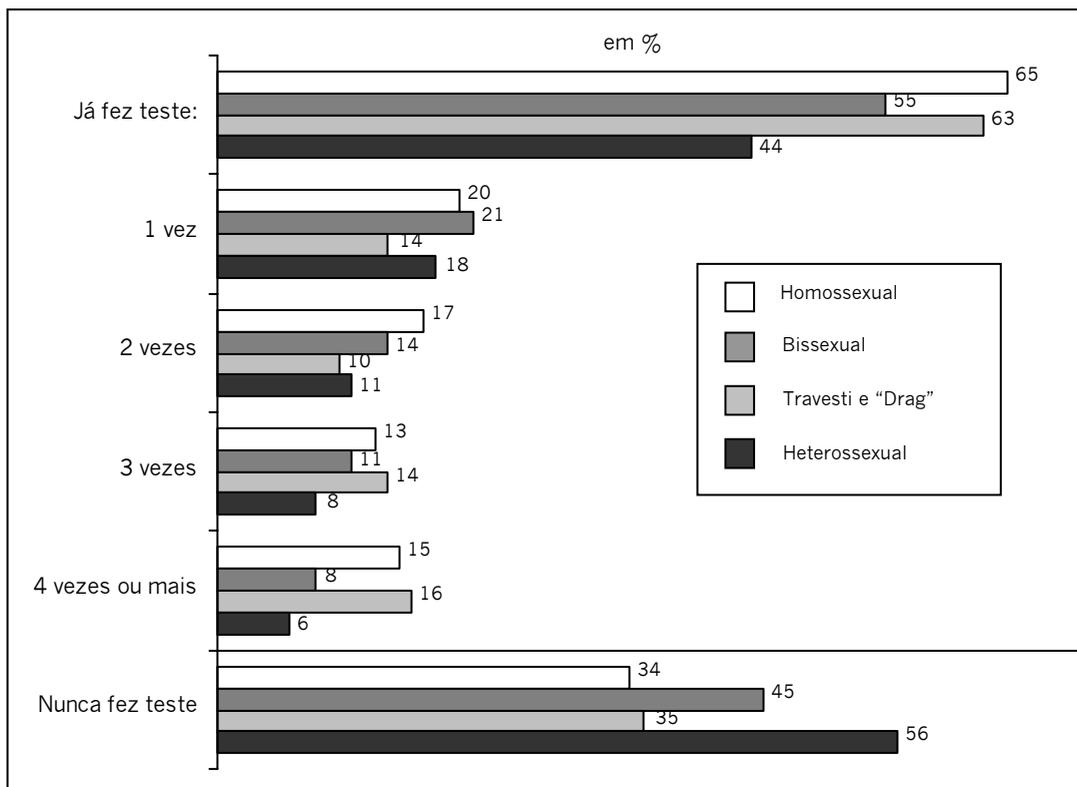
**Homossexuais e bissexuais no município de São Paulo (1990)**



Fonte: Datafolha

Pergunta: “Você já fez teste para saber se tem AIDS?”

## Participantes da 17ª conferência internacional de gays e lésbicas (RJ - 1995)

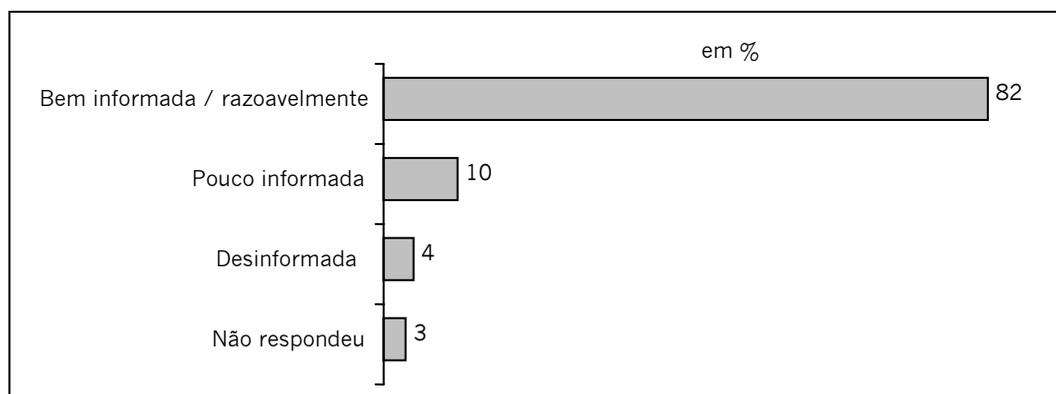


Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você fez teste para saber se tem AIDS? (Se sim) quantas vezes?"

## Grupo: prostitutas das ruas de São Paulo

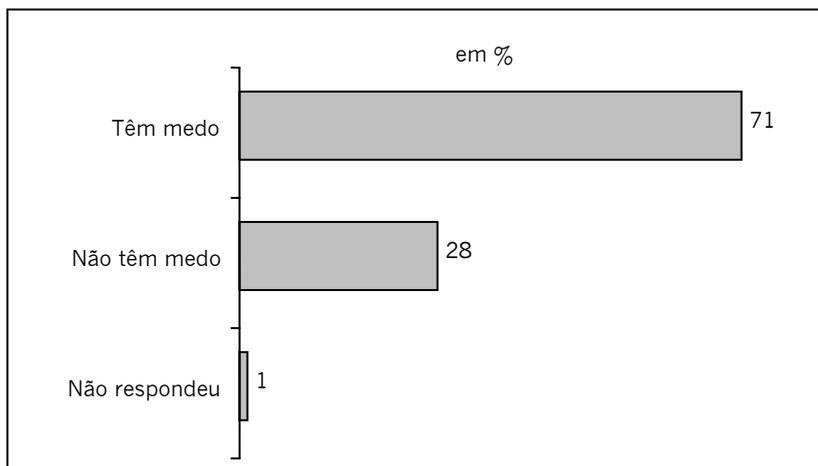
Os níveis de informação sobre a AIDS (1990):



Fonte: Datafolha

Pergunta: "Em relação à AIDS o(a) sr(a) acha que está: bem informado, razoavelmente informado, pouco informado ou desinformado?"

*Medo de contrair AIDS (1990):*

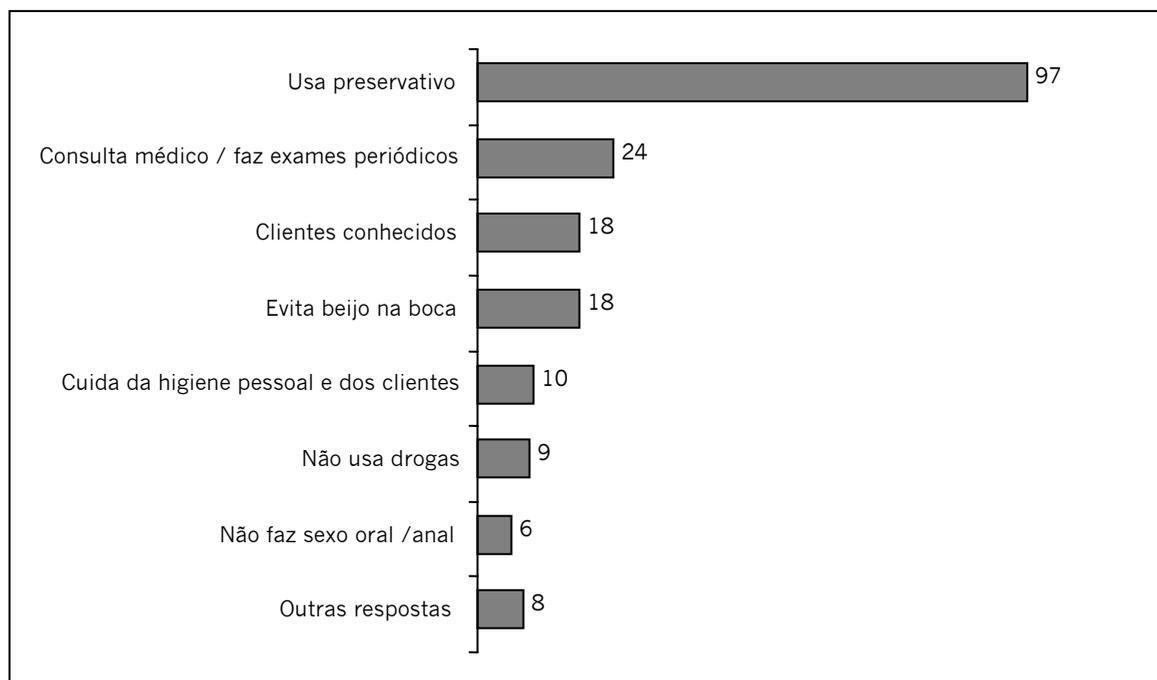


Fonte: Datafolha

Pergunta: "O(a) Sr.(a) tem medo de pegar a AIDS?"

***Mudança de comportamento ou de hábitos sexuais por causa da AIDS***

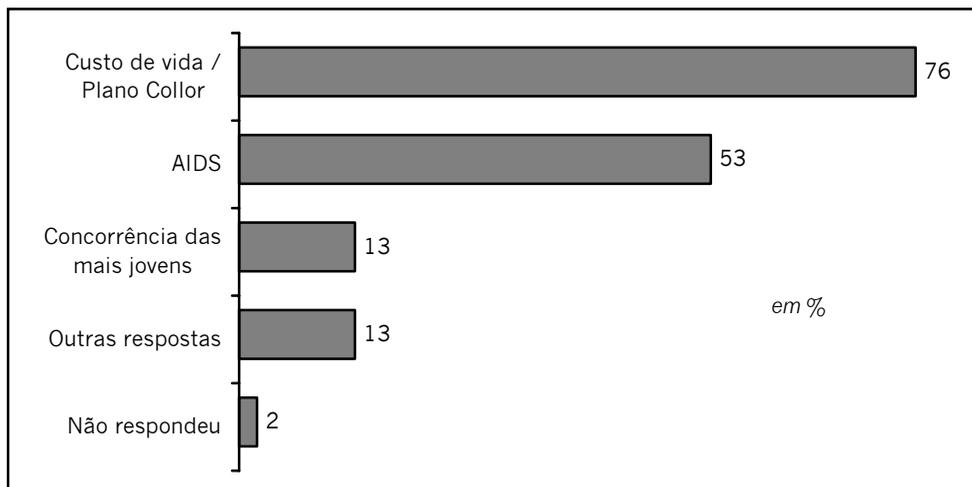
*Cuidados que passou a ter por causa da AIDS (1990)*



Fonte: Datafolha

Pergunta: "O que você faz?" (para\* 96% das entrevistadas que passaram a ter cuidados especiais por causa da AIDS)

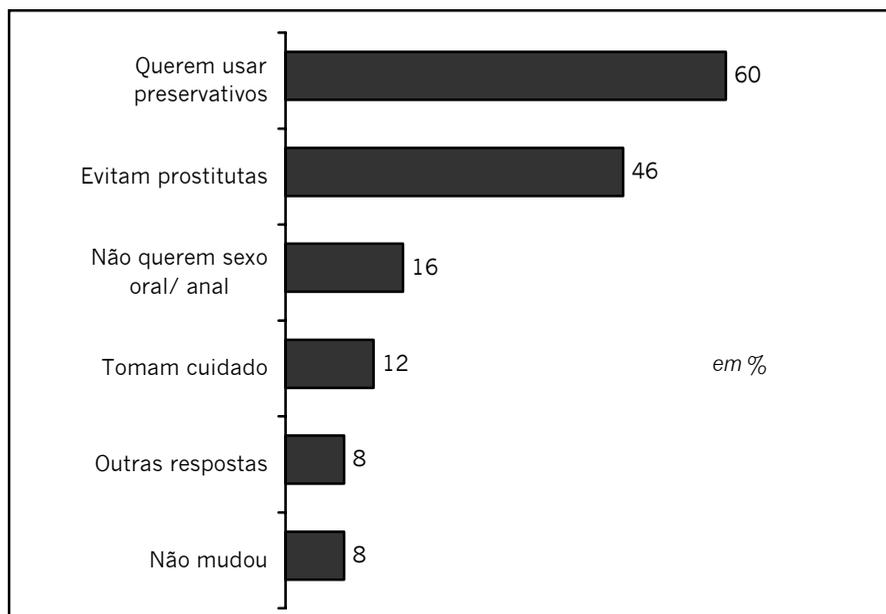
\*(% respostas múltiplas – soma supera a 100%)

*Causas da diminuição do número de clientes das prostitutas de rua de São Paulo (1990):*

**Fonte:** Datafolha

**Pergunta:** "Na sua opinião por que diminuiu o número de clientes?" (para\* 73% das entrevistadas que disseram que o número de clientes havia diminuído naquele ano)

\*(% respostas múltiplas – soma supera a 100%)

*Mudanças percebidas pelas prostitutas quanto ao comportamento ou hábitos dos clientes (1990):*

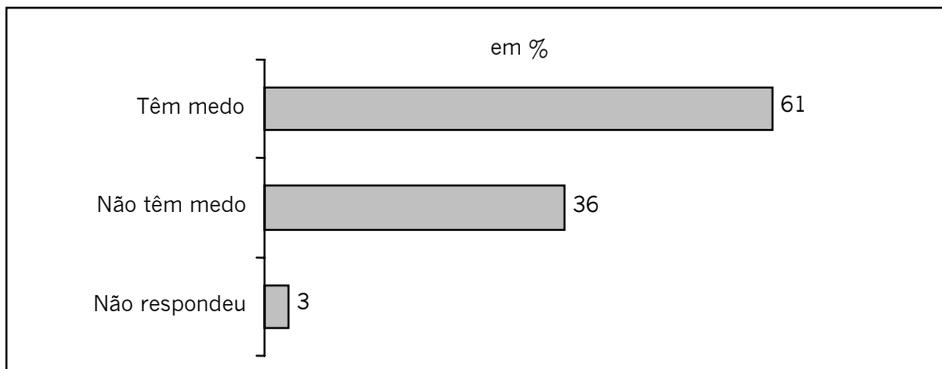
**Fonte:** Datafolha

**Pergunta:** "O que mudou no hábito deles?"

(% respostas múltiplas – soma supera à 100%)

**Grupo: presos na Casa de Detenção de São Paulo**

*Medo de contrair AIDS (1991):*

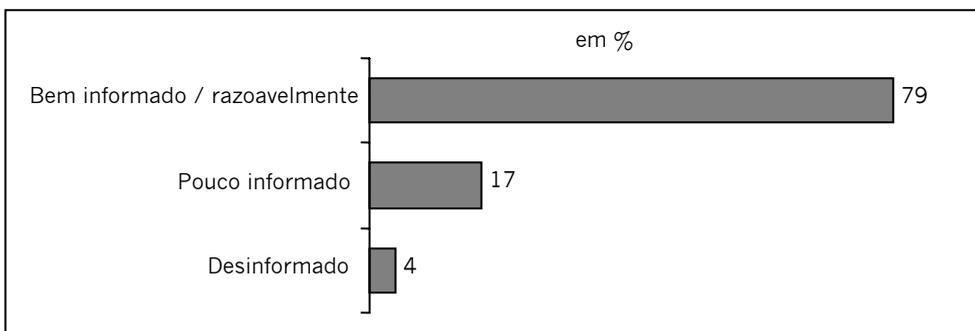


Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você tem medo de pegar a AIDS?"

**Grupo: jovens de 14-24 anos de São Paulo**

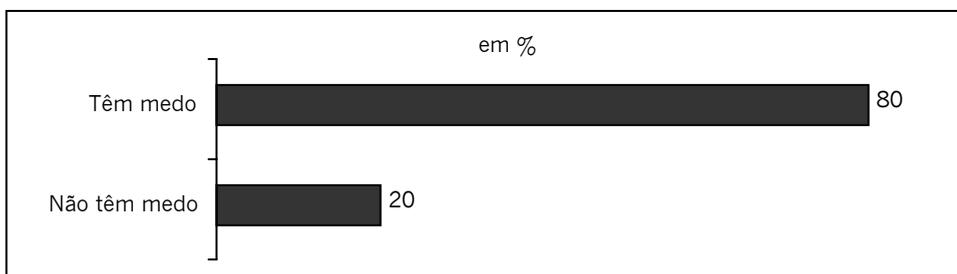
*Os níveis de informação sobre a AIDS entre os jovens (1990):*



Fonte: Datafolha

Pergunta: "Em relação à AIDS o(a) Sr.(a) acha que está: bem informado, razoavelmente informado, pouco informado ou desinformado?"

*Medo de contrair AIDS (1990):*

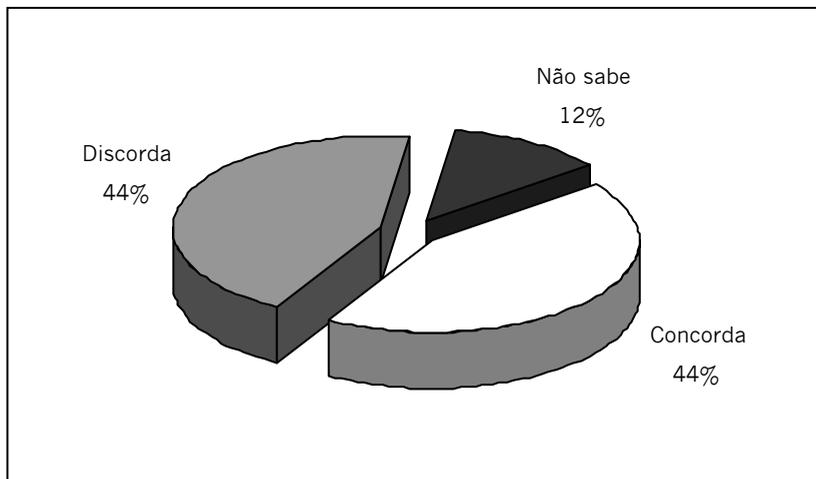


Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você tem medo de pegar AIDS?"

## Opiniões gerais dos brasileiros sobre a AIDS (1993)

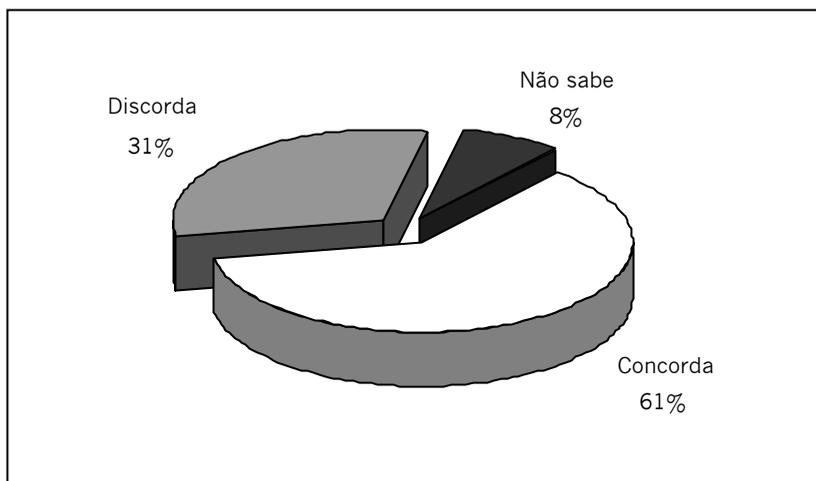
*“Foram os homossexuais que provocaram o aparecimento da AIDS”*



**Fonte:** IBOPE – Pesquisa Nacional

**Pergunta:** “Existe várias opiniões diferentes sobre a relação entre homossexuais e a AIDS. Então eu gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse com qual destas frases o(a) Sr.(a) concorda:”

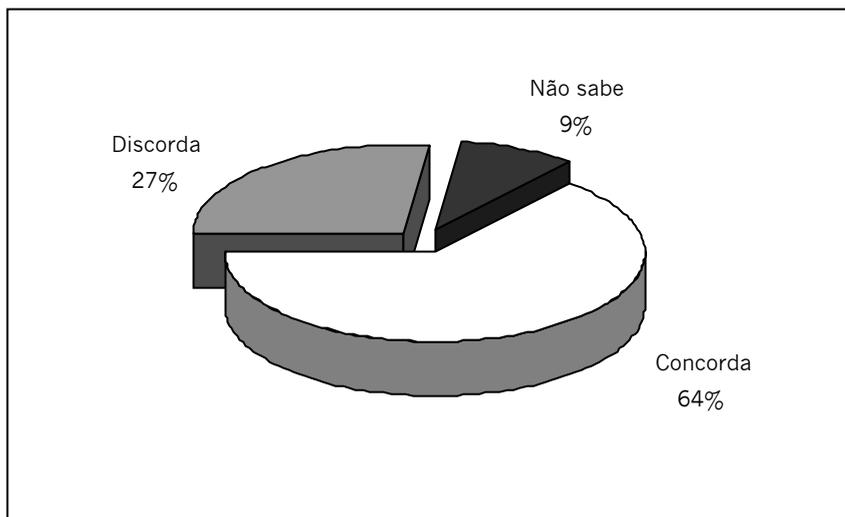
*“Os homossexuais são os responsáveis pelo espalhamento da AIDS pelo mundo”*



**Fonte:** IBOPE – Pesquisa Nacional

**Pergunta:** “Existem várias opiniões diferentes sobre a relação entre homossexuais e a AIDS. Então eu gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse com qual destas frases o(a) Sr.(a) concorda:”

*“Os homossexuais são grandes vítimas da AIDS, mas não são responsáveis pela doença”*

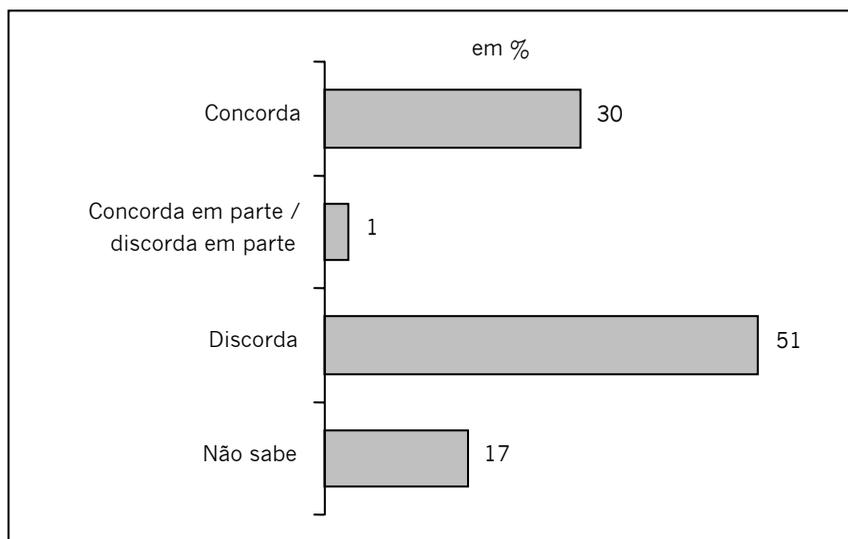


**Fonte:** IBOPE – Pesquisa Nacional

**Pergunta:** “Existem várias opiniões diferentes sobre a relação entre homossexuais e a AIDS. Então eu gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse com qual destas frases o(a) Sr.(a) concorda:”

**Data:** 13/04/93

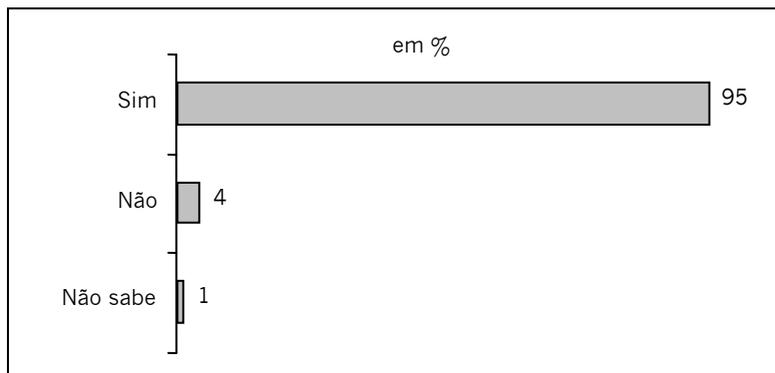
*“Só pega AIDS sexualmente quem é promíscuo”*



**Fonte:** Datafolha

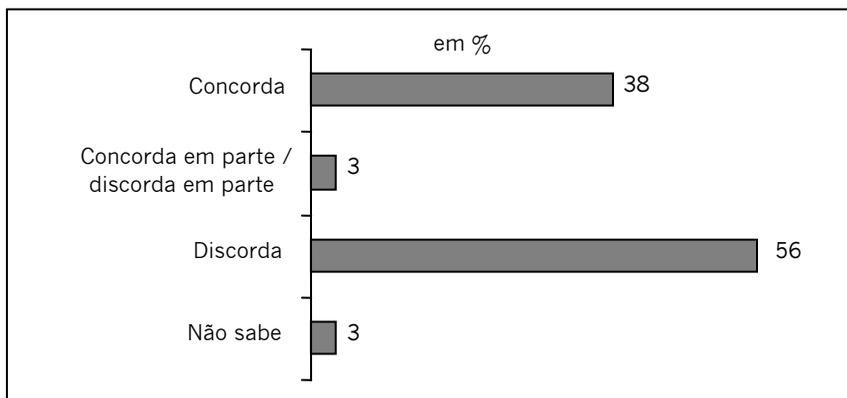
**Pergunta:** “Vou ler algumas frases sobre a AIDS e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma:”

**Obs.:** a diferença para 100% deve-se a arredondamentos.

*“A mulher pode transmitir AIDS para o homem”*

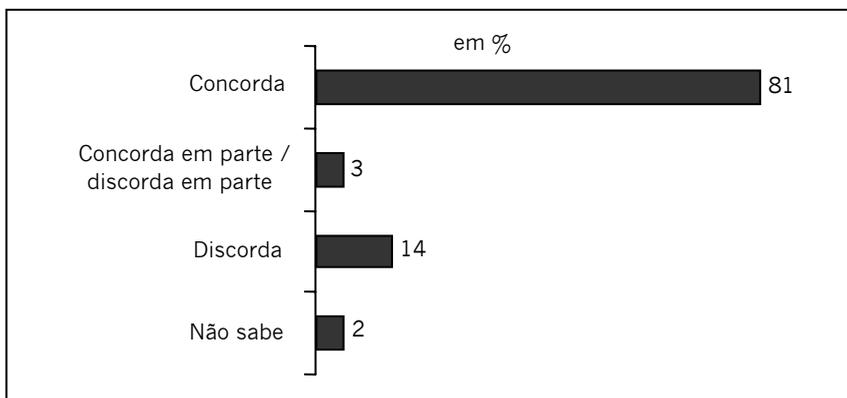
Fonte: Datafolha

Pergunta: “Vou ler algumas frases sobre a AIDS e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma:”

*“A AIDS pode ser uma punição de Deus para quem tem comportamento sexual imoral”*

Fonte: Datafolha

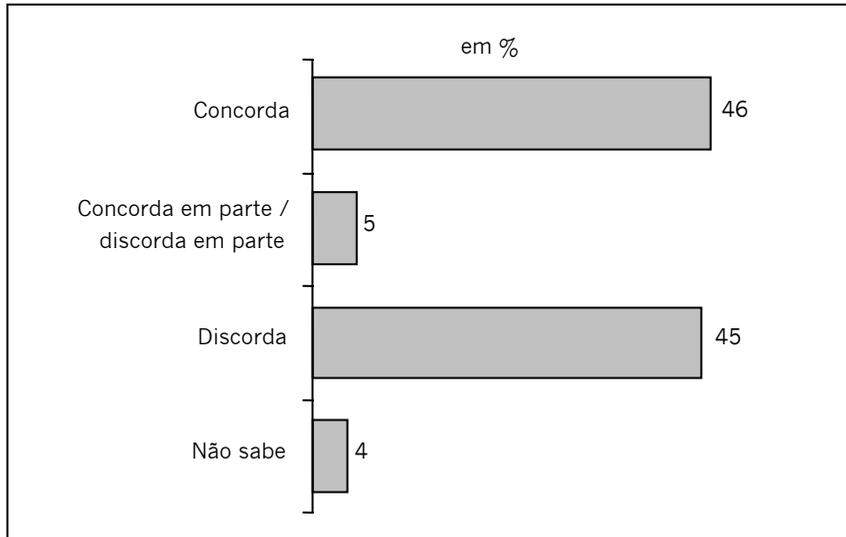
Pergunta: “Vou ler algumas frases sobre a AIDS e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma:”

*“No Brasil, a AIDS transmitida sexualmente continua crescendo principalmente entre homens bi e homossexuais e prostitutas”*

Fonte: Datafolha

Pergunta: “Vou ler algumas frases sobre a AIDS e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma:”

*“Nas relações sexuais entre homens e mulheres, as mulheres têm mais chance de pegar AIDS do que os homens”*

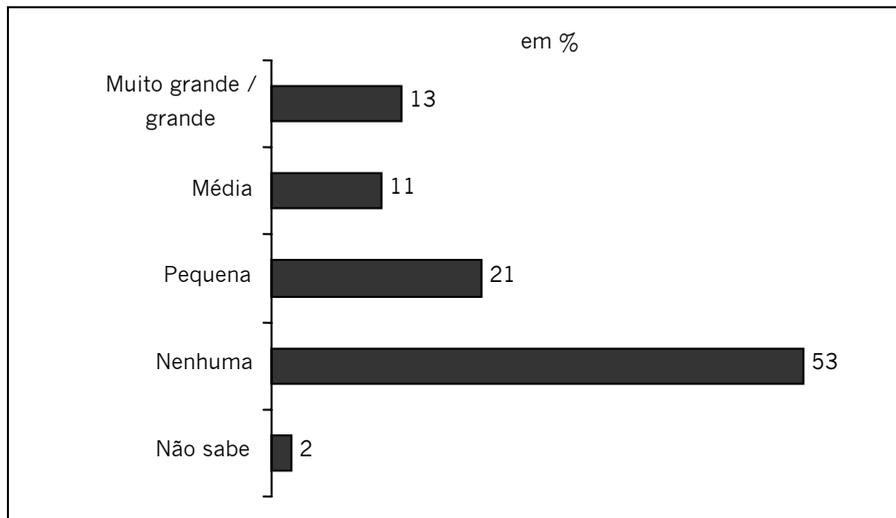


**Fonte:** Datafolha

**Pergunta:** “Vou ler algumas frases sobre a AIDS e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda de cada uma:”

***Opiniões dos entrevistados do município de São Paulo sobre a AIDS (1993)***

*Sobre a chance de ser portador do vírus da AIDS:*

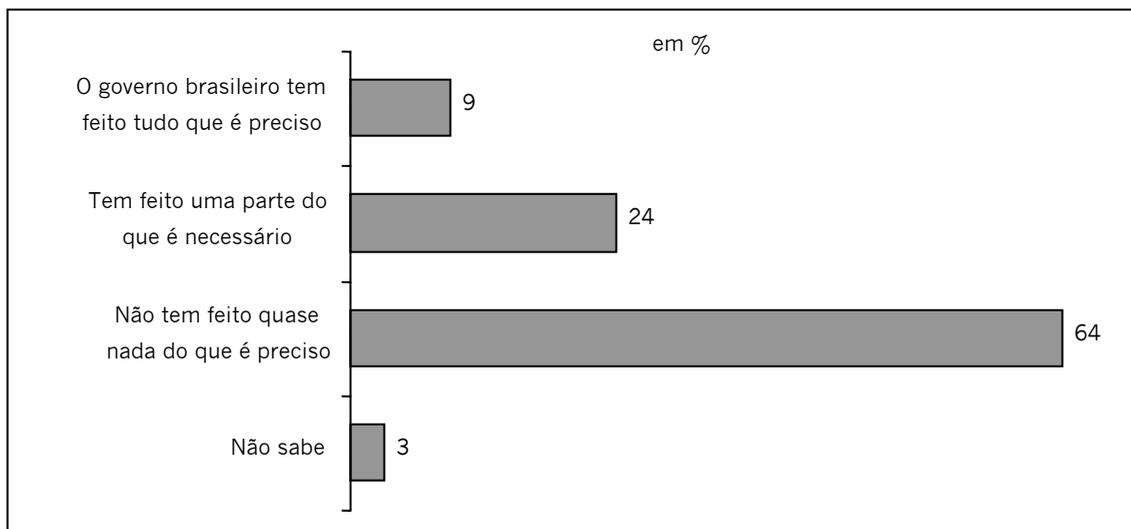


**Fonte:** Datafolha

**Pergunta:** “O Ministério da Saúde calcula que hoje há no Brasil cerca de meio milhão de pessoas com o vírus da AIDS – vírus que pode ficar vários anos no corpo sem se manifestar. Você diria que a chance de você ser hoje um portador do vírus da AIDS é: muito grande, grande, média, pequena ou nenhuma?”

## Opiniões sobre as medidas de prevenção da AIDS (1993)

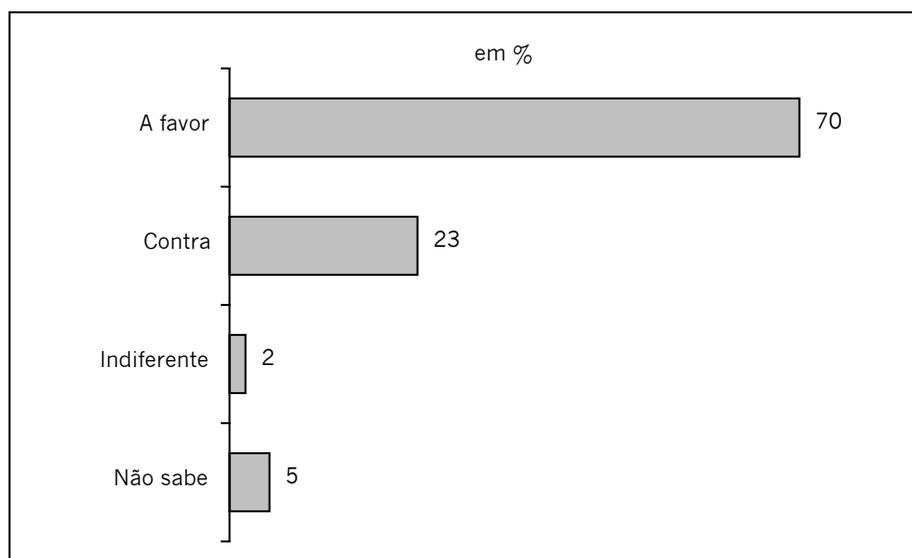
*Avaliação da atuação do governo federal (município de São Paulo)*



**Fonte:** Datafolha

**Pergunta:** "Em relação ao controle da epidemia da AIDS no país, você diria que o governo brasileiro tem feito:"

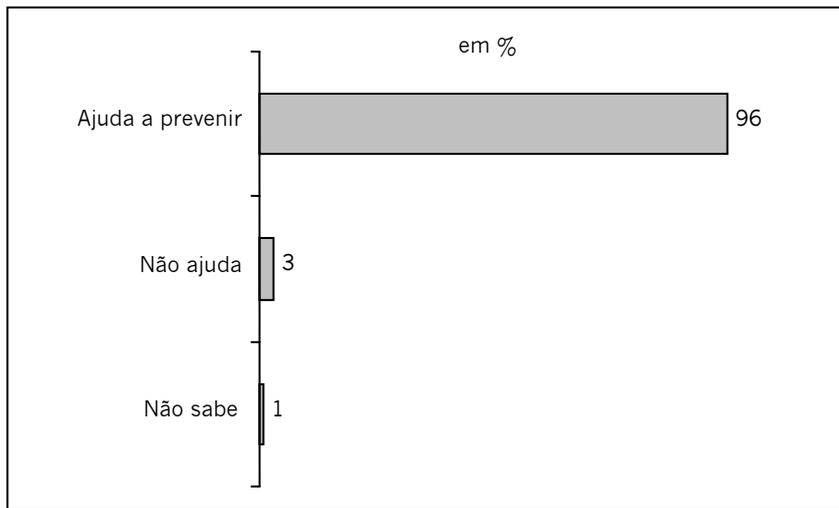
*Permissão para o aborto para mulheres com AIDS (amostra nacional)*



**Fonte:** Datafolha

**Pergunta:** "As mulheres grávidas com AIDS podem passar a doença para o filho. Você é contra ou a favor que as mulheres com AIDS possam fazer aborto?"

*Orientação nas escolas sobre a AIDS (município de São Paulo)*



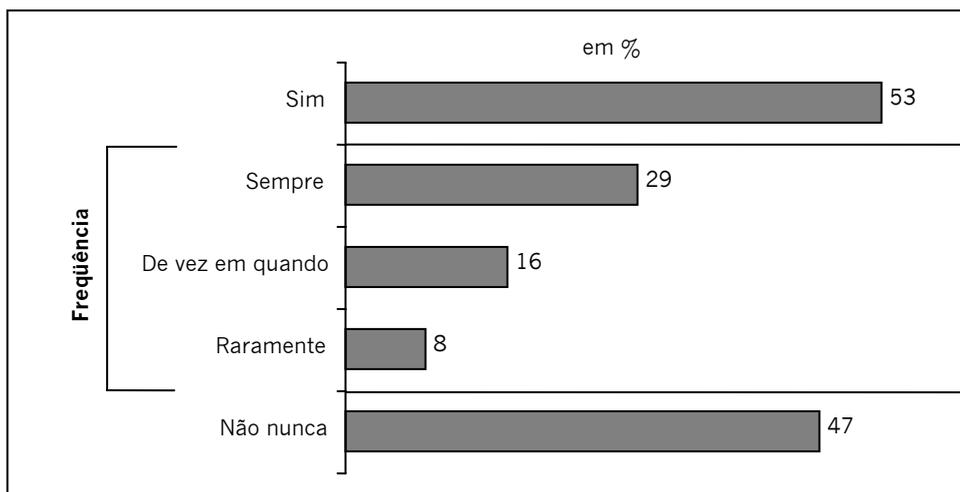
Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você diria que programas de orientação sexual nas escolas podem ou não ajudar na prevenção contra a AIDS?"

Data: 18/05/93

*Os Pais: orientação aos filhos sobre a AIDS (1993)*

*Já conversou sobre AIDS com os filhos (município de São Paulo):*

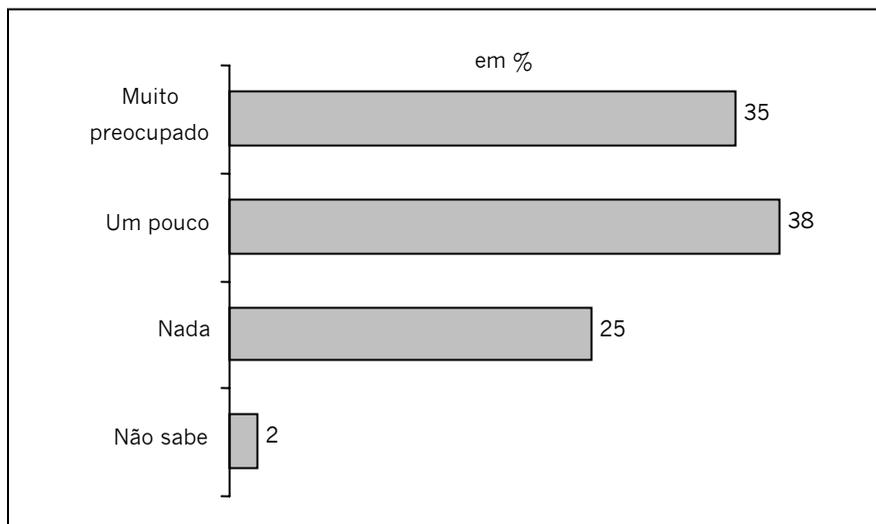


Fonte: Datafolha

Pergunta: "Você já conversou sobre AIDS com seus filhos? Com que frequência você costuma conversar sobre AIDS com seus filhos?" (entre os entrevistados que tem filho – 60% do total da amostra)

## Opiniões dos norte-americanos sobre a AIDS

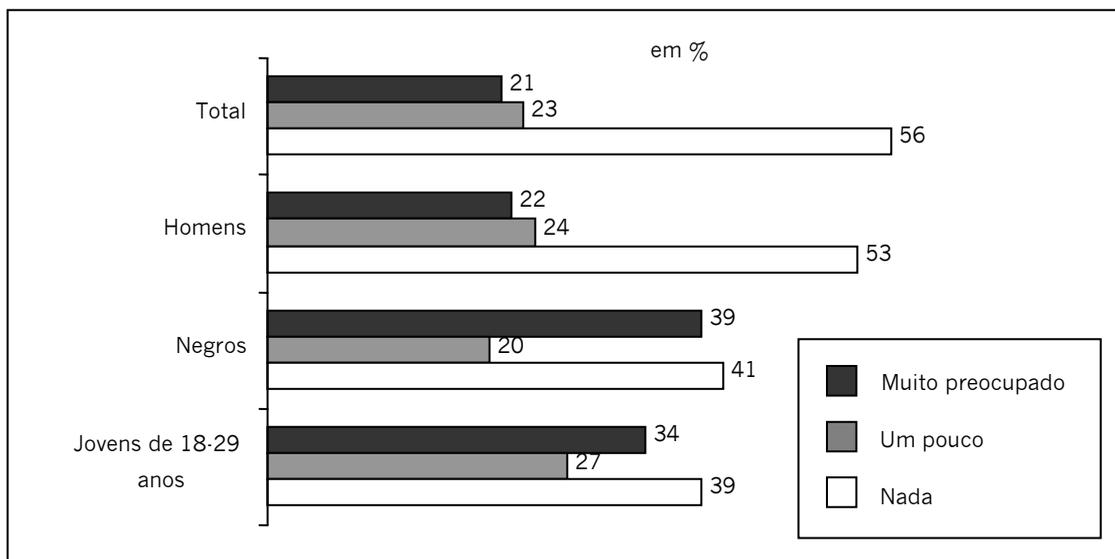
### Grau de preocupação com a AIDS (1983)



**Fonte:** Roper Organization / Yankelovich, Skelly & White, 27-29/06/1983 – 1007 entrevistas por telefone entre eleitores

**Pergunta:** “(As pessoas têm diferentes níveis de preocupação sobre as coisas que estão ocorrendo no mundo atualmente, mas você não pode se preocupar com tudo ao mesmo tempo. Por favor, você poderia me dizer, para cada um dos seguintes itens, se neste momento esta é uma questão que o preocupa pessoalmente muito, um pouco ou nada) – O crescimento de novas doenças como a AIDS:”

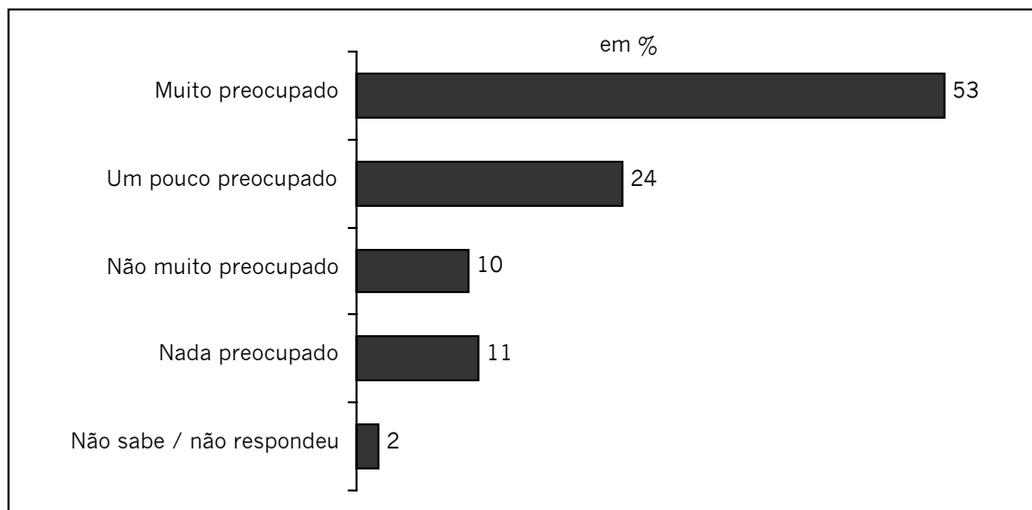
### Grau de preocupação sobre a possibilidade de contrair AIDS (1995)



**Fonte:** Roper Organization / Yankelovich Partners Inc., 11-12/01/1995 – 1000 entrevistas por telefone entre a população adulta

**Pergunta:** “(As pessoas têm diferentes níveis de preocupação sobre as coisas que estão ocorrendo no mundo atualmente, mas você não pode se preocupar com tudo ao mesmo tempo. Por favor, você poderia me dizer, para cada uma das seguintes itens, se neste momento esta é uma questão que o preocupa pessoalmente muito, um pouco ou nada) – A possibilidade de pegar AIDS:”

## Preocupação dos pais com a AIDS em relação aos filhos (1995)

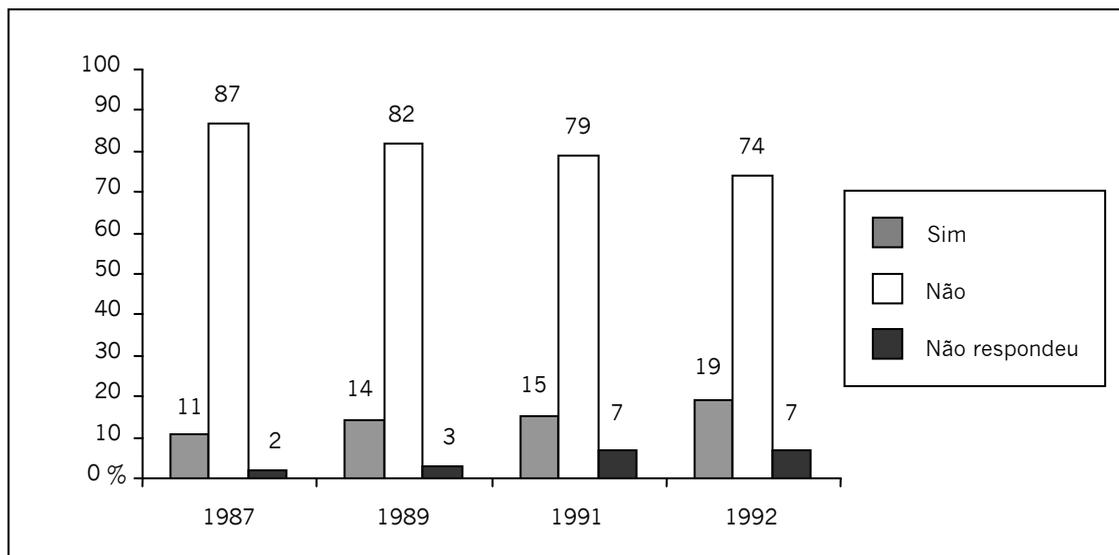


**Fonte:** Roper Organization / Princeton Survey Research Associates, 27/11 – 17/12/1995 – 1511 entrevistas por telefone entre a população adulta

**Pergunta:** “O quanto você está preocupado com a possibilidade de seus filhos pegarem AIDS? Você está muito, um pouco, não muito ou nada preocupado?”

## Indicadores de disseminação da AIDS

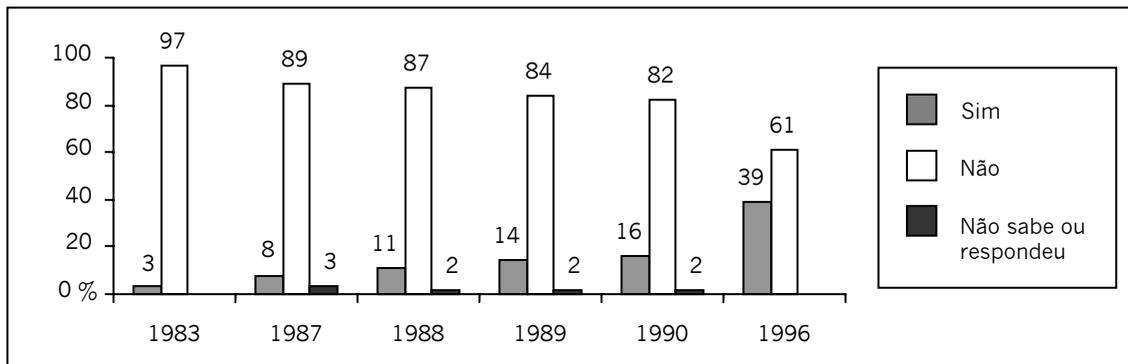
## Já fez teste de AIDS (1987 - 1992):



**Fonte:** ICPSR / U.S. Dept. of Health and Human Services

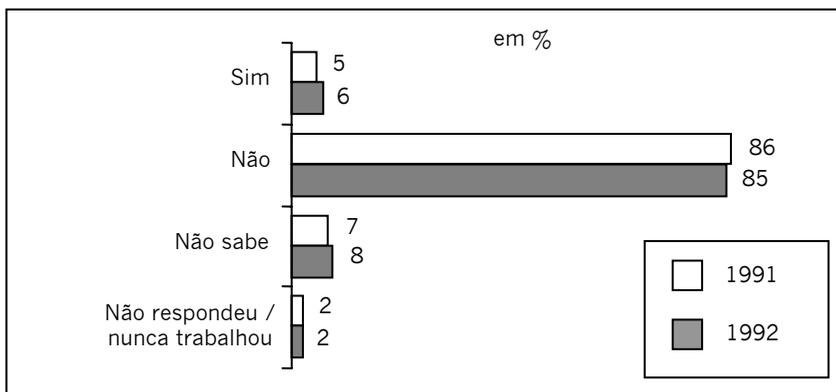
**Pergunta:** “Já fez teste de sangue para AIDS?”

Conhece alguém com AIDS (1983 - 1996):



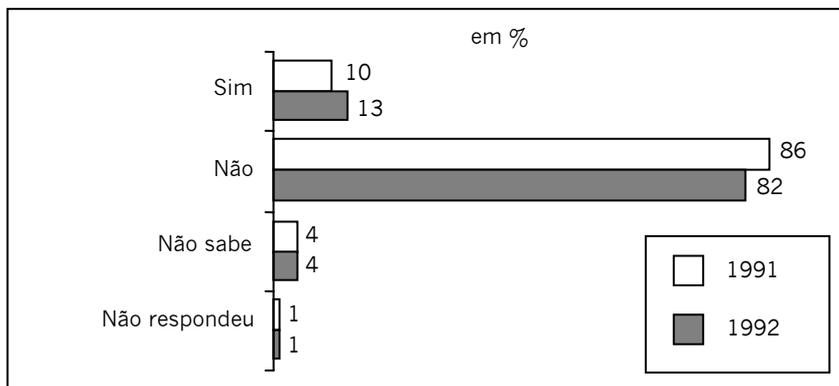
**Fonte:** 1983 - Roper Organization / ABC News / Washington Post, 15-19/06/1983 - 1501 entrevistas com população adulta; 1987 a 1990 - ICPSR / U.S. Dept. of Health and Human Services; 1996 - Roper Organization / ABC News, 31/01/1996 - 509 entrevistas por telefone entre a população adulta  
**Pergunta:** 1983 - "(Questionado a quem já ouviu ou leu alguma coisa sobre AIDS= 81% da amostra) - Você conhece alguém que sofre da AIDS"; 1987 a 1990 - "Conhece alguém com o vírus da AIDS?"; 1996 - "Você conhece pessoalmente alguém que esteja infectado com AIDS ou que tenha morrido por causa disso?"

Já trabalhou com alguém que tem AIDS (1991 - 1992):



**Fonte:** ICPSR / U.S. Dept. of Health and Human Services  
**Pergunta:** "Já trabalhou com alguém que tem AIDS?"

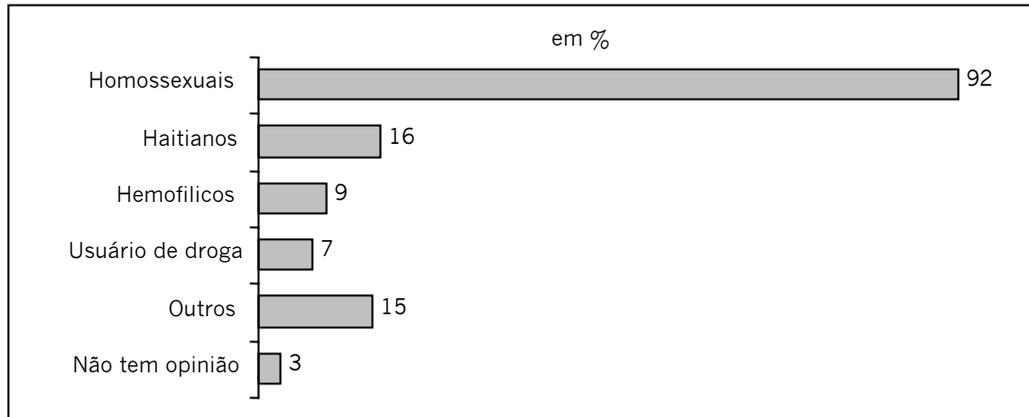
Tem parente ou amigo que tem AIDS (1991 - 1992):



**Fonte:** ICPSR / U.S. Dept. of Health and Human Services  
**Pergunta:** "Você tem parente ou amigo que tem AIDS?"

## Opiniões sobre as medidas para a prevenção da AIDS

Quais são os grupos de risco para os norte-americanos (1983):

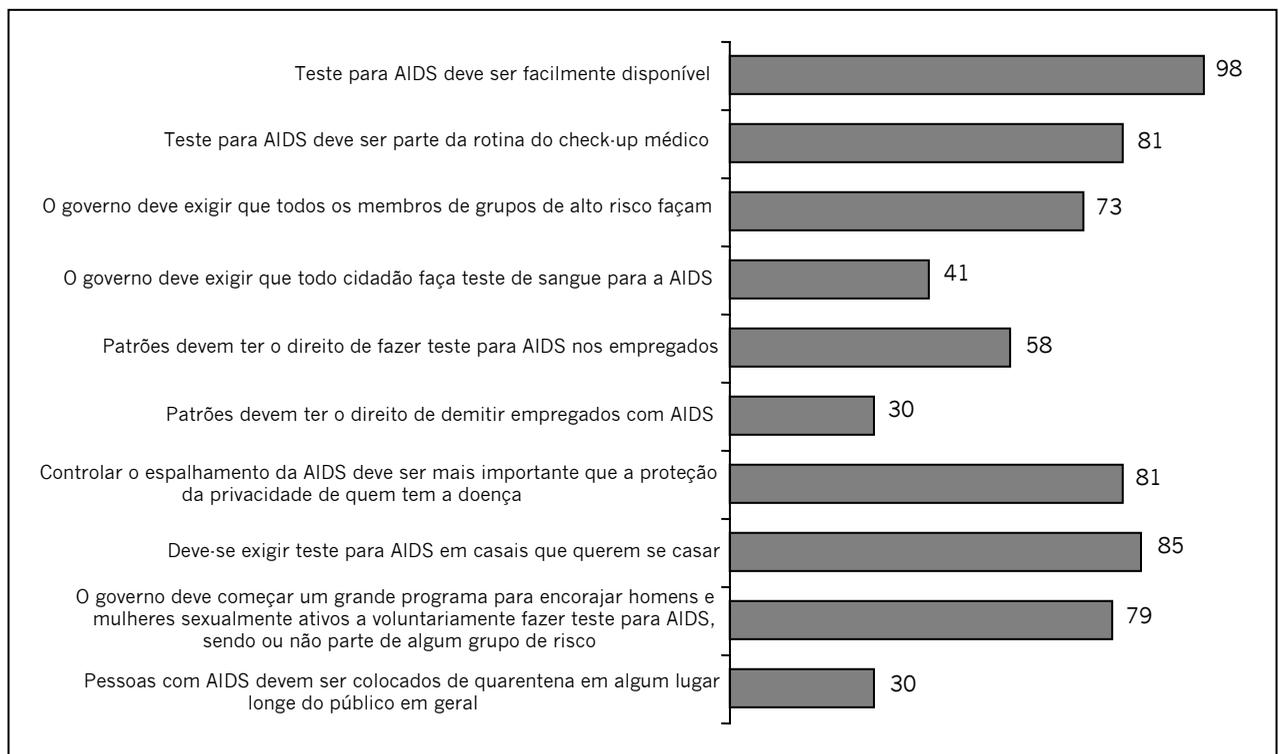


**Fonte:** Roper Organization / ABC News / Washington Post, 15-19/06/1983 – 1501 entrevistas por telefone com população adulta

**Pergunta:** (Questionado a quem já ouviu ou leu alguma coisa sobre AIDS, e sabe que a AIDS afeta alguns grupos específicos da população = 53% da amostra) Qual grupo?"

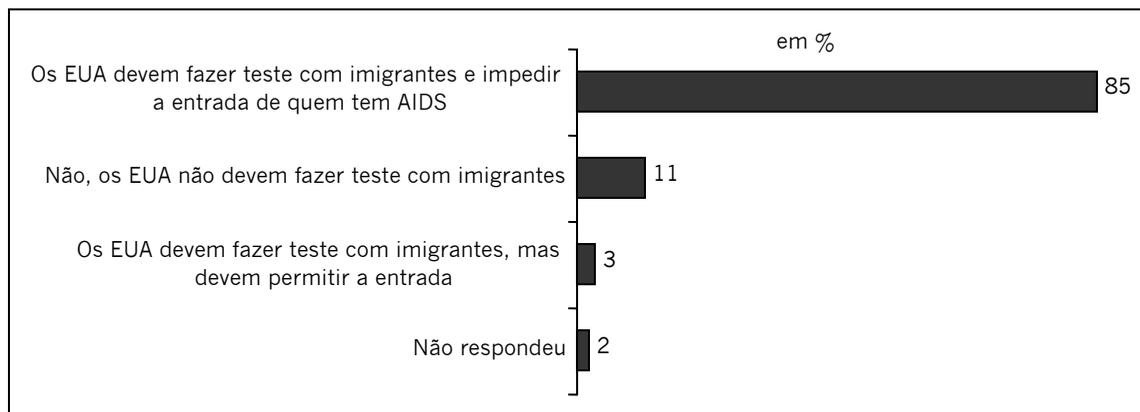
% respostas múltiplas – soma supera a 100%

## Atitudes que podem ajudar a prevenir a disseminação da AIDS (1987) (% dos que responderam "Deve ser feito")



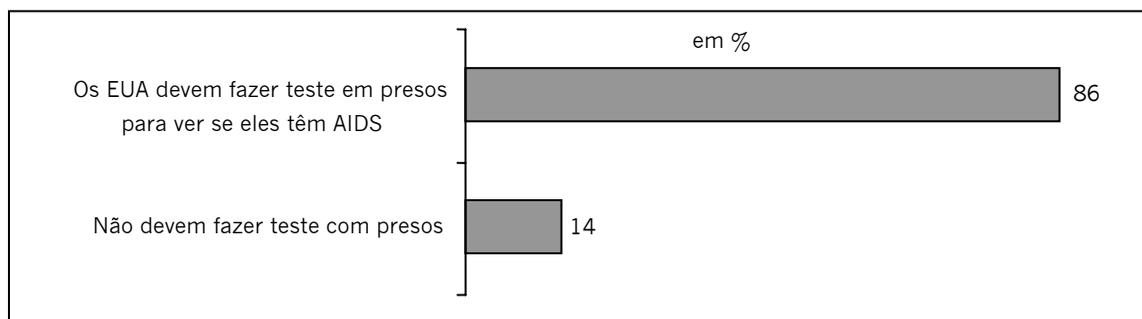
**Fonte:** ICPSR / ABC News Nightline AIDS Poll

**Pergunta:** "Eu vou uma lista de coisas que algumas pessoas dizem que deve ser feito para ajudar a prevenir a disseminação da AIDS. Para cada uma, por favor diga-me se você acha que deve ser feito ou não."

*Opinião sobre imigrantes e AIDS (1987)*

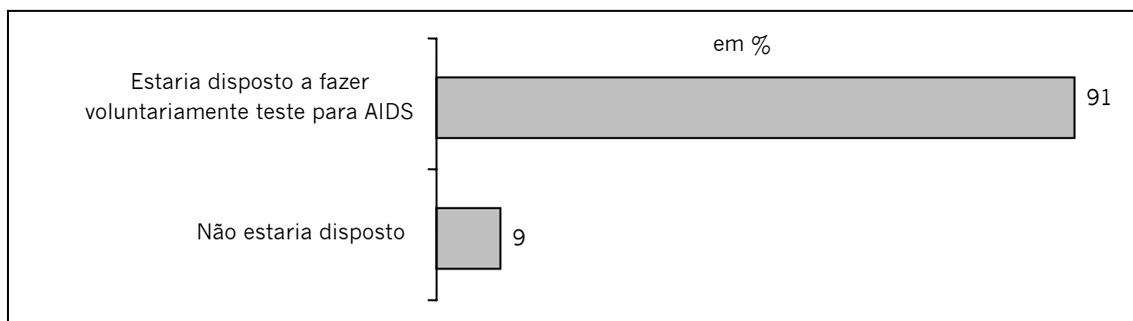
**Fonte:** ICPSR / ABC News Nightline AIDS Poll

**Pergunta:** "Você acha que os Estados Unidos devem fazer teste para AIDS em imigrantes que entram no país, e impedir a entrada no país se eles tiverem AIDS?"

*Opinião sobre presos e AIDS (1987)*

**Fonte:** ICPSR/ ABC News Nightline AIDS Poll

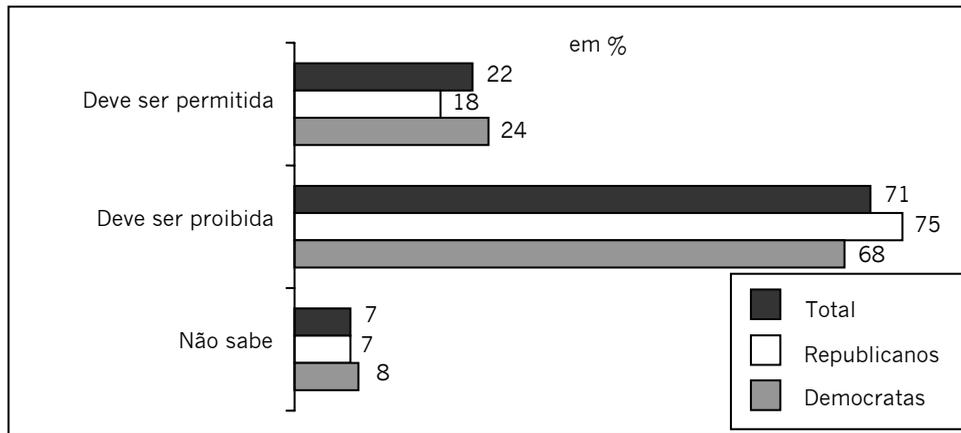
**Pergunta:** "Você acha que os Estados Unidos devem fazer teste para AIDS em presos para ver se eles têm AIDS?"

*Opinião sobre teste voluntário para AIDS (1987)*

**Fonte:** ICPSR / ABC News Nightline AIDS Poll

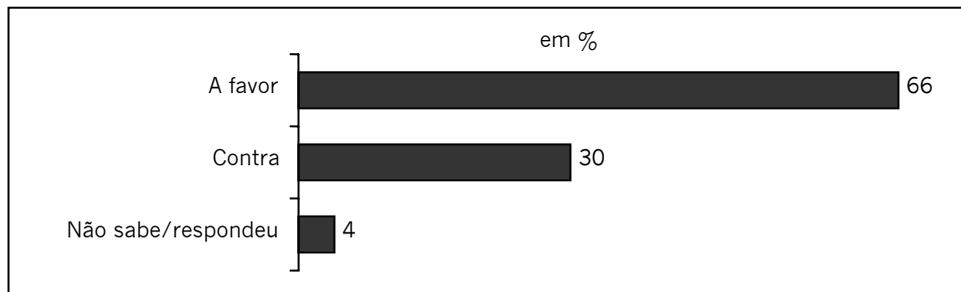
**Pergunta:** "Você estaria disposto a voluntariamente fazer teste de sangue para AIDS ou não?"

*Opinião sobre a entrada de estrangeiros com AIDS no país segundo os principais partidos políticos (1993)*



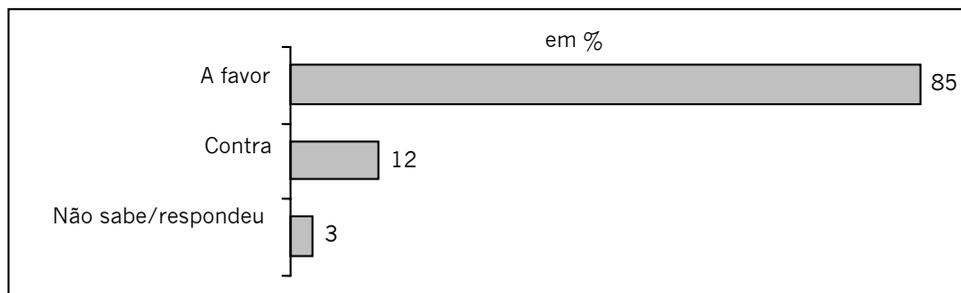
**Fonte:** Roper Organization / Yankelovich Partners Inc., 10-11/02/1993 – 1000 entrevistados entre a população adulta  
**Pergunta:** “O governo dos Estados Unidos deve permitir a entrada no país de estrangeiros que tenham AIDS ou estejam infectados com HIV, ou deve barrar a entrada dessas pessoas no país?”

*Opinião sobre a distribuição de agulhas para usuários de drogas, como uma forma de evitar a disseminação da AIDS (1995)*



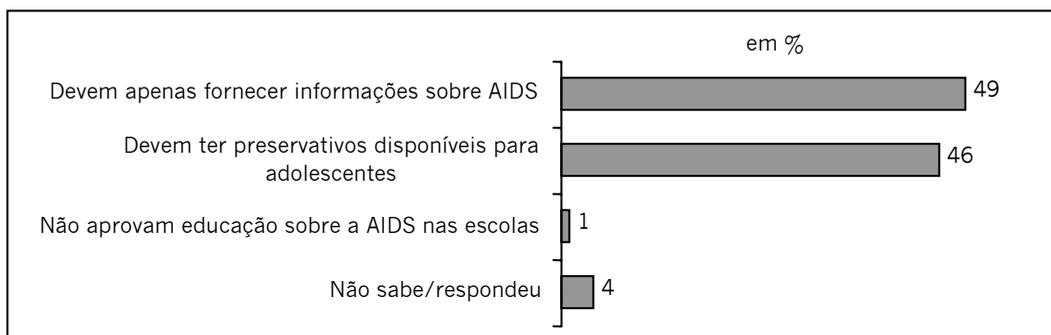
**Fonte:** Roper Organization / Princeton Survey Research Associates, 27/11-17/12/1995 – 1511 entrevistas por telefone entre a população adulta  
**Pergunta:** “Você é a favor ou contra haver clínicas que tenham disponíveis agulhas limpas para usuário de drogas intravenosas, como forma de contribuir para conter a disseminação da AIDS?”

*Opinião sobre a presença de estudantes com AIDS nas escolas (1996)*



**Fonte:** Roper Organization / ABC News, 31/01/1996 – 509 entrevistas por telefone entre a população adulta  
**Pergunta:** “Você é a favor ou contra permitir que estudantes com AIDS frequentem escolas se as autoridades de saúde dizem que não há perigo?”

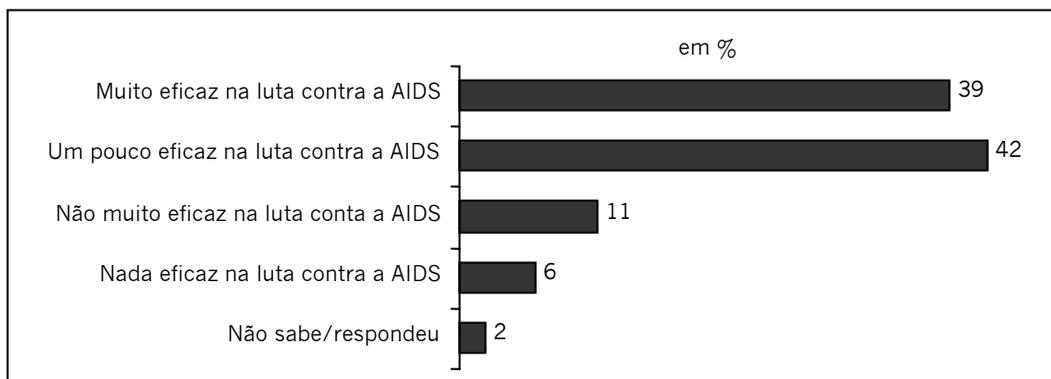
## Opinião sobre a postura das escolas secundárias com relação à AIDS (1995)



**Fonte:** Roper Organization / Princeton Survey Research Associates, 27/11-17/12/1995 – 1511 entrevistas por telefone entre a população adulta

**Pergunta:** “Você acha que as escolas secundárias devem apenas fornecer informações sobre a AIDS e como a doença se dissemina ou você acha que as escolas devem ir adiante fornecendo preservativo para adolescentes que quiserem?”

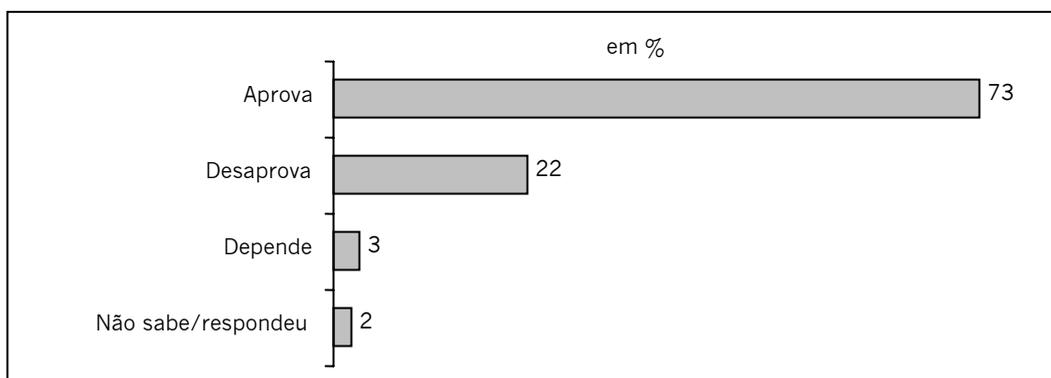
## Opinião sobre a eficácia dos gastos governamentais para pesquisa sobre AIDS (1995)



**Fonte:** Roper Organization / Princeton Survey Research Associates, 27/11-17/12/1995 – 1511 entrevistas por telefone entre a população adulta

**Pergunta:** “O que você acha sobre: o governo colocar mais dinheiro nas pesquisas sobre AIDS? Se isto acontecer, seria muito eficaz, um pouco eficaz ou sem eficácia na luta contra a disseminação da AIDS?”

## Opinião sobre utilização de impostos para tratamento de pessoas com AIDS (1996)

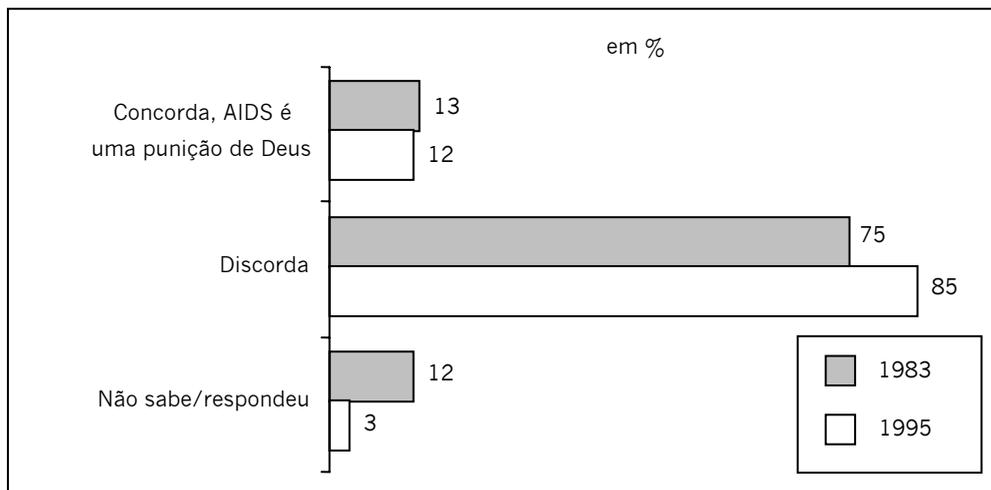


**Fonte:** Roper Organization / Princeton Survey Research Associates, 05-15/01/1996 – 1206 entrevistas por telefone entre os eleitores

**Pergunta:** “(Como um contribuinte, por favor diga-me se você de uma maneira geral aprova ou desaprova o uso do imposto que você paga) – No tratamento de pessoas com AIDS?”

## Opiniões gerais sobre a AIDS

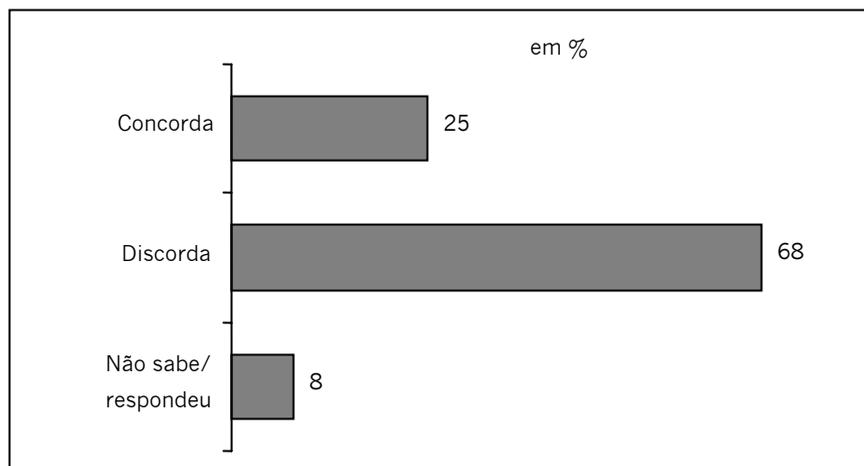
### A AIDS como uma punição de Deus (1983 - 1995)



**Fonte:** 1993 – Roper Organization / ABC News / Washington Post, 15-19/06/1983 – 1501 entrevistas com população adulta; 1995 – Roper Organization / Princeton Survey Research Associates, 27/11-17/12/1995 – 1511 entrevistas por telefone entre a população adulta

**Perguntas:** 1993 – “Até hoje, os casos de AIDS têm aparecido principalmente entre homossexuais, e algumas pessoas dizem que a AIDS é uma punição que Deus tem dado aos homossexuais pelo modo como eles vivem. Outros dizem que nem todas as pessoas com AIDS são homossexuais e não há razão para pensar na AIDS como punição de Deus. Qual destas opiniões é mais próxima da sua?”; 1995 – “(Por favor diga-me o quanto você concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmativas sobre a AIDS) – A AIDS vem de Deus para punir o comportamento homossexual?”

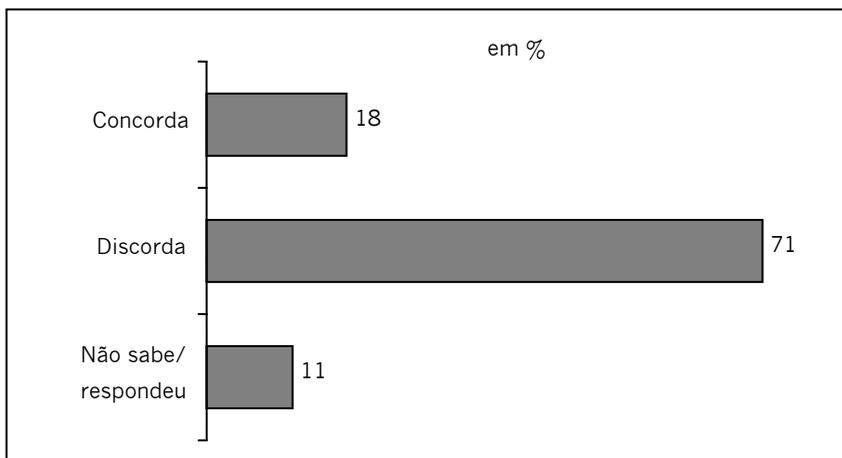
### Opinião entre as mulheres sobre a AIDS como uma punição de Deus (1983)



**Fonte:** Roper Organization / Mark Clements Research, 19-31/08/1983 – 1000 entrevistas com mulheres entre 18 a 65 anos

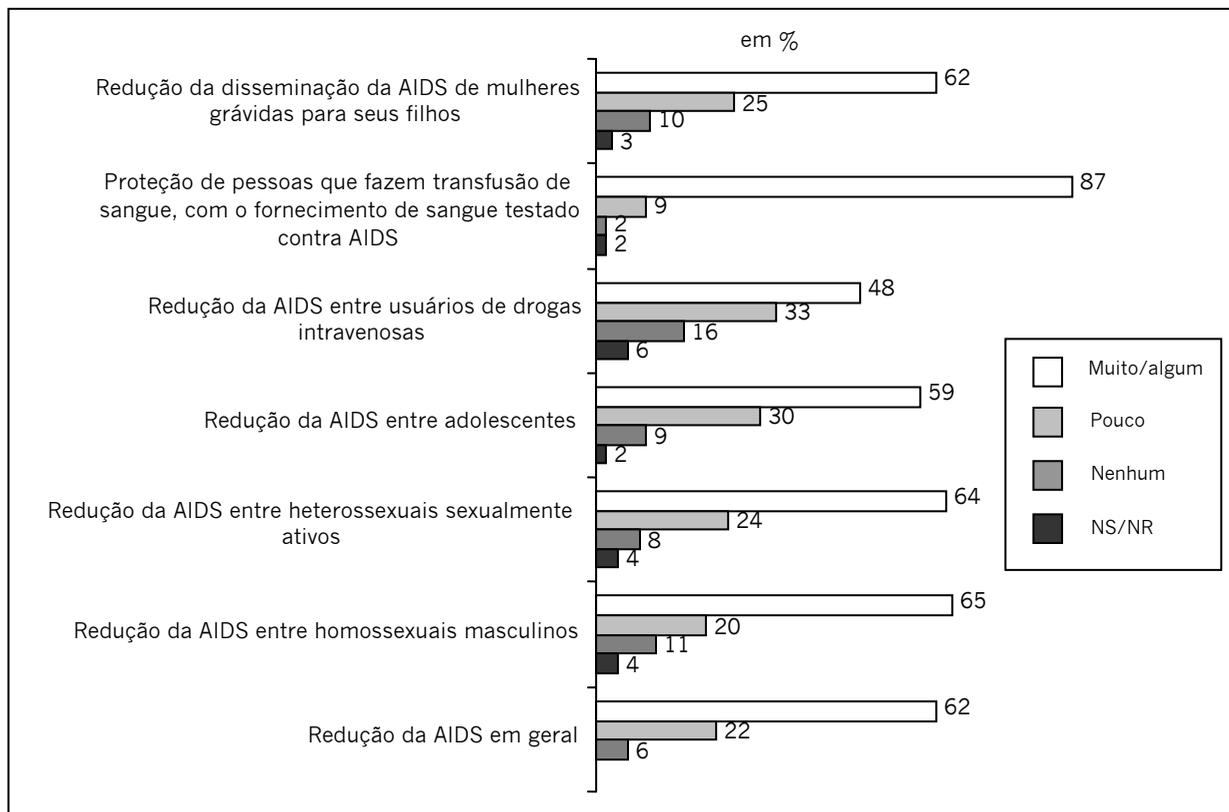
**Pergunta:** “(Eu vou ler algumas frases sobre questões da atualidade. Por favor, diga-me se você concorda ou discorda) – Alta incidência de doenças transmitidas através de relação sexual (como herpes, AIDS, etc) é uma punição de Deus para a promiscuidade sexual”

Sobre a AIDS como um vírus criado em laboratório como arma de guerra (1995)



**Fonte:** Roper Organization / Princeton Survey Research Associates, 27/11-17/12/1995 – 1511 entrevistas por telefone entre a população adulta  
**Pergunta:** “(Por favor diga-me o quanto você concorda ou discorda de cada uma das seguintes afirmativas sobre a AIDS – Há alguma verdade nos boatos de que a AIDS foi produzida em laboratório como uma arma de guerra?”

Sobre o progresso na luta contra a AIDS (1995)

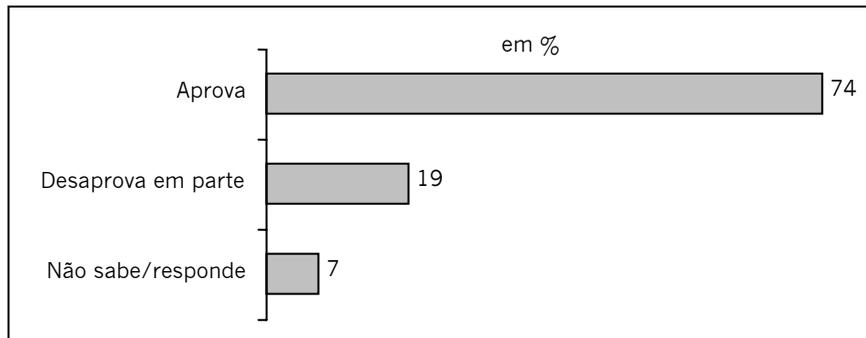


**Fonte:** Roper Organization / Princeton Survey Research Associates, 27/11-17/12/1995 – 1511 entrevistas por telefone entre a população adulta  
**Pergunta:** “(Agora eu gostaria de saber, na sua opinião, quanto ao processo tem sido feito na prevenção da AIDS neste país desde que a doença foi identificada) – Qual o progresso você acha que tem sido feito em [...] muito, algum, pouco ou nada?”

*Trabalharia ao lado de alguém com AIDS? (1996)*

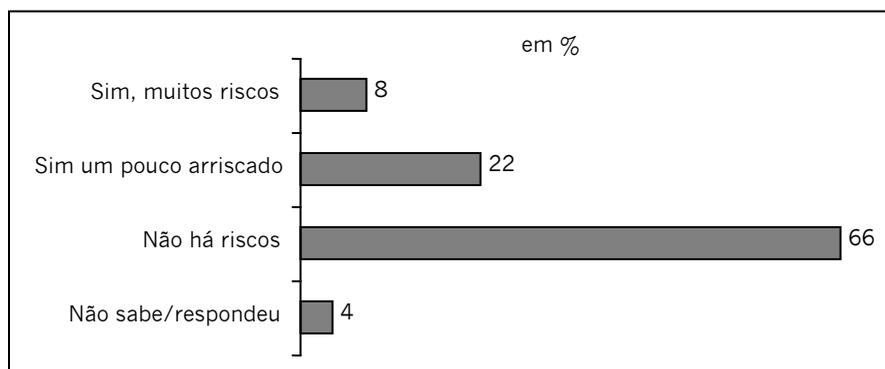
**Fonte:** Roper Organization / ABC News, 31/01/1996 – 509 entrevistas por telefone entre a população adulta

**Pergunta:** “Você estaria disposto a trabalhar ao lado de uma pessoa que tenha AIDS?”

*Opinião sobre a volta de Magic Johnson ao basquete profissional (1996)*

**Fonte:** Roper Organization / ABC News, 31/01/1996 – 509 entrevistas por telefone entre a população adulta

**Pergunta:** “Como você sabe, o astro Magic Johnson, jogador de basquete do Los Angeles Lakers é portador do vírus HIV que provoca a AIDS, retornou ao basquete profissional após ter se afastado em 1991. Você aprova ou desaprova o retorno de Johnson ao basquete profissional?”

*Opinião sobre riscos para os outros jogadores de basquete que jogam com Magic Johnson se serem contaminados com o vírus HIV pelo jogador (1996)*

**Fonte:** Roper Organization / ABC News, 31/01/1996 – 509 entrevistas por telefone entre a população adulta

**Pergunta:** “Você acha que os jogadores do time de Magic Johnson e os adversários correm perigo de pegar AIDS jogando basquete com ele ou não?”

# Ficha Técnica

## Seção Brasil

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
<b>Datafolha</b>			
12/02/87	1.037	População do município de São Paulo	Estratificada por sexo, idade e por zona geográfica
28-30/04/88	1.036		
12-21/12/90	1.069		
18/05/93	1.079		
28-30/04/88	251	Homossexuais e bissexuais masculinos do município de São Paulo	Abordagem em pontos de concentração das populações pesquisadas
14-21/12/90	201		
14-21/12/90	102	Prostitutas de rua de São Paulo	
14-21/12/90	240	Jovens de 14 a 24 anos de São Paulo	Estratificada por sexo, idade. Entrevistas feitas nos pontos de concentração da população pesquisada
07-08/05/91	645	População da Casa de Detenção de São Paulo	Estatisticamente representativa do universo, distribuídas de acordo com o peso populacional de cada pavilhão
27/11/91	400	Crianças de 7 a 12 anos, matriculadas na rede de ensino de São Paulo	Estratificada por sexo, idade e zona geográfica, sendo os entrevistados abordados na porta de saída ou entrada das escolas
08-10/09/93	2.500	População do Brasil a partir de 16 anos	Estratificada por sexo, idade e regiões geográficas, nível sócio-econômico, tamanho populacional do município
20/06/95	410	Participantes brasileiros da 17ª Conferência Internacional de Gays e Lésbicas no Rio de Janeiro	Abordagem aleatória dos entrevistados
<b>IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística</b>			
13/04/93	2.000	Eleitores do Brasil	Representativa do eleitorado do país, elaborada por cotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: sexo, idade, atividades e posição na ocupação.

## Seção Estados Unidos

<b>ICPSR – Inter-University Consortium for Political and Social Research</b>
<p>ABC NEWS NIGHTLINE AIDS POLLS, junho de 1987. ABC News [realizador da pesquisa].</p> <p>U.S. Dept. of Health and Human Services, National Center for Health Statistics. NATIONAL HEALTH INTERVIEW SURVEY. 1987 –1992: AIDS KNOWLEDGE AND ATTITUDES SUPPLEMENT [Arquivo informatizado de dados].</p> <p>Washington DC: U.S. Dept. of Health Human Services. National Center for Health Statistics [Realizador da pesquisa].</p> <p>Ann Arbor, MI: Inter-University Consortium for Political and Social Research [Distribuidor do arquivo de dados].</p>
<b>Roper Center</b>
Os dados dessas pesquisas são provenientes do Banco Informatizado de Dados de Opinião Pública do Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut, EUA.

*Imprensa e opinião pública:  
papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo  
para a formação do consenso*

---

**Francisco César Pinto da Fonseca**

Fundação Getúlio Vargas

---

**Resumo**

Através da análise de editoriais e notícias do jornal “O Estado de S. Paulo”, este artigo mostra este jornal como um agente político-ideológico para a divulgação do liberalismo.

**Palavras-chave:** opinião pública; mídia; imprensa; hegemonia

**Abstract**

Through the analysis of the news and editorials of the newspaper “O Estado de S. Paulo”, this article shows this newspaper as a political and ideological agent in order to spread the liberalism.

**Keywords:** public opinion; media; press; hegemony

## Introdução<sup>1</sup>

O jornal “O Estado de São Paulo” ocupa há mais de um século papel singular na imprensa, atuando como “aparelho privado de hegemonia” em prol da causa liberal, sob a qual escolhe a defesa do capitalismo e da dominação político/econômica, ou, numa palavra, o “status quo”.

Feitos históricos do jornal - pertencente à família Mesquita<sup>2</sup> - atestam sua significação nas contendas políticas do país: a participação na Revolução de 32 e a interventoria de Armando Salles de Oliveira na então Província de São Paulo a partir de 1934; a participação nas conspirações que levaram ao golpe de 1964; e, principalmente, o decisivo apoio para a fundação da Universidade de São Paulo, notadamente no que tange à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com o intuito de produzir uma elite letrada que liderasse o desenvolvimento social e moral ao país.

Através de diversos meios de comunicação que o grupo “OESP”<sup>3</sup> detém - especialmente através do jornal em questão - este procura essencialmente: a) inculcar valores concebidos como liberais à opinião pública; b) defender posições concretas, rejeitando outras, pertinentes aos interesses que defende; e c) atuar no sentido de “manipular” interesses sociais - sem descuidar de seus próprios interesses empresariais.

Especialmente em conjunturas críticas, como a transição para a democracia ocorrida a partir de 1984, onde a publicização concreta de concepções de como deveria ser a democracia era propiciada pela necessidade de reordenamento político/institucional, a análise do papel da imprensa enquanto formadora de consenso é fundamental para que se compreenda os rumos enveredados pela democracia brasileira.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma compilação de fragmentos da dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da UNICAMP em 1994, intitulada: “A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégias de convencimento (revista VISÃO e jornal O ESTADO DE S. PAULO)”.

<sup>2</sup> A família Mesquita é proprietária do “grupo OESP”, ao qual se incluem, além do periódico em foco, o Jornal da Tarde, a Rádio Eldorado (nas frequências AM e FM), a agência de notícias “Estado” e a gráfica “OESP”.

<sup>3</sup> Denominaremos o Jornal em questão como “OESP”.

## **“OESP” e a opinião pública**

De modo geral, para “OESP” o papel da imprensa deveria ser o de formar e, ao mesmo tempo, informar a opinião pública, o que é de extrema importância para o objetivo político/ideológico do jornal ao mesmo tempo que expressa sua auto-imagem. O correto entendimento da caracterização do periódico, assim como do papel a que se propõe, inclui necessariamente observar sua concepção do que seja a imprensa e a opinião pública. Assim, ao comentar a desinformação a respeito dos rumos da sucessão do Gal. Figueiredo, afirma que:

*“A responsabilidade que temos de informar a opinião pública, por um lado, e, por outro, de ajudar a formá-la, articulando em nossos comentários editoriais diários aquilo que nos pareça relevante, por refletir o senso comum, o pensamento dos cidadãos comuns de uma sociedade - que, afinal, de alguma forma devemos refletir, porquanto convivemos com ela e seus problemas em tempo mais que centenário -, esbate-se, às vezes (...) com a volatilidade dos fatos (...)”. (12/05/84, grifos nossos).*

A passagem acima expressa duas questões relevantes. A primeira diz respeito ao binômio formar/informar, pois confere aos meios de comunicação um poder extraordinário. Ocorre, contudo, que a formação da opinião pública assenta-se numa miríade de estruturas e circunstâncias, tais como o acesso ao leitor à informação, a capacidade de processá-la, a dimensão do público leitor, as visões opostas ou alternativas de mundo por parte da própria imprensa ou divergências em relação a assuntos tópicos - caso da diferença de posição em relação às eleições diretas para “OESP” e para o jornal Folha de São Paulo<sup>4</sup> -, entre outras. A informação, tida pelo jornal como algo objetivo, difere e num certo sentido, contrasta com o caráter formativo. A questão decorre desta, pois se o jornal afirma formar/informar a opinião pública, visando portanto a alguns fins, não há razão em refletir justamente esta opinião pública por ele formada e informada. Isto é, **“OESP” refletiria a si próprio**. Sua concepção de opinião pública parece ser a de algo completamente modelável; daí a ênfase em que se auto-atribui seu papel modelador.

---

<sup>4</sup> É oportuno lembrar que o jornal Folha de S. Paulo atingiu grande poder de influência na opinião pública assim como a liderança nas vendas a partir de seu apoio decisivo à restauração das eleições diretas para a presidência da República em 1984/85. “OESP”, por seu turno, manteve-se ambivalente, inclusive por não questionar a legitimidade do então Colégio Eleitoral, responsável pela indicação do presidente da República. Só passou a apoiar as “diretas-já” quando tornou-se inevitável a eleição presidencial pelo Colégio Eleitoral (com a derrota da emenda Dante de Oliveira), sobressaindo-se a figura de Tancredo Neves - em outras palavras, apoiou a restauração das “diretas-já” por sê-la inviável naquele momento, procurando, com isso, reconciliar-se com a opinião majoritária da sociedade.

Por outro lado, é importante observar que, apesar do jornal associar corriqueiramente suas opiniões e posições à aceitação da opinião pública, isto é, ambos sempre em sintonia, requerendo e vetando os mesmos agentes sociais, idéias e políticas, diversas vezes deixa transparecer, involuntariamente, a diferença de posições entre um e outro. A afirmação de que o cidadão médio brasileiro postasse ao “centro” do espectro, ser predisposto ao liberalismo, entre tantas outras características que o jornal requer para si, é contrastada quando os candidatos e partidos por ele apoiados não ganham eleições e quando a maioria da população apóia idéias às quais “OESP” se opõe. Dos inúmeros casos onde esta dissintonia em geral ocorreu, “OESP” ou a omitiu ou a reconheceu, sem se dar conta de que o fazia: foi o caso do apoio entusiástico da população ao congelamento de preços nos planos econômicos, ao que, de modo geral, o jornal se opôs<sup>5</sup>, pois reconhece que **“para a opinião pública, a essência do Plano Cruzado consistia precisamente no congelamento de preços”**. (06/12/86).

À imprensa, contudo, haveria outras atribuições, mas que se expressam sinuosamente em “OESP”. Assim, crê ser **“o papel (...) dos veículos de comunicação (...) o de esclarecer a opinião pública, precisamente sobre a magnitude dos problemas e do decurso de tempo necessário para suas respectivas soluções”**. (18/01/85, grifos nossos). Ao indivíduo - conceito caro ao liberalismo e propalado pelo jornal - parece não haver qualquer autonomia, pois a imprensa a tudo lhe proferia em termos de idéias, pois o jornal **informa/forma/esclarece**.

Os meios de comunicação, para “OESP”, proveriam o indivíduo ainda num setor-chave das sociedades democráticas - o voto, pois haveria demagogos (expressão genérica que contempla segmentos díspares pois dependente de quem assim as concebe) a enganar os eleitores. Daí:

*“(...) cumprirá aos veículos de comunicação de massa, no desempenho da missão de formar opinião em torno de soluções válidas para os problemas nacionais, orientar a opinião pública para a escolha de candidatos capazes de advogar (...) soluções com utilidade, no foro legislativo. Na medida em que souberem destacar méritos pessoais [e*

---

<sup>5</sup> “OESP”, em nome do liberalismo e da liberdade do mercado, foi contrário ao instituto do congelamento de preços; no entanto, não opôs-se por princípio e de forma radical - como o fez, por exemplo, outro órgão de imprensa auto-proclamado liberal, a revista VISÃO -, pois acreditava ser o choque produzido pelo Plano Cruzado positivo ao combate à inflação e aos aproveitamentos dos eleitos desta: os partidos e sindicatos à esquerda no espectro. Além disso, acreditava que o capitalismo nacional teria a ganhar com a, prometida, estabilidade da economia.

*não interesses – FCPF] e posições doutrinárias [distinta, portanto, das posições ideológicas – FCPF], jornais, revistas e emissoras contribuirão decisivamente para conter os riscos [da demagogia - FCPF] (...). (09/06/85, grifos nossos).*

A orientação ao voto - decisão individual, intransferível, modelada por interesses, cultura política, além de variáveis sócio-econômicas procura suprimir todo esse complexo de decisões privadas em nome do “bem comum”<sup>6</sup>. Os candidatos seriam escolhidos segundo sua doutrina, isto é, o liberalismo, pois todas as outras correntes de pensamento seriam ideologias<sup>7</sup>; e também as virtudes pessoais e não os interesses que representam. “OESP” só indicaria candidatos que representassem justamente os interesses que levassem ao “bem-comum”, ou seja, o fortalecimento do capitalismo, do mercado, dos valores liberais etc... Tudo isso apenas corrobora a capacidade do jornal de universalizar o particular.

Assim, assumindo que os meios de comunicação expressam a opinião (nada diz contudo acerca dos interesses) de seus proprietários, em resposta à proposição dos partidos e sindicatos à esquerda no espectro de se criar conselhos editoriais (aonde participariam diversos segmentos sociais) como forma de democratizar a informação, afirma representar tal proposta:

*“(...) intervenção indevida no exercício da propriedade dos jornais e revistas - que são sociedades anônimas ou por cotas e cuja orientação deve refletir o pensamento dos acionistas ou dos cotistas. Estes, por terem empenhado capital na empresa, têm o direito de eleger os diretores que responderão por ela. Recorde-se que se a empresa quebrar o prejuízo será de quantos investiram para que se formasse e*

---

<sup>6</sup> A utilização de expressões universais, tais como “Pátria”, “Nação”, “Povo” e “Bem Comum”, entre outras, é usual em “OESP” que, desta forma, procura - de forma particularista - inculcar idéias, valores e ações/vetos concretos aos seus leitores como se fossem gerais, universais, isto é dos interesses sociais e de eventuais visões de mundo divergentes. Tal prática tem como premissa a concepção unitária de verdade e o caráter “iluminado” de quem a detém e tem sido usual a diversos agrupamentos político/ideológicos ao longo da história. João Almino já a identificara na Constituinte de 1946. Cf. ALMINO, João - Os Democratistas Autoritários. S. Paulo: Brasiliense, 1980.

<sup>7</sup> O jornal distingue doutrina de ideologia no seguinte sentido: o liberalismo é concebido como o único conjunto de valores doutrinários, isto é, seria doutrina na medida em que não pretenderia ser um modelo completo e fechado do mundo. Afinal, “ideologia (...) é sempre concepção total do homem, do mundo e da história, marcada por uma pretensão de cientificidade (...)” BARROS, R.S.M. - “Liberalismo e Ideologia” in Estudos Liberais (do mesmo autor). S. Paulo; TAQ, 1992. Note-se que este autor foi por muitos anos articulista do jornal, sendo a passagem acima um dos artigos reunidos em livro. O interessante a perceber diz respeito ao fato - desconsiderado pelo autor e, por extensão, pelo jornal - de que as duas grandes correntes antagônicas ao liberalismo - anarquismo e socialismo - possuem uma pluralidade de ramificações (tal como o liberalismo, diga-se), o que por si só demonstra o caráter não hermético de seus modelos. Por isso, ou se as considera todas doutrinas ou todas ideologias...

operasse. Logo, ao risco que correm, há de corresponder o direito de decidir por ela, sobretudo no tocante à linha doutrinária (e não ideológica) a adotar.”

“Por que as esquerdas não tratam de imprimir seus jornais e suas revistas e conquistar adeptos para o definitivo controle da sociedade pelo poder público?” (17/05/87, grifos nossos).

Apesar da omissão deliberada de “OESP” a respeito da relação opinião dos proprietários/interesses que defendem, tal relação é implicitamente aceita ao associar (exclusivamente, diga-se) risco empresarial e linha editorial (opinião), demonstrando mover-se no âmbito dos interesses, notadamente no que se refere ao fato do jornal ser uma empresa privada que, como qualquer outra, objetiva lucros.

Neste aspecto, observe-se que em nome da possibilidade do “desemprego e da perda de liberdade”, devido ao corporativismo, criticou os projetos de salário mínimo e regulamentação da profissão de jornalista, portando-se, sem jamais admitir contudo, como patrão, isto é, proprietário de empresas jornalísticas, requerendo lucros, sem preocupar-se em investir no “capital humano”, típica, tal postura, do empresariado brasileiro. O sentido de interesses, entretanto, certamente é muito mais amplo do que este indicado, pois trata-se do papel do jornal enquanto: a) agente político/ideológico; e b) (como consequência deste) porta-voz de interesses gerais (reprodução da sociedade capitalista)<sup>8</sup>.

O caráter doutrinário apregoado, e não ideológico, possibilitaria ao jornal versar sobre o “bem comum”, representando uma oportuna justificativa. Esta, contudo, ao sugerir aos grupos à esquerda que possuíssem os “seus” próprios jornais, indica claramente que as idéias e atores desta matiz estariam “vetados” (em sentido amplo), ou concebidos de forma muito particular (facciosa), nas páginas de “OESP”. Trata-se, afinal, de um embate político e ideológico travado especialmente durante a transição, sendo, portanto, esta postura do jornal característica de sua atuação.

---

<sup>8</sup> É importante observar que o jornal efetivamente não defende interesses de grupos setoriais. Move-se, ao contrário, sempre no sentido de propor e vetar políticas que, ao seu ver, beneficiem a reprodução da sociedade (tomada em sentido amplo) capitalista nacional. Seus interesses empresariais, enquanto grupo empresarial, complementa perfeitamente tal postulado, na medida em que faria parte do todo capitalista. E isso, por mais que sua base explícita de apoio seja a classe média, como muitas vezes indicou, pois via neste estrato social: a) o canal social concreto de transmissão dos valores “ideológicos” capitalistas, tais como a sociedade de consumo, a propriedade privada, a hierarquia social etc.; e b) a “faixa” de mercado consumidor. Mais ainda, a sociedade que “OESP” requer é a “sociedade cujo pilar de sustentação é a classe média, na qual o poder público vai buscar sempre os quadros e líderes que necessita, (...) [esta classe é] permeável a que ascendam não poucos dos melhores e dos mais capazes, procedentes de setores de renda mais baixa” (19/06/86, grifos nossos).

Por outro lado, é fundamental que se perceba a concepção de verdade por parte do jornal (o que implica também observar-se a importância da retórica no embate político/ideológico). Isso porque afirma categoricamente praticar a objetividade e a isenção jornalística, donde objeto (a notícia) e sujeito (o jornal) não se misturariam, isto é, o último seria completamente distanciado do primeiro, encarando-o de forma neutra, pois:

*“Não confundamos (...) as **notícias**, as informações de fatos veiculados pela imprensa, com as **opiniões** expressas em editoriais ou artigos. As **opiniões** jornalísticas, em relação às quais inescapável é o cunho de subjetividade que transmitem sob forma escrita convicções e interpretações - e assim o é na imprensa livre de qualquer democracia - não são a mesma coisa que a objetividade das notícias publicadas por um veículo”.*

*“Em ambos os casos, contudo, não pode deixar de prevalecer o reconhecimento dos fatos, a informação sobre o que é real - mesmo que a isso se acresça uma opinião crítica, em espaço adequado do veículo, onde fique bem caracterizado o que é **opinião** e o que é **notícia**”.* (19/11/85, grifos nossos e negritos do jornal).

Em verdade, a cobertura propriamente jornalística das notícias jamais pode destoar dos editoriais, pois: a) editoriais e notícias compõem o todo de um jornal, possuidor de certos objetivos e interesses; b) a elaboração de um periódico obedece a uma linha editorial ditada pelos seus proprietários, sendo os jornalistas contratados obrigados a segui-la (o que, aliás, é implicitamente reconhecido pelo jornal em passagem há pouco transcrita); c) um mesmo fato (a notícia) pode ser noticiado e interpretado de diversas maneiras, não sendo possível a neutralidade absoluta em qualquer atividade humana, mormente as relativas ao jogo político; d) em especial o jornal **O Estado de S. Paulo** atua ostensivamente, como já o indicamos, como agente político/ideológico, o que faz com que suas reportagens, à guisa de seus editoriais, obedeçam aos mesmos objetivos, defendendo e criticando atores, idéias interesses - mesmo que de forma muito mais sutil quando nas reportagens.

Mesmo afirmando reconhecer o caráter subjetivo dos editoriais, é importante observar que acredita “prevalecer o reconhecimento dos fatos”, isto é, acredita comentar, nos editoriais, fatos “reais” - o que faria com que seus comentários não representassem uma interpretação, entre outras possíveis, e sim a única possibilidade advinda da “realidade”, por excelência uma.

Por outro lado, a própria denominação do espaço formalmente opinativo em nada se apresenta como tal, pois intitulado “**Notas e Informações**”, o que dá a impressão ao leitor desavisado de se tratar de um espaço como qualquer outro no jornal. Afinal, a idéia que especialmente o termo “informações” transmite relacionar-se com a transcrição de ocorrências (por mais que o relato destas, como dissemos, implique numa maneira de interpretá-las), e não com comentários “subjetivos” sobre as mesmas. A objetividade apregoada é, portanto, uma peça retórica ao mesmo tempo que, uma vez mais, expressa a concepção unitária e exclusivista da verdade.

### **Conclusões gerais**

O jornal “O Estado de S. Paulo”, agente político/ideológico voltado ao espraiamento (de uma concepção particular) dos valores liberais, por um lado historicamente soube se utilizar das características atinentes aos órgãos de comunicação e, por outro e mais importante, vem atuando como “aparelho privado de hegemonia”.

Sua concepção de opinião pública, assim como o papel que se auto-confere para a formação da mesma o qualificariam como “entidade iluminada” - à guisa da elite letrada que fundou a USP -, postada à frente do conjunto de interesses e visões de mundo existentes na sociedade. Há claramente, portanto, um projeto autoritário por parte deste jornal que se auto-proclama liberal, significando, com isso, uma amostra relativamente representativa do próprio liberalismo existente e desenvolvido no país.

Por fim, o projeto liberal/capitalista do jornal, que objetiva a manutenção do “status quo” numa sociedade desigual, hierárquica e politicamente autoritária, apresenta-se em sintonia com o “modus operandi” de efetivá-lo, isto é, sua atuação concreta. Esta, por sua vez, pode ser entendida através da concepção que possui da opinião pública, da verdade, e do papel do jornal em relação a elas.

# *A opinião pública na Rússia*

---

---

**Elena Bashkirova**

ROMIR - Russian Public Opinion and Market Research

**Andrei Melville**

Moscow State Institute of International Relations

---

---

## **Resumo**

Este artigo analisa a opinião pública russa durante o período entre as eleições de 1993 e 1996, no sentido de compreender a natureza das mudanças políticas atuais. No quadro global, pode-se observar que os russos são centristas em suas orientações: no campo da economia, não aderem a posições extremas, tanto o monetarismo quanto o intervencionismo, e apóiam o ideal de uma economia mista; no campo da política, não confiam nos “democratas”, mas não apóiam a ditadura. Antes, seu objetivo é a obtenção da liberdade individual sem o sacrifício das garantias sociais.

**Palavras-chave:** opinião pública; transição política; eleições russas; comunismo; democracia

## **Abstract**

This article analyses the Russian public opinion during the period between the 1993 and the 1996 elections, in order to understand the nature of the political changes that are occurring in Russia. Overall, one can observe that the Russians are centrist in their orientations: in the field of economics, they do not favour the extremist positions, either monetarism or interventionism; they support the ideal of a mixed economy; in the field of politics, they do not trust in “democrats”, but do not support dictatorship. Their goal is rather gaining individual freedom without sacrificing social guarantees.

**Keywords:** public opinion; political transition; Russian elections; communism; democracy

No discurso presidencial de 1995, Boris Yeltsin lembrou ao povo russo que três anos antes eles haviam feito uma escolha pela democracia e por reformas de mercado. Confirmou também que o país e sua liderança se manteriam neste rumo. Entretanto, estas afirmações entraram em confronto com algumas realidades desagradáveis: reforma econômica derrapantes, ataques de vários lugares contra as frágeis instituições democráticas, ampla corrupção entre as elites e um estado de anomia social. De fato, a euforia geral depois da derrota do golpe comunista em agosto de 1991, e as ilusões de uma transição rápida e não linear para as reformas no mercado e a democracia foram, logo depois que surgiram, minadas pelos resultados devastadores da terapia de choque econômica de 1992 e pela atordoante derrota dos democratas durante as eleições de dezembro de 1993.

Os resultados destas primeiras eleições parlamentares pós-soviéticas e pós-comunistas na Federação Russa chocaram cidadãos, políticos e analistas políticos russos, e foram ainda mais importantes porque, diferente do que ocorrera nas décadas do passado soviético, a opinião pública tem agora um papel no país e, de fato, influencia a política russa. Os resultados destas eleições indicam claramente uma profunda desilusão pública com a maneira pela qual o país é governado e pela qual as reformas têm sido implementadas.

Sobre os resultados das eleições de dezembro de 1993, um número de analistas tanto na Rússia como no ocidente argumentaram que estes revelam (ou confirmam) a existência de um apoio sólido a políticas anti-reformistas e mesmo a tendências conservadoras, autoritárias e nacionalistas no público russo. Enquanto alguns comentaristas encontraram atitudes pró-reformistas, pró-mercado e pró-democracia (HAHN, 1991; DUCH, 1993; GIBSON; DUCH, 1993), outros analisaram dados contrastantes que demonstram opiniões que são anti-mercado, anti-liberais e anti-ocidentais (WHITEFIELD; EVANS, 1994).

Dadas estas interpretações conflitantes é importante analisar a opinião pública durante o período entre eleições para compreender fundamentalmente a natureza das mudanças políticas que estão ocorrendo na Rússia atualmente. Há dados úteis produzidos pelo Russian Public Opinion and Market Research, Ltd (ROMIR), um instituto independente de pesquisa de opinião com base em Moscou, pelos surveys do Eurobarômetro e pelos projetos da Universidade do Iowa realizados entre 1992 e 1995.

### **O cenário político da Rússia**

A profunda crise política de setembro e outubro de 1993, que culminou na destruição do Soviete Supremo e foi seguida pelas eleições de dezembro do mesmo ano marcam o início de um novo estágio na história política atual da Rússia pós-soviética e pós-comunista. Alguns se referem a este novo estágio como um período

de “segunda estagnação”, um interlúdio em que os mesmos atores políticos ainda estão no palco histórico mas os problemas originais se foram, e as platéias estão esperando que um novo ato desta peça histórica comece (SHEINIS, 1994). O novo ato pode começar com as próximas eleições parlamentares e presidenciais. Ganhar cadeiras no Parlamento e garantir a presidência pós-Yeltsin são os prêmios que motivam as ações das principais forças políticas na Rússia hoje, e mesmo a guerra sangrenta na Chechenia passou a ser percebida pelo prisma das eleições futuras.

Para compreender esta nova situação é necessário observar o caráter específico das eleições russas de 1993 que revelaram diferenças significativas entre a lógica do desenvolvimento político da Rússia pós-soviética e o de outras partes do mundo, não apenas do sul da Europa ou da América Latina (TERRY, 1993), mas também de nações pós-comunistas da Europa do Leste. Nas transições democráticas da América Latina e do Sul da Europa (O’DONNELL; SCHMITTER, 1986) e da Europa do Leste (MCFAUL, 1994) o ato final da queda do sistema autoritário usualmente culminou quase imediatamente nas assim chamadas “eleições fundadoras”, ou seja, eleições livres e democráticas que levaram ao poder reformistas liberais dando-lhes maioria parlamentar. No entanto, na maioria dos casos o triunfo inicial dos reformistas liberais foi apenas temporário, já que a própria natureza das dolorosas reformas econômicas instituídas gerou profunda insatisfação e oposição públicas. Como consequência, “segundo” round de eleições foi geralmente desfavorável para aqueles que iniciaram as reformas, levando ao poder as forças políticas mais conservadoras.

Na Rússia os estágios da transição democrática foram bem diversos, uma vez que Yeltsin deliberadamente decidiu não realizou as primeiras eleições (fundadoras) imediatamente após a queda do sistema soviético em agosto de 1991, preferindo continuar a confiar em seu carisma pessoal do que em uma maioria parlamentar de democratas e reformistas liberais. Em vez disso, o governo impôs reformas liberais na esfera econômica para a população, sem ter apoio parlamentar adequado. O resultado foi não apenas uma crescente oposição do público (como ocorreu em outras transições) mas também um confronto agudo com o velho parlamento herdado do passado soviético. Por isso as eleições de dezembro de 1993 foram apenas formal e cronologicamente as “primeiras” e as “fundadoras” enquanto que, sob a lógica da transição, elas foram de fato as “segundas”, ou seja, aquelas em que as reformas e os reformistas já estavam em uma situação desfavorável enfrentando uma crescente oposição do público.

Nesta perspectiva, os resultados das eleições de dezembro de 1993 são menos surpreendentes. Além disso, a divisão tradicional entre os democratas e os anti-democratas (a oposição vermelho-marrom) que até recentemente se mostraram uma bússola confiável para ler o mapa da política russa, agora parecem

iluminar o mapa do passado em vez daquele do presente. Hoje, o cenário político russo, é ao mesmo tempo, mais erodido e mais multicolorido.

O contexto destes eventos sugere que o que ocorreu na Rússia desde agosto de 1991 deveria ser visto não como uma ruptura radical com o passado soviético e comunista, mas como um complexo processo de metamorfose do antigo sistema (SHEVTSOVA, 1995). Elementos da velha e da nova ordem coexistem lado a lado na economia e no sistema político russos, geralmente criando amálgamas e híbridos peculiares. Em termos práticos isso significa, politicamente, a preservação da antiga oligarquia dominante com uma pitada de novos “democratas” e, economicamente, a continuação da estrutura monopolista da antiga economia soviética com uma fragmentação nos centros de poder e de influência. Com formas apenas rudimentares de propriedade privada e com um meio econômico apenas parcialmente competitivo, e sem interesses sociais ou econômicos adequadamente estruturados ou sem partidos políticos para representá-los, as conseqüências foram a emergência do que muitos russos chamaram de “democracia da nomenclatura” e “capitalismo de nomenclatura” (BOURTIN, 1994). A nova classe dominante russa - um amálgama das antigas e novas elites - permanece a principal beneficiária da redistribuição das propriedades estatais. Esta nova oligarquia inclui as novas elites “democratas” ao centro, novas e poderosas elites regionais e novos especialistas em comércio e finanças, assim como segmentos importantes das elites estatais, administrativas e do antigo partido.

A nova ordem social na Rússia pode ser melhor compreendida em termos de um pluralismo de grupos corporativos de interesse e de um capitalismo burocrático com elementos criminais muito importantes. Politicamente, não se trata de uma democracia pluralista, já que não existem ainda instituições democráticas estáveis, e os interesses locais básicos e os grupos sociais não estão nem agregados nem adequadamente representados por partidos ou outras instituições políticas. Economicamente não se trata de um capitalismo de livre mercado, já que hoje, o objetivo dos principais grupos de interesses corporativos não é fruto de competição e da propriedade privada real, mas de uma posse mista semi-estatal e semi-corporativa com garantias dadas pelo orçamento do Estado.

Enquanto não há consenso dentro da nova classe dirigente, até o momento não surgiu nenhuma força dominante que possa prevalecer e trazer outra redistribuição de poder e propriedade. O pluralismo das elites e interesses emergentes também serve como um forte antídoto contra várias tendências e tentações autoritárias já exibidas tanto por Yeltsin e seu círculo próximo, quanto por algumas forças da oposição. Em última análise, e paradoxalmente, a Rússia atual pode não estar bem preparada nem para a democracia nem para a ditadura.

Embora personalidades, e não programas e idéias, continuem a motivar o eleitorado durante o período eleitoral futuro, o problema mais fundamental que a Rússia enfrenta hoje é apenas em parte um problema de personalidades. O aspecto peculiar da realidade política russa é que as tensões que estão no poder e a multifacetada oposição não são tanto ideológicas e programáticas, mas sim pragmáticas. Os interesses estão claros: é uma disputa para decidir quem continuará a redistribuir a propriedade do Estado e no interesse de quem isso acontecerá. Conseqüentemente, a luta hoje pelo poder na Rússia não é tanto uma disputa sobre idéias e princípios, mas sobre o poder em si e seus dividendos. Cada vez mais a luta pelo poder tem se tornado auto-suficiente e separada dos interesses populares.

Outros elementos têm ainda minado a estabilidade. Várias forças políticas e competidores desafiaram o Acordo Civil de maio de 1994, de forma que este mal sobreviveu no decorrer do outono de 1994. As disputas trabalhistas (a greve dos mineiros como o melhor exemplo) aumentaram desde aquele momento. E, é claro, a guerra na Chechenia polarizou fortemente as elites políticas e a população em geral.

### **Cansaço e desconfiança**

O público russo hoje parece quase tão passivo, indiferente e desinteressado de todas as coisas políticas quanto estava no período que os russos chamam de “primeira” estagnação da era Brezhnev. No entanto, há diferenças significativas nas origens da apatia dos anos 70 e dos anos 90. Enquanto que em democracias há muito estabelecidas a indiferença política do público pode traduzir uma satisfação geral com o status quo, hoje na Rússia, ao contrário, ela reflete a descrença popular e a desconfiança.

Um dos aspectos mais marcantes e persistentes das atitudes públicas da Rússia contemporânea é sua tendência crítica e emocional negativa. Uma grande maioria dos entrevistados russos revela medo por sua segurança familiar e pessoal (89%), cansaço e indiferença (84%), humilhação devido à pobreza (79%), agressividade (77%), um sentido de ressentimento e privação social (71%), desapontamento (70%) e confusão (69%). Estes sentimentos negativos cresceram recentemente no público russo, enquanto que sentimentos mais positivos declinaram, com baixos números de cidadãos exprimindo esperança (58%), orgulho pela nação (49%) e um sentido de responsabilidade pelo que está ocorrendo no país (38%). Este prisma essencialmente negativo e crítico, através do qual muitos russos vêem sua sociedade e seu sistema político, tornou-se uma constante na opinião russa durante os primeiros anos pós-soviéticos.

No final de 1994, a maioria dos russos acreditava que o país estava movendo-se para a direção errada, e estava claramente insatisfeita com o desenvolvimento da democracia, ou com o grau em que os direitos humanos eram respeitados. Comparados com o final de 1993, os sentimentos negativos cresceram em ambas as áreas. Os russos também tornaram-se mais pessimistas na avaliação do futuro tanto da sociedade quanto de si próprios<sup>1</sup>.

**Tabela 1**  
**Atitudes -1993 e 1994**

Temas	Categorias de resposta	Respostas %	
		Novembro de 1993	Novembro de 1994
(1) o país esta caminhando na	direção certa	31	16
	direção errada	46	68
(2) satisfação com o desenvolvimento da democracia	satisfeito	15	8
	não satisfeito	71	83
(3) respeito aos direitos humanos	respeito	22	14
	não respeito	75	83
(4) o próximo ano será	melhor	29	20
	pior	37	47
(5) a situação financeira pessoal ficou	melhor	21	13
	pior	53	56
(6) a situação financeira pessoal ficará	melhor	21	16
	pior	28	37

Fonte: ROMIR, Ltda. N= 1600 e 1000

Questões: (1) Em geral você sente que as coisas na Rússia estão caminhando para a direção certa ou errada?; (2) No global, o quanto você está satisfeito com a forma pela qual a democracia está se desenvolvendo na Rússia?; (3) Quanto respeito aos direitos humanos há hoje na Rússia? (4) Você acha que 1994 (1995) será melhor ou pior que 1993 (1992)?; (5) Comparadas aos últimos 12 meses, você acha que a situação de sua família melhorou muito, melhorou pouco, está a mesma, ficou um pouco pior ou ficou muito pior?; (6) Nos próximos 12 meses, você espera que a situação de sua família vai ficar muito melhor, um pouco melhor, será a mesma, ficará um pouco pior, ou muito pior?

Especialmente em uma sociedade como a russa, que foi submetida a muitas décadas de educação marxista-leninista, é tentador buscar explicar os níveis de pessimismo social e pessoal através de elementos puramente “materiais” da situação, tais como a queda do padrão de vida e as taxas crescentes de desemprego. Mas, de fato, parece não haver uma correlação direta entre o bem-

<sup>1</sup> Todos os dados das tabelas provêm pesquisas do ROMIR baseadas em amostras representativas da Federação Russa.

estar material, de um lado, e a satisfação com a vida, o otimismo e o pessimismo de outro. Alguns russos sentem-se muito mal porque não podem mais ter acesso às necessidades mais básicas, enquanto outros sentem-se muito melhor, tanto porque pertencem aos pequenos grupos que se adaptaram com sucesso à nova economia, quanto porque valorizam muito mais seus novos direitos e liberdades. Muitos vêem agora estes direitos e liberdades como um dado, algo do qual não desejam mais se ver privados.

De outra perspectiva, pode-se dizer que o que alguns vêem como cansaço político e desconfiança pode refletir, de fato, uma alteração cultural profunda na Rússia, uma mudança positiva do estatismo russo-soviético tradicional, que via os cidadãos individuais meramente como partes dependentes do social ou do governo como um todo, para uma espécie de “privatização humana” na qual os interesses privados e as orientações individuais têm precedência (LEVADA, 1995). Esta interpretação tem validade considerável, e teria sido vista como normal se não viesse acompanhada pelas percepções de um profundo, se não insuperável, abismo entre o Estado e o indivíduo, entre domínios público e privado.

No contexto deste abismo percebido, os russos demonstram pouco respeito ou confiança em líderes políticos ou nas principais instituições do novo sistema político. Os dados de opinião de 1995 confirmam estas atitudes. Até recentemente, os russos viam a presidência como um símbolo da nova democracia, mas a crescente desconfiança nela e em outras instituições políticas básicas poderia certamente levar muitos russos a gravitar rumo a alternativas anti-democratas, funcionando como elementos desestabilizadores da democracia em seu sistema político. Ainda mais preocupante é o alto nível de desconfiança, não apenas quanto às instituições e ao Estado, mas às da própria sociedade.

Esta tendência crítica das percepções do público por um lado, e o cansaço político e a desconfiança por outro, devem ser correlacionados. Os entrevistados das pesquisas de opinião parecem perceber as crises sistêmicas em seu país como sendo determinadas não tanto por forças objetivas, mas por forças subjetivas - ou seja, não pela complexidade sem precedentes das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais após o fim da era soviética, mas pela má vontade de indivíduos, por erros táticos e estratégicos, por uma incompetência geral e por uma corrupção e ilegalidade globais. Assim, as origens dos problemas que atormentam a Rússia hoje são atribuídos a Gorbachev (45%), Yeltsin (43%), a máfia russa (25%), o governo (18%), o mercado negro (12%), os comunistas (11%), os democratas e reformistas (10%), ou Khasbulatov, Rutskey e o antigo parlamento (8%).

Outro aspecto importante da desilusão política geral e da perda de confiança é o profundo descrédito quanto àqueles que têm uma reputação de democratas reformistas. No final de 1994, apenas 14% dos russos consideravam positivamente os reformistas democratas, enquanto 40% os classificavam negativamente. Na percepção do público, “democratas” e “reformistas” são associados hoje à instabilidade, à corrupção e à falta de profissionalismo.

Se com o tempo tais percepções poderiam tirar o crédito da própria idéia de democracia e das reformas econômicas, ainda seria prematuro igualar as críticas aos “democratas” e “reformistas” às atitudes que são fundamentalmente anti-democratas e anti-reformas. Os russos não estão infelizes com as reformas em si, mas com as reformas específicas que foram introduzidas desde janeiro de 1992; de fato, muitos membros do público russo fariam pressão por reformas de outro tipo. Muito poucos querem voltar ao comunismo, com sua economia controlada e seu sistema burocrático, e o estado de espírito é aquele que Sestanovich (1994, p.94) caracterizou como “de preocupação, não de fanatismo”. O que o público russo parece mais querer é uma economia mista e reformas radicais no contexto regional, reformas que não são impostas do alto mas que surjam de baixo, como um resposta para necessidades locais.

**Tabela 2**  
**Níveis de confiança e desconfiança com relação às instituições russas**  
**Janeiro de 1995**

	Confiança %	Desconfiança %
<b>Instituições Estatais</b>		
(1) Exército (*)	75	19
(2) Governo local	36	57
(3) Sistema Jurídico	34	53
(4) Polícia	31	67
(5) Governo Nacional	28	61
(6) Presidência	28	65
(7) Congresso	22	62
<b>Instituições Sociais</b>		
(8) Igreja	50	23
(9) Imprensa	48	47
(10) Sindicatos	33	49

Fonte: ROMIR, Ltd. N=1600

Questões: Você confia no: (1) Exército; (2) Governo Geral; (3) Sistema Jurídico; (4) Polícia; (5) Governo Nacional; (6) Presidência; (7) Congresso; (8) Igreja; (9) Imprensa; (10) Sindicatos.

(\*) Há várias indicações de que a guerra da Chechenia e especialmente o débil desempenho militar russo diminuiriam sensivelmente a confiança no exército. Os dados de survey provariam que esta questão não pode ser avaliada.

**Tabela 3**  
**Imagens dos líderes nacionais e regionais russos**  
**1992 e 1995**

	<b>Quem melhor represente seus interesses? julho, 1992 (%)</b>	<b>Quais líderes políticos fazem um melhor trabalho? janeiro, 1995 (%)</b>
(1) Líderes da Federação Russa	23	12
(2) Líderes regionais	19	46
(3) não há diferença	38	32

Fonte: ROMIR, Ltda. N=1300 e 1600

Questões: (1) Quem melhor representa seus interesses: os líderes da Federação Russa, os líderes regionais, ou não há diferença?

(2) No global, quais líderes políticos fazem um melhor trabalho: os líderes da Federação Russa, os líderes regionais, ou não há diferença?

Além disso, os dados de opinião não apóiam uma imagem unidimensional, que por vezes é apresentada em relatos das transformações políticas atuais da Rússia, e que igualam o apoio ao presidente Yeltsin à atitudes em favor do mercado e de democracia. Ao menos em alguns casos, os motivos por detrás do apoio ao presidente e pelo apoio as reformas são diferentes. Assim, enquanto Yeltsin vence tendo apoio não apenas de democratas e de reformistas voltados ao mercado, o oposto pode ser também verdade: aqueles que criticam o presidente e sua equipe não são necessariamente anti-democratas e anti-reformistas.

Finalmente, fica claro que a desconfiança política dos russos atualmente dirige-se primeiramente a políticos e instituições políticas em Moscou, e apenas secundariamente a políticos e instituições nas várias regiões do país. Em contraste com os líderes e instituições com base em Moscou, aqueles com bases locais são vistos como “mais próximas” do povo e mais capazes de expressar suas necessidades.

As causas e efeitos deste regionalismo existente e da tendência regionalista nas atitudes russas ainda são obscuras. Por exemplo, não se pode dizer se o regionalismo reflete as genuínas percepções e atitudes públicas, ou se reflete as políticas específicas das elites regionais *vis-à-vis* o centro. No futuro, este regionalismo pode ameaçar a estabilidade política (assim como a social e a econômica) na Rússia como um “todo” centralizado. Mas, ao menos em princípio, pode também atuar para criar outro tipo de estabilidade dinâmica, baseada não numa hierarquia de poder e autoridade tradicional e verticalizada, mas baseada em uma estabilidade mais descentralizada e horizontal, algo até então desconhecido na história russa/soviética.

### **Posições favoráveis ao mercado**

Considerando a amplitude da crise econômica na Rússia hoje, não surpreende que os russos percebam os problemas econômicos como os mais graves. Num primeiro olhar, o público parece dividido entre aqueles favoráveis às soluções pró-mercado e aqueles com posições anti-mercado. Várias pesquisas de opinião nos últimos anos registraram um apoio substancial ao mercado, enquanto outros pesquisadores expressaram cautela quanto ao nível real deste apoio (DENISOVSKY, KOZYREVA; MATSKOVSKY, 1993).

Os dados de opinião sugerem que o apoio ao mercado deve ser menor e mais condicional do que o que geralmente se relata. Primeiro, o apoio normativo ao mercado está claramente em queda, passando de 32% (contra 53%) em 1993 para 22% (contra 63%) em 1995. Em segundo lugar, e ainda mais basicamente, é preciso considerar as conotações específicas que “o mercado” possui para os cidadãos russos, e como as referências ao “mercado” nas pesquisas de fato se relacionam às preferências econômicas reais. Durante os primeiros estágios da transição, “o mercado” tornou-se uma espécie de clichê que referia de forma positiva as orientações “democráticas” e “reformistas”, e neste contexto, as manifestações de sentimentos pró-mercado refletiram sentimentos mais políticos que econômicos. Durante as reformas tipo terapia de choque no início de 1992 e as dificuldades econômicas que se seguiram para a maioria dos russos, o termo “mercado” continuou um clichê, mas agora com conotações negativas, dado que os cidadãos culpavam “o mercado” por todas as suas desventuras econômicas, mesmo aquelas não criadas pelas próprias reformas de mercado.

As atitudes econômicas reais dos russos atualmente não refletem rivalidades ideológicas entre doutrinas opostas, como monetarismo versus intervencionismo. Muito poucos estão a favor dos extremos, seja o “mercado livre selvagem” ou o “rígido planejamento central”. Ao contrário, conforme Terry (1993) confirmou, a maioria apóia algum tipo de economia mista associados à Nova Política Econômica (NEP) da União Soviética dos anos 20. Enquanto os cidadãos criticam “o mercado”, eles acreditam ser impossível e indesejável retornar ao planejamento central e à economia controlada. A maioria apóia alguma combinação do mercado (que deveria criar a inovação econômica) com o intervencionismo (que deveria trazer as tradicionais garantias sociais).

Já que 80% dos entrevistados acreditam que o governo deve continuar a fornecer estas garantias sociais, os líderes políticos devem levar esta atitude em conta ao desenhar o curso e a velocidade da reforma. Além disso, os russos continuam a manifestar seu tradicional igualitarismo e a se opor à polarização social resultante de uma aguda diferenciação de renda e do surgimento dos “novos ricos” e dos “novos pobres”. O público está quase que igualmente dividido entre

aqueles que concordam (42%) e aqueles que discordam (45%) que o governo controle os lucros dos grandes negócios, de modo que ninguém ganhe “dinheiro demais”. Outra resposta que se liga a preferências econômicas específicas opostas a afirmações puramente normativas mede as opiniões dos cidadãos sobre a posse. Aqui, a maioria dos russos continua a acreditar que o governo deve possuir a grande indústria e que é adequado a cidadãos privados possuir principalmente pequenos negócios locais, como lojas ou restaurantes.

Ao avaliar as reformas econômicas reais e as maneiras como elas deveriam ser alteradas, a maioria dos russos é similarmente ambivalente. Não apenas eles rejeitam categoricamente o aspecto de “choque” das reformas “terapêuticas” como responsável pela miséria e desespero; eles também acusam os próprios “reformistas” de abusos, corrupção e de seguirem políticas de “rentabilidade” em nome da “privatização”. Ao mesmo tempo, cerca de 30% dos entrevistados acreditam que a reforma econômica deve ser seguida mais radicalmente e mais rapidamente, uma opinião que certamente contradiz a imagem circulante em algumas áreas de resistência popular sólida a estas reformas.

Apesar dessas preferências contrárias quanto a velocidade da reforma, permanece claro que o público russo tem uma série de crenças em comum: a estabilidade é desejável, que o sofrimento e a corrupção associados até então com as reformas econômicas devem ser reduzidos e que não pode haver uma volta ao antigo *status quo*.

Ao contrário, números significativos de russos esperam por reformas de mercado de certo modo mais radicais, reformas que venham de baixo para cima e mais voltadas para o social. Entre estes entrevistados existem aqueles que acreditam que ainda não ocorreram reformas econômicas reais na Rússia (29%). que não houve um movimento em direção a uma verdadeira economia de mercado em oposição a um “capitalismo de nomenclatura”.

**Tabela 4**  
**Apoio à propriedade estatal, de empresários, e indivíduos na Rússia**  
**Janeiro 1995**

<b>Tipo de propriedade</b>	<b>Governo (%)</b>	<b>Empresários (%)</b>	<b>Indivíduos (%)</b>
Grande indústria	63	24	8
Negócios locais (lojas restaurantes)	23	13	57
Antigos Kolkozoes e Sovkozoes	25	47	23

Fonte: ROMIR, Ltda.

Questão: Organizações podem ser propriedade do governo, empresários ou indivíduos? Para cada tipo de organização, diga se, na sua opinião, a propriedade deveria ser do governo, dos empresários ou dos indivíduos.

## **Rumo a novas eleições**

Os membros de quase todas as forças políticas na Rússia hoje consideram o próximo parlamento e as próximas eleições presidenciais como uma motivação e um objetivo maiores. Desde pelo menos o início de 1994 manifestam-se tentativas de revisar a programação das eleições. Desde o início da guerra da Chechenia, vários líderes - incluindo o nacionalista Zhirinovskiy, o comunista Zyuganov e o líder da oposição democrática Gaidar - exigiram uma reeleição presidencial antecipada, e o chefe da Câmara Superior do Parlamento, Vladimir Shumeiko, propôs prorrogar os plenos poderes tanto do presidente quanto do parlamento.

Esta proposta não foi apoiada nem pela população como um todo nem pela maioria dos partidos políticos. Além disso, as pesquisas de opinião demonstram sem ambigüidades que o público não está preparado para aceitar a prorrogação dos mandatos de governantes já desacreditados. Apenas 17% dos entrevistados russos concordam que seria melhor não haver eleições nos próximos anos, enquanto 28% acreditam que as eleições aconteceriam de acordo com a Constituição e 43% dizem que aqueles no poder deveriam ser reeleitos o mais cedo possível. A oposição foi tão forte que Yeltsin em seu discurso presidencial de 1995 foi forçado a confirmar que o calendário eleitoral constitucional seria observado.

No entanto, o que realmente acontecerá ainda será conhecido, já que uma variedade de forças empurra para uma direção diferente. Em primeiro lugar, no início de 1995, a popularidade de Yeltsin esteve no seu grau mais baixo durante sua presidência, e este declínio talvez seja irreversível. Assim, se ele vai manter ou não as eleições presidenciais no verão de 1996 será uma decisão pessoal dolorosa para ele. Além disso, o círculo íntimo poderoso de Yeltsin e sua clientela podem temer o resultado destas eleições ainda mais que ele, porque sua queda seria desastrosa para seus interesses no round atual dramático de redistribuição de propriedade estatal. Neste contexto, alguns militantes políticos já espalharam o rumor de que a guerra na Chechenia foi realmente motivada por uma tentativa de criar uma atmosfera que levasse à introdução de uma ditadura pessoal ou corporativa.

O impacto desta guerra na política russa e nas eleições vindouras ainda não foi totalmente compreendido. A guerra pode, de fato, se mostrar devastadora para a popularidade de Yeltsin e para suas chances de reeleição.

Ao mesmo tempo, é certamente cedo demais para fazer previsões eleitorais, especialmente devido à especial e virtualmente única posição de Yeltsin entre os líderes russos. Mesmo com sua dramática queda de popularidade, Yeltsin ainda encabeça a lista de candidatos presidenciais. Ele permanece um ponto de referência especial na política russa, e mesmo seus oponentes políticos são julgados através do prisma de sua personalidade carismática. Em outras palavras, os russos os vêem não tanto como candidatos alternativos mas apenas como seus oponentes. Os dados do ROMIR demonstram que, supondo que Yeltsin não concorresse à presidência, o apoio a todos os outros candidatos cairia dramaticamente. Esta pode ser mais uma indicação da desconfiança nos políticos e do abismo entre eles e o público russo, e ainda pode mostrar uma razão para a popularidade de Yeltsin. Com a cruzada contra o sistema soviético no final dos anos 80, Yeltsin adquiriu a inconfundível imagem de um “radical”. Após ter se tornado presidente, ele perdeu um pouco desta imagem, mas o público continua a vê-lo como mais radical do que a maioria dos russos comuns.

**Tabela 5**  
**Grau de confiança no Presidente Boris Yeltsin**  
**Fevereiro, 1995**

	<b>Categorias</b>	<b>Respostas (%)</b>
(1) Confiança em Yeltsin	muito grande	1
	relativamente grande	17
	pouca	37
	nenhuma	42
(2) Confiança em Yeltsin como resultado do que ocorre na Chechenia	aumentou	2
	diminuiu	52
	não mudou	43
(3) Concorda com a chamada à renúncia de Yeltsin	sim	56
	não	30

Fonte: ROMIR, Ltda.

Questões: (1) Quanta confiança você tem no Presidente Yeltsin: muito grande, relativamente grande, pouca ou nenhuma?

(2) Como resultado do que vem ocorrendo na Chechenia, sua confiança em Yeltsin aumentou, diminuiu ou permaneceu a mesma?

(3) Alguns parlamentares russos têm pedido a renúncia de Yeltsin. Você é a favor ou contra?

**Tabela 6**  
**Intenções de voto para presidente**  
**1994 e 1995**

Candidatos	Intenções de voto (out, 1994)	Intenções de voto, se Yeltsin não concorrer (fev. 1995)
Yeltsin	14	-
Rutskoy	7	2
Yavlinsky	5	2
Zhirinovskiy	4	2
Zyuganov	4	2
Gaidar	2	1
Chernomyrdin	2	0,3
Nenhum, não votaria, não sabe, não respondeu	45	72

Fonte: ROMIR, Ltda.

Questões: (1) Se as eleições presidenciais fossem no próximo mês, em quem você votaria?

(2) Em quem você votaria se Yeltsin não concorrer nas próximas eleições presidenciais?

(3) Se as eleições presidenciais extraordinárias ocorressem hoje, em que líder político você votaria?

Perante esta imagem de Yeltsin, a auto-identificação pessoal e ideológica dos russos permaneceu notadamente estável e claramente centrista. A maioria das pessoas continua a ver a si mesma como centrista e não consegue se identificar com extremos políticos.

Esta tendência em direção ao centrismo tem implicações importantes. Enquanto o centro político permanece praticamente vago em 1995, poder-se-ia esperar que, especialmente no clima de cansaço político que os dados da pesquisa mostram para os russos, o centro poderia fornecer uma orientação recompensadora para candidatos e eleições, conforme as eleições se aproximam. Uma confirmação específica deste apelo centrista aparece nas várias tentativas de revitalizar as idéias e movimentos social-democratas, embora estas tentativas não tenham até agora obtido sucesso.

No mesmo contexto poder-se-ia ver a recente iniciativa de Yeltsin de criar dois blocos eleitorais centristas (a centro-esquerda e a centro-direita) liderados por Victor Chernomyrdin e Ivan Rybkin e ambos representando duas alas do “partido no poder”. Se esta iniciativa tiver sucesso ela pode trazer obstáculos adicionais para a emergência de um real sistema multipartidário na Rússia.

Conforme se aproximam as próximas eleições, haverá contínuos problemas para o ainda embrionário sistema democrático. A sociedade pós-totalitária russa permanece desestruturada, sem uma cristalização de partidos políticos efetivos ou de grupos de interesses sociais e econômicos. De fato, ainda não existe um sistema multipartidário desenvolvido. Os resultados eleitorais de dezembro de 1993 tornam os efeitos destas dificuldades dolorosamente evidentes, e os resultados das próximas eleições podem fazer o mesmo.

**Tabela 7**  
**Classificação pessoal e para Boris Yeltsin do radicalismo e conservadorismo**  
**1992 e 1995**

<b>Escalas de Radicalismo e Conservadorismo</b>	<b>Respostas Julho 1992 (%)</b>	<b>Respostas Janeiro 1995 (%)</b>
Auto-classificação na escala:		
1 (extremamente radical)	3	3
2	8	5
3	18	10
4	33	33
5	9	10
6	4	5
7 (extremamente conservador)	2	6
Classificação de Boris Yeltsin na escala:		
1 (extremamente radical)	11	8
2	21	10
3	20	10
4	10	14
5	5	4
6	2	6
7 (extremamente conservador)	2	6

Fonte: ROMIR, Ltda. N=1300 e 1600.

Questões: (1) Como você se auto-classificaria numa escala de 1 (extremamente radical) a 7 (extremamente conservador)?

(2) Como você classificaria Boris Yeltsin numa escala de 1 (extremamente radical) a 7 (extremamente conservador)?

Atualmente, a desilusão com o sistema partidário ajuda a explicar a queda significativa (de 48% em 1992 para 34% em 1994) nos números daqueles que acreditam que a competição partidária vai fortalecer o sistema político russo. Os russos não demonstram identificações partidárias estáveis. Mais de 40% dos entrevistados pelas pesquisas do ROMIR não manifestam apoio a partidos políticos, enquanto os principais partidos representados no parlamento podem acausar apenas um apoio muito limitado: 13% para a Escolha Democrática Russa (Democratic Choice of Rússia - Rússia's Choice), 12% para o Partido Comunista da Federação Russa (Communist Party of the Russian Federation), 10% para o YABLOKO, 7% para o Partido Liberal-Democrata da Rússia (Liberal-Democratic Party of Russia), 6% para o Mulheres da Rússia e 2% para o Partido do Trabalho e Unidade Russos.

O cruzamento de parte dos dados revela indicações quanto aos aspectos demográficos da identificação partidária. Educação e idade são, como sempre, os fatores fortes para determinar o voto pró-reforma (o voto para a Escolha Democrática Russa e o do YABLOKO). Os comunistas têm mais força entre os aposentados e pessoas com menor nível educacional. Outro partido de oposição - o Partido Agrário - permanece corporativo, com forte apoio das pessoas ligadas à agricultura. O partido de Zhirinovsky também coletou maior apoio nas áreas rurais do que se esperaria a partir das pesquisas realizadas logo depois das eleições de dezembro de 1993. Finalmente, a análise dos dados segundo o grupo social sugere que o absenteísmo eleitoral pode ser especialmente maior entre alguns grupos: pessoas dos negócios privados, os desempregados e os que trabalham na agricultura.

Quando as eleições parlamentares chegarem, o baixo nível de identificação partidária pode levar a formas de participação política desestruturadas e espontâneas, assim como a resultados eleitorais imprevisíveis. Ao mesmo tempo, mesmos os níveis mais fracos de identificação com os partidos não representados no parlamento podem trazer inesperadas vitórias de forças políticas marginais.

Os dados das pesquisas também explicitam as questões sobre o autoritarismo na Rússia. Realmente, os apelos ao autoritarismo significam coisas diferentes para diferentes pessoas. Para alguns, os apelos refletem tanto uma nostalgia pelo passado, ou reações conservadoras e nacionalistas contra a mudança. Alguns entrevistados vêem o autoritarismo político (do tipo representado por Augusto Pinochet Ugarte no Chile, por exemplo) como a condição para a transição russa rumo à economia de mercado. Alguns (MIGRANIAN, 1994) afirmam até que algum tipo de “autoritarismo esclarecido” é um passo intermediário necessário no movimento do totalitarismo à democracia.

O que diz o público russo desta questão? Por um lado, o público quer definitivamente por um fim ao caos e à anarquia, à corrupção e à ilegalidade, e isso pode ser interpretado como uma tendência ao autoritarismo. Alguns dados são notáveis a este respeito: 80% concordam que os russos precisam de uma liderança forte mais do que de democracia, e 87% acreditam que é melhor viver em uma sociedade de ordem do que permitir às pessoas tanta liberdade que elas comecem a se tornar desordeiras. Tais dados podem levar facilmente a concluir que ainda há algum apoio ao autoritarismo na Rússia hoje.

Ao mesmo tempo, entretanto, há razão também para acreditar que a “mão forte” que os russos defendem difere substancialmente de uma defesa do autoritarismo e da ditadura. Para muitos, a imagem da “mão forte” evoca um bom administrador com autoridade suficiente para colocar a casa em ordem (KLIAMKIN, 1993). Em termos de atitudes russas, isso não significa aceitar que o autoritarismo político avance sobre as reformas de mercado. De fato, o exato oposto é verdadeiro:

os russos prefeririam ter alguma regulação autoritária da economia para proteger as garantias sociais e os direitos individuais contra a ilegalidade e a anarquia. Apelar pela lei e ordem pode também ser reflexo da rejeição à corrupção do novo sistema e seu envolvimento com o crime organizado. Se assim for, esses apelos não contêm uma mensagem anti-democrática, como geralmente se supõe mas, pelo contrário, revelam o significado oposto.

## **Conclusão**

Dessa forma, os dados recentes não confirmam os argumentos anti-reforma, anti-democracia, autoritários e nacionalistas entre os cidadãos russos, que muitos comentadores descreveram como enraizados nos supostos instintos conservadores ou igualitários do povo russo. Economicamente, o público não favorece os extremos nem do monetarismo nem do intervencionismo; pelo contrário, ele apóia o ideal de uma economia mista e a preservação de garantias sociais. Politicamente, a ampla desconfiança quanto aos “democratas” não se traduz em apoio à ditadura de qualquer tipo. Os russos almejam a restauração da lei e da ordem em seu país, mas ainda querem preservar “o melhor de cada mundo”, conquistando liberdades individuais sem sacrificar as garantias sociais.

No quadro geral, os russos permanecem centristas. Mas o centro político do país ainda está vago, ocupado por partidos políticos e forças sem significância. As identificações políticas são fracas e falta ainda criar um sistema multipartidário.

Embora ainda seja cedo para fazer previsões a respeito das próximas eleições presidenciais e parlamentares, há razão para esperar um baixo grau de atividade eleitoral e um considerável absenteísmo eleitoral. Os russos se sentem alienados do establishment “velho” (comunista) e “novo” (democrático), de forma que os candidatos com plataformas anti-establishment e aqueles ainda não maculados pelo poder podem ter melhores chances nas eleições do que aqueles da nova nomenclatura. A popularidade de Yeltsin é notadamente baixa, mas ele continua a ter um papel especial como uma figura de referência peculiar da política russa. Nas eleições futuras, os candidatos vencedores terão que levar em consideração estas várias dimensões da cena eleitoral, e, ao compreendê-las, terão que levar mais em consideração os achados das pesquisas de opinião.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURTIN, Y. Nomenclature property yesterday and today. *Moscow News*, v. 35, Moscou, 1994.

DENISOVSKY, G.; KOZYREVA, G.; MATSKOVSKY, M. Twelve percent of hope: economic consciousness and a market economy. In: MILLER, A. H.; REISINGER, W. M.; HESLI, V. L. (ed.). *Public and opinion and regime change: the new politics of post-soviet societies*. Boulder: Westview Press, 1993.

DUCH, R. M. Tolerating economic reform: popular support for transition to a free market in the former soviet union. *American political science review*, v. 87, p. 590-608, 1993.

GIBSON, J.; DUCH, R. Emerging democratic values in soviet political culture. In: MILLER, A. H.; REISINGER, W. M.; HESLI, V. L. (ed.). *Public opinion and regime change: the new politics of post-soviet societies*. Boulder: Westview Press, 1993.

HAHN, J. Continuity and change in russian political culture. *British Journal of Political Science*, v. 21, p. 393-421, 1991.

KLIAMKIN, I. What kind of authoritarian regime is possible today in Russia?. *Polis*, v. 5, p. 50-54, Moscow, 1993.

LEVADA, Y. Today we think more of our families than of the state. *Segodnia*, Moscow, 24 January 1995.

McFAUL, M. Understanding Russia's 1993 parliament elections. *Polis*, v. 5, Moscow, 1994.

MICRANIAN, A. Authoritarian regime in Russia. *Nezavisimaya Gaseta*, Moscow, 4 November 1993.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1968.

SESTANOVICH, S. Russia turns the corner. *Foreign Affairs*, v. 1, 1994.

SHEINTS, V. Political interlude. *Nezavisimaya Gaseta*, Moscow, 13 July 1994.

SHETVOSKA, L. Russia's post-communist politics: revolution or continuity. In: LAPIDUS, G. (ed.). *The new Russia: troubled transformation*. Boulder: Westview Press, 1995.

TERRY, S. Thinking about post-communist transitions: how different are they?. *Slavic review*, v. 2, p. 333-337, 1993.

WHITEFIELD, S.; EVANS, G. The russian election of 1993: public opinion and the transition experience. *Post-Soviet Affairs*, v. 10, p. 38-60, 1994.

*Tradução do original em inglês Cristina Meneguello.*

*Artigo originalmente publicado no International Social Science Journal, 146, december 1995*

*Tradução e publicação autorizadas pela UNESCO/Blackwell Publishers.*

